

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**AGRÍCOLA**

**DISSERTAÇÃO**

**MULHERES RIBEIRINHAS DE SÃO CARLOS DO**  
**JAMARI/RONDÔNIA: DA VIDA PASSADA ÀS**  
**PERSPECTIVAS DE FUTURO**

**GEORGE MADSON DIAS SANTOS**

**2016**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**MULHERES RIBEIRINHAS DE SÃO CARLOS DO  
JAMARI/RONDÔNIA: DA VIDA PASSADA ÀS PERSPECTIVAS DE  
FUTURO**

**GEORGE MADSON DIAS SANTOS**

*Sob a Orientação do Professor*  
**Doutor Jorge Luiz de Góes Pereira**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ  
Julho/2016**

630.7

S237m

T

Santos, George Madson Dias, 1974-

Mulheres ribeirinhas de São Carlos do Jamari/Rondônia: da vida passada às perspectivas de futuro / George Madson Dias Santos - 2016.

73 f.: il.

Orientador: Jorge Luiz de Góes Pereira.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 64-70.

1. Ensino agrícola - Teses. 2. Mulheres - Aspectos sociais - Rondônia - Teses. 3. Educação - Rondônia - Teses. 4. Áreas ribeirinhas - Rondônia - Teses. I. Pereira, Jorge Luiz de Góes, 1967-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**GEORGE MADSON DIAS SANTOS**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 27/07/2016.

---

Jorge Luiz de Goes Pereira, Prof.Dr. UFRRJ

---

Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto, Profa. Dra. UFRRJ

---

Maria José Carneiro, Profa. Dra. UFRRJ/CPDA

## **EPIÍGRAFE**

O que mais quero para o meu futuro é voltar a estudar. Isso é o que mais me envergonha, pois sou boa para falar, mas escrevo muito mal. As pessoas acham que porque falo bem eu sei escrever. Mas eu não sei. As mulheres têm muita dificuldade para voltar a estudar. Tenho que trabalhar, cuidar da casa e dos filhos e, quando chegava na escola, estava cansada. Para mim não interessa ter só certificado da 8ª série; por isso, não quero fazer o provão. Interessa-me mesmo é saber escrever. Se eu voltar a estudar, com certeza eu serei uma costureira famosa. O ideal é voltar a estudar, pois tenho vergonha até de escrever o nome de um tecido para uma cliente comprar. Isso tem dificultado. Sobre a vida profissional, quero só isso. Mas na vida pessoal, eu ainda quero cuidar dos meus netos. E já tem um a caminho. Minha filha está grávida.

**Celina**

## **DEDICATÓRIA**

Às mulheres ribeirinhas, que entre todos os desafios de estar à margem continuam sendo resilientes.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos professores do PPGEA, pela excelência do curso ofertado, em especial, ao Professor Doutor Jorge Luiz de Góes Pereira, por orientar e conduzir todo o processo da pesquisa no programa de mestrado;

Às Gestoras do Programa Mulheres Mil, Projeto Cidadania Ribeirinha - Professora Iranira Geminiano de Melo e Laura Borges Nogueira por todo o carinho em me receber nas atividades do Programa e disponibilizar materiais fundamentais à conclusão da pesquisa;

Aos amigos e colegas do IFRO, pelo incentivo, apoio, compreensão e amizade;

Aos meus pais Adalício Pereira Santos e Alaíde Dias Santos;

À minha família, por tudo.

## RESUMO

SANTOS, George Madson Dias. **Mulheres Ribeirinhas de São Carlos do Jamari/Rondônia**: da vida passada às perspectivas de futuro. Seropédica: UFRRJ, 2016. 73f. (Dissertação, Mestrado em Educação Agrícola, com ênfase em Educação).

Esta pesquisa se situa no âmbito da questão de gênero, que aparece na pesquisa tanto no que diz respeito à histórica exclusão da mulher em decorrência de uma sociedade patriarcal, machista e preconceituosa como também de lutadoras resilientes, que ainda no século XXI necessitam se organizar para lutar e usufruir de direitos essenciais já assegurados juridicamente. O objetivo desse estudo é analisar a realidade sociocultural e os sonhos de mulheres ribeirinhas alunas do *Programa Mulheres Mil*, Projeto Cidadania Ribeirinha, da Comunidade de São Carlos do Jamari. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada através de estudo de caso, com o emprego do instrumento denominado mapa da vida, em uma turma de 26 alunas do curso de Qualificação Profissional em Moda, no período de 31 de julho a 3 de agosto de 2012. O estudo realizou-se por meio da análise do conteúdo de suas falas. Os resultados indicaram que as mulheres ribeirinhas tiveram a infância marcada pelas dificuldades familiares, de relacionamento, falta de diálogo, escassez de alimento e moradia, a adolescência comprometida pela gravidez e casamento. Apesar de todas as diversidades vividas, essas mulheres têm sonhos para a suas vidas, ainda que, na maioria das vezes, intimamente relacionados aos filhos. Elas sonham com emprego, escola, saúde, casa, carro; desejam a felicidade da família, por isso lutam por uma vida melhor.

**Palavras-chave:** Educação, mulheres ribeirinhas, realidade social.



## ABSTRACT

SANTOS, George Madson Dias. **Mulheres Ribeirinhas de São Carlos do Jamari – Porto Velho – RO**: da vida passada às perspectivas de futuro a partir do Programa Mulheres Mil. Seropédica: UFRRJ, 2016. 73p. (Dissertação, Mestrado em Educação Agrícola, com ênfase em Educação).

This research is situated within the gender issue, which here appears both with regard to the historical exclusion of women as a result of a patriarchal society, sexist and prejudiced as well as resilient fighters still in the twenty-first century need to organize to fight for enjoy basic rights already guaranteed legally. The decision by riverside women gave for these are the margins in the broad sense of the word: the margins of society, on the riverbank on the sidelines of the essential rights to health, education, transport and leisure, for example. In this context, we defined the general objective is to analyze the socio-cultural reality and dreams of women riverside students of the Thousand Women Program, Citizenship Project riverfront, the Community of San Carlos Jamari. It decided to methodologically the case study as a group of students in more depth was studied, and as a strategy of analysis and interpretation of the data is used an analysis of the content. The information analyzed and interpreted were obtained from the use of pedagogical tool called map of life. The results indicated that the riverside women have a childhood marked by family difficulties relationship, dialogue, food and housing and adolescence compromised by pregnancy and marriage. Faced with all these women lived diversities have dreams for their lives, although, in most cases, closely related to the children. They dream job, school, health, home, car; They wish for the happiness family, fighting for a better life.

**Key words:** Education, riverside women, social reality.

## LISTAS DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Seringal São Carlos em 1962.....	8
<b>Figura 2:</b> Distrito de São Carlos.....	9
<b>Figura 3:</b> Ruas de São Carlos do Jamari. ....	10
<b>Figura 4:</b> Situação de nupcialidade das mulheres mil, Porto Velho-RO 2012.....	39
<b>Figura 5:</b> Situação ocupacional das mulheres mil, Porto Velho-RO - 2012. ....	40
<b>Figura 6:</b> Nível de escolaridade das mulheres mil, Porto Velho-RO 2012.....	41
<b>Figura 7:</b> Presença de bens na moradia das mulheres mil, Porto Velho-RO 2012. ....	42
<b>Figura 8:</b> A infância de mulheres ribeirinhas. ....	44
<b>Figura 9:</b> A adolescência de mulheres ribeirinhas. ....	48
<b>Figura 10:</b> A fase adulta de mulheres ribeirinhas.....	53
<b>Figura 11:</b> As perspectivas de mulheres ribeirinhas para o futuro. ....	57

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1:</b> Estatística descritiva das condições socioeconômicas, Porto Velho-RO - 2012.....	39
<b>Tabela 2:</b> Demonstrativo do local de moradia das alunas, Porto Velho-RO - 2012. ....	41

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>4</b>
2.1	A Localidade Objeto de Estudo .....	6
<b>3</b>	<b>O SIGNIFICADO DO GÊNERO FEMININO E OS DIREITOS EM CONSTRUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
3.1	O Significado do Gênero .....	12
3.2	A Violência de Gênero: Uma Questão Histórica Brasileira .....	14
3.3	Avanços dos Direitos das Mulheres.....	16
3.4	A Realidade das Mulheres Rurais.....	20
<b>4</b>	<b>PROGRAMA MULHERES MIL: UMA PROPOSTA DE VALORIZAÇÃO DA MULHER</b> .....	<b>27</b>
4.1	Perspectiva de Gênero Feminino .....	29
4.2	Vulnerabilidade e Cidadania.....	30
4.3	Educação Profissional.....	31
4.4	Algumas Experiências do Programa Mulheres Mil no Brasil .....	33
<b>5</b>	<b>A VIDA DAS MULHERES RIBEIRINHAS: ENTRE REALIDADES E SONHOS</b> .....	<b>37</b>
5.1	Projeto de Desenvolvimento do Programa no Instituto Federal de Rondônia.....	37
5.2	Mapas de vida: os sonhos de futuro das mulheres .....	43
5.3	A Infância de Mulheres Ribeirinhas .....	43
5.4	A Adolescência de Mulheres Ribeirinhas.....	47
5.5	A Vida Adulta de Mulheres Ribeirinhas.....	52
5.6	As Perspectivas de Mulheres Ribeirinhas para o Futuro .....	56
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>62</b>
<b>7</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>64</b>
<b>8</b>	<b>ANEXOS</b> .....	<b>71</b>
	<b>Anexo I:</b> As mulheres construindo o mapa de suas vidas.....	72
	<b>Anexo II:</b> Ilustração de mapa da vida construído por uma das mulheres pesquisadas.	73

## APRESENTAÇÃO

Iniciaremos esse texto apresentando um pouco do autor. Para isso, esses primeiros parágrafos foram escritos na primeira pessoa do singular, em seguida, peço licença para voltar a usar a primeira pessoa do plural, pois entendo que essa dissertação foi “costurada a muitas mãos”, seja do ponto de vista teórico, no âmbito das contribuições do orientador e da banca, como também e igualmente importantes das falas das mulheres pesquisadas nessa pesquisa.

Minha vida docente no Instituto Federal de Rondônia (IFRO) começou em outubro de 2011, com a atividade de Professor do Ensino Básico Técnico de Tecnológico. Anteriormente trabalhava como Analista de Sistemas Sênior em empresas públicas e privadas, graduado em Sistemas de Informação e com outras certificações e cursos de curta duração ofertados pelas empresas e pelo mercado de trabalho, nunca houve a preocupação com a escrita científica porque o curso de exatas que fiz numa entidade privada não tinha nenhum programa de iniciação científica, exceto o trabalho de conclusão de curso.

Com experiência acadêmica anterior nula, ao entrar no IFRO tive que buscar meu aprimoramento acadêmico para realizar as atividades de pesquisa e extensão exigidas pela instituição, tão importantes quanto o ensino em sala de aula, dessa forma entrei no ano seguinte no grupo de pesquisa GPMecatrônica e Geotecnologias para atuar com Robótica Educacional, tendo esse grupo uma atividade voltada para as competições houve a necessidade de estar em um outro grupo de pesquisa com um foco específico em publicações e voltado para a área de humanas, pois a minha formação tecnicista apresentava uma lacuna no que diz respeito a produção de artigos e textos científicos.

No início do processo seletivo para o Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA), interessei-me por elaborar um projeto de pesquisa, tendo as mulheres ribeirinhas que atendíamos, como foco de estudo, devido a minha atuação no Programa Mulheres Mil. Já aluno do PPGEA, em 2015 foi criado o Grupo de Pesquisa GESSTEC (Grupo de Estudos Saúde, Sociedade e Tecnologia), com linha de pesquisa também na área de humanas, optei por integrá-lo a fim de melhorar as minhas técnicas e expertise nesta área além de usar os conhecimentos adquiridos com minha formação em tecnologia como atividade meio e contribuir tanto no crescimento do GESSTEC como no desenvolvimento desta dissertação.

## 1 INTRODUÇÃO

Compreendemos que a posição da mulher na Amazônia não é tão diferente daquela que está em outros espaços, por isso, quando falamos mulher amazônica, estamos nos referindo a todas. Sendo assim, a mulher urbana, a do meio rural, a índia, a negra, a amazônica, dentre outras, que exercem diferentes categorias profissionais: lavadeiras, seringueiras, empregadas domésticas, médicas, professoras e etc. O que as diferencia, nesse caso, é a localização onde residem, é o imaginário de cada espaço, a construção desse imaginário pelas mulheres, as relações sociais construídas por elas, os diálogos que estabelecem com as diferentes culturas. No entanto, as demandas são, praticamente, as mesmas, que se resumem na inserção feminina nos meios socioeconômicos e na ruptura de obstáculos epistemológicos que impedem tal inserção.

Considerando que o objeto deste estudo se volta para as mulheres, a história de lutas femininas por espaços igualitários aos masculinos, identifica-se cenários de conquistas e aponta as lacunas na demanda por esses espaços, passando, a partir de então, a identificar o grupo de mulheres, a quem direcionar um olhar mais aproximado: as da comunidade São Carlos do Jamari, as envolvidas no Projeto Mulheres Mil – 2011-2012, desenvolvido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Calama, para compreendermos o contexto de vulnerabilidade e de cidadania a que estas se encontram e seus sonhos para o futuro.

No Projeto Cidadania Ribeirinha, ação de implantação do Programa, consta que as mulheres estão em diferentes espaços da cidade de Porto Velho, principalmente aqueles mais afastados e marginalizados. A razão para a escolha de mães e de irmãs de jovens em ambiente de privação de liberdade é devido a um diálogo com o Ministério Público Estadual, por meio da Vara de Infância e Adolescência, que tem diagnosticado uma reincidência de infrações de menores na cidade de Porto Velho. A partir de um perfil socioeconômico realizado pelo Ministério Público, verificou-se a necessidade de atender as famílias desses jovens, que muitas vezes vêm de uma desestrutura social e econômica. Partiu dessa realidade a ideia de incluir mães, e irmãs de jovens em ambiente de privação de liberdade no Programa Mulheres Mil e com um aprofundamento desse diálogo decidiu-se incluir também mães, companheiras e irmãs de adultos em ambiente de privação de liberdade (IFRO, 2011).

O Projeto envolveu ainda 50 mulheres da Linha Maravilha e Estrada do Belmont (do entorno e da cidade de Porto Velho) e 50 mulheres do distrito de São Carlos do Jamari. Foi com estas últimas que a pesquisa se desenvolveu. A decisão por elas se deu pelas particularidades da comunidade, e por ser a mais distante do núcleo urbano do município de Porto Velho.

Ainda segundo o texto do Projeto Cidadania Ribeirinha, das ações para acesso das mulheres ao Projeto foram realizadas visitas e estreitamento do diálogo com as comunidades, a partir do apoio das instituições Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Amazônia Brasil. Desse modo foi possível traçar o perfil socioeconômico para seleção das mulheres inscritas, aproveitando o momento para reafirmar os cursos escolhidos por essas comunidades.

A proposta vai ao encontro das ações da Comissão de Desenvolvimento Participativo – Comitê de Educação, para atender as comunidades ribeirinhas do Baixo e Médio Madeira, articulada pelo Programa de Educação Ambiental da Usina Hidrelétrica

Santo Antônio, a partir do diálogo com a Organização Não Governamental (ONG) Amazônia Brasil, que incluem as seguintes instituições: Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho, Secretaria Estadual de Educação de Rondônia, instituições particulares de ensino superior, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Coordenadoria da Juventude, entre outros.

O *Programa Mulheres Mil* consiste em uma política pública de cunho afirmativo destinado a atender mulheres em situação de vulnerabilidade, visando elevar a escolaridade e oferecendo cursos que lhes permitam melhorar a renda familiar, obtendo, contudo, a independência econômico-financeira.

O objetivo deste estudo é analisar a realidade sociocultural e os sonhos de mulheres ribeirinhas participantes do Programa Mulheres Mil, Projeto Cidadania Ribeirinha, alunas da Comunidade de São Carlos do Jamari, às margens do Rio Madeira.

Para atender ao objetivo geral buscou-se: (1) caracterizar o Programa Mulheres Mil e sua implantação em Porto Velho – RO no ano de 2012; (2) descrever a comunidade ribeirinha de São Carlos do Jamari; (3) analisar a infância, adolescência, vida adulta e os sonhos (projetos de vida) das mulheres atendidas pelo Programa.

Nesse sentido, buscamos mapear a realidade da população em questão. Os povoados ribeirinhos foram formados pela miscigenação de indígenas, que já habitavam a região e migrantes, sobretudo nordestinos que vieram para a Amazônia para trabalhar como seringueiros. Suas lutas se opõem ao violento processo de desterritorialização ao qual têm sido submetidos como consequência da expansão da sociedade capitalista sob a fronteira Amazônica, estimulada pela ação tecnocrática do Estado brasileiro. Aproveitando-se de seu bom histórico de relação com a floresta. Essas populações têm "levantado a bandeira" ambientalista como estratégia de luta por seus direitos e contra sua expropriação. Por meio dessa atividade, defende-se a possibilidade de geração trabalho e renda para os povos da floresta e ao mesmo tempo conservar os recursos florestais (CÂNDIDO, 2010).

Com base nessa perspectiva, percebe-se que as comunidades ribeirinhas necessitam de mão de obra qualificada para aperfeiçoar o trabalho que já exercem de certa forma com o manejo de produtos naturais. A necessidade de agregar valor a esses produtos faz com que várias oportunidades de trabalho sejam exploradas. Esse é o caso do beneficiamento do pescado, que tem como objetivo aprimorar os cortes do pescado, aproveitar seu couro para o artesanato e ainda utilizar as vísceras do peixe para fertilização orgânica do solo. Tal atividade contempla o total aproveitamento do pescado, gerando mais renda para as famílias ribeirinhas e, conseqüentemente, elevando sua qualidade de vida sem interferir em na cultura com qual interagem com o meio ambiente e em sua cosmologia.

Por outro lado, uma formação em corte e costura pretendeu promover uma agregação de valor as costuras já realizadas por algumas mulheres, de forma a contribuir com a moda ribeirinha, com a geração de renda e capacitação para o mercado de trabalho.

Considerando os dados apurados, a pesquisa organiza-se da seguinte maneira: Na primeira parte, apresentamos a metodologia e caracterizamos a localidade da pesquisa; em seguida apresentamos o contexto histórico da organização feminina no Brasil, a partir do Brasil Colônia, pela luta de igualdade, pela conquista de espaços sociais, econômicos e culturais, e, exercício da cidadania; depois, apresentamos a proposta do Programa Mulheres Mil, os objetivos e ações específicas às mulheres, apresentando as particularidades da comunidade em que elas viviam e algumas informações socioeconômicas. Na sequência são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa

com as mulheres de São Carlos do Jamari, suas vidas passadas, o presente e os sonhos para o futuro, modificados ou ampliados a partir da participação no curso de corte e costura oferecido pelo IFRO, como resultado da política pública, representada no Programa Mulheres Mil.



## 2 METODOLOGIA

A presente pesquisa trata-se de um estudo de caso do tipo descritivo. A denominação se justifica porque levanta questões do tipo *como* e *por que* se dá o objeto de estudo e, ainda, possibilita ao pesquisador um pouco de controle sobre os registros dos eventos observados, isto é, no foco em que ocorrem os fenômenos contemporâneos, que estão inseridos em um contexto da vida real. Nesse caso, o propósito se reconhece descritivo das formas, escolhas de técnicas utilizadas para a produção, preservando as características holísticas e significativas dos eventos reais.

Nas palavras de Gil (2008, pp. 57-58), o

estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados.

No entanto, acredita-se que o conceito apresentado por Yin (2001, p. 32-33) seja mais completo. Para ele, “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”; que

enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados (idem).

Estamos atentos as críticas feitas aos estudos de caso que consistem em: falta de rigor metodológico; fragilidade para fazer generalizações, uma vez que não representam a população; demanda de muito tempo para se concluir a pesquisa e seus resultados podem ser pouco consistentes (YIN, 2001; GIL, 2008). Além disso, o

estudo de caso constitui tarefa difícil de realizar. Pesquisadores inexperientes, entusiasmados pela flexibilidade metodológica dos estudos de caso, ao final de sua pesquisa, conseguem apenas um amontoado de dados que não conseguem analisar e interpretar (GIL, 2008, p. 59).

O estudo de caso supõe ser possível conhecer o fenômeno estudado a partir da exploração intensa de um único caso, a partir de uma “análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos” (GOLDENBERG, 2004, p. 33). Enquanto propósito, os estudos de caso

podem ser exploratório, descritivo ou explanatório (YIN, 2001).

Partimos da premissa de que o estudo de caso não é uma técnica, ele se utiliza de diferentes técnicas para reunir, detalhadamente, o maior número de informações, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, e assim conhecer a totalidade de uma situação e descrever a complexidade do caso pesquisado (GIL, 2008).

Além dessa premissa para aprofundamento no conhecimento do objeto de pesquisa, o estudo de caso é recomendado para explorar situações da vida real que seus limites não estejam claramente definidos; descrever a situação do contexto em que ocorre a investigação; e para explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações complexas que não possibilitem a utilização de levantamentos e experimentos (GIL, 2008).

Nesse sentido, o estudo de caso como estratégia de pesquisa, aqui entendido, trata-se de um levantamento de dados, *in loco*, pela via da observação e, principalmente pela utilização do *Mapa da vida* de 26 mulheres do São Carlos do Jamari, participantes do Programa Mulheres Mil, Projeto Cidadania Ribeirinha.

O *Mapa da vida* é um instrumento da ação pedagógica, que possibilita “criar oportunidade e ambiente para a troca de experiências de vida das mulheres, para que elas possam ser compartilhadas e então devidamente registradas, validadas e valorizadas”. A ferramenta torna possível estimular as mulheres na organização de sua própria história de vida de forma cronológica, permitindo que cada uma visualize e apresente sua trajetória global. Ao mesmo tempo elas são levadas a fazerem escolhas, selecionando o que querem contar e registrar, e assim revelar os fatos marcantes, as rupturas e as pessoas significativas em sua vida (BRASIL, s/d. p. 16):

Para elaboração do *Mapa da vida* foi explicado às mulheres o conceito de *Mapa da vida*, para que serve e como pode ser feito. Em seguida solicitou-se autorização para utilizar suas produções como dados de pesquisa, na sequência foram distribuídos pincéis, canetas, revistas e cartolinas para que elas utilizassem conforme a necessidade da proposta. Após a distribuição dos materiais pedagógicos, as mulheres foram orientadas a desenvolver os mapas a partir de um roteiro.

Esse roteiro recomendava que as mulheres inicialmente falassem sobre a infância, depois sobre a adolescência, a vida adulta e as expectativas para o futuro (ilustrações em anexo). Possibilitando, assim, um olhar para a própria existência. O tempo para desenvolvimento dessa atividade foi dividido em três períodos de quatro horas, no período da tarde e da manhã. De acordo com a rotina da família, algumas mulheres participaram no período matutino, outras no vespertino.

No primeiro dia foi feita uma exposição sobre a metodologia a ser aplicada na construção dos mapas. No segundo, as mulheres iniciaram seus mapas e no terceiro elas concluíram. No caso específico de duas mulheres que não sabiam escrever foi utilizado o recurso lúdico, elas coloram as figuras e as professoras escreveram conforme suas palavras. Vale destacar havia três professoras e o pesquisador auxiliando as mulheres nessa etapa da pesquisa. Salienta-se que algumas mulheres concluíram a atividade no segundo dia, não retornando no terceiro, pois seu mapa já estava pronto.

Sobre cartografar, Oliveira e Paraíso (2012, p. 175) afirmam que “o cartógrafo em educação está atento à vida que se faz, desfaz e refaz nos espaços educacionais”. Assim, as mulheres ao traçar as linhas de suas vidas estavam a olhar a vida que se desfaz (infância e adolescência), a que se fez (vida atual – adulta) e que se refará (o futuro). Dessa maneira, estudar o mapa da vida não é apenas descrever mundos preexistentes, mas também o inventar e reinventar de novos.

A princípio os mapas feitos pelas mulheres foram digitados e estudados a partir da análise dos conteúdos intrínsecos. Sobre essa atitude interpretativa, Oliveira *et. al.* (2003, p. 2) observa que

a análise de conteúdo, instrumento de análise interpretativa, é uma das técnicas de pesquisa mais antigas - os primórdios de sua utilização remontam a 1787 nos Estados Unidos, e sua emergência como método de estudo aconteceu nas décadas de 20 e 30 do século passado com o desenvolvimento das Ciências Sociais, quando a ciência clássica entrava em crise. Como se sabe, a atitude interpretativa faz parte do ser humano que deseja atingir o conhecimento.

Em termos conceituais e abrangendo o objeto concreto da pesquisa, o funcionamento e o objetivo da análise de conteúdo, a literatura afirma que

[...] designa-se sob o termo de análise de conteúdo:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens) indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

A finalidade da análise de conteúdo é “explicar e sistematizar o conteúdo da mensagem e o significado desse conteúdo, por meio de deduções lógicas e justificadas, tendo como referência sua origem (quem emitiu) e o contexto da mensagem ou os efeitos dessa mensagem” (OLIVEIRA *et. al.*, 2003, pp. 3-4). Por sua abrangência metodológica, destacam os autores que essa é uma das técnicas mais utilizadas na área da educação, pois ajuda o pesquisador a identificar a significação do texto que está sendo analisando.

A decisão pela análise de conteúdo se deu por ela ser um método com “campo de aplicação extremamente vasto”, tanto que “em última análise, qualquer comunicação, isto é, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo” (BARDIN, 1977, p. 32).

Em termos metodológicos, a análise de conteúdo nessa pesquisa envolveu três etapas (conforme orientações de BARDIN, 1977; OLIVEIRA *et. al.*, 2003; GIL, 2008):

1ª a pré-análise - realizou-se uma leitura geral dos textos, organizou-se em tópicos para posterior análise;

2ª a exploração do material - fase em que os textos organizados foram importados para o Software NVivo 10, gerando as nuvens de palavras (ilustrações) que facilitaram a síntese e apresentação dos resultados;

3ª o tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação. Nessa etapa buscou-se tratar os resultados a partir da síntese realizada, utilizando-a para fazer interpretação e inferências dialogando com a literatura.

## **2.1 A Localidade Objeto de Estudo**

O estado de Rondônia tem uma população formada por 1.560.501 habitantes, sendo 793.224 homens e 767.277 mulheres. Vivem em área urbana 73,22% e 26,78% em

ambientes rurais (IBGE, 2010). Nesse último percentual estão inclusas as comunidades ribeirinhas. O território do Estado é formado por uma área de 237.576,167 km<sup>2</sup>, fazendo limite: ao Norte e Nordeste com o estado do Amazonas; ao Sul e Oeste, com a Bolívia; a Leste e Sudeste com o estado de Mato Grosso; e a Noroeste com os estados do Acre e do Amazonas.

Na economia de Rondônia destacam-se três setores: o primário, o secundário e o terciário. No primário há a predominância da pecuária, no secundário estão as indústrias, ainda que com poucas instalações; e no terciário, o comércio e a prestação de serviços. A administração do Estado inclui 52 municípios, um deles é a capital, Porto Velho.

A capital Porto Velho, de acordo com o Censo 2010<sup>1</sup>, conta com uma população composta por 428.527 pessoas, 217.618 homens e 210.909 mulheres, a área da unidade territorial mede 34.096,394 km<sup>2</sup> e a densidade demográfica chega a 12,6 hab/km<sup>2</sup>. Há mais de 123 mil pessoas sem rendimento, e 68 mil pessoas vivem com até um salário mínimo. Dentre aqueles com mais de 10 anos e com rendimento predominam os homens (56,1%), seguido pelas mulheres (43,9%). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,736 e a incidência de pobreza atinge 21,89% da população.

Na divisão territorial datada de 2001<sup>2</sup>, Porto Velho está constituído por 12 distritos: Porto Velho (a cidade), Abunã, Extrema, Fortaleza do Abunã, Jaci-Paraná, Nova Califórnia, Vista Alegre do Abunã (localizados ao longo da BR 364, sentido estado do Acre), Calama, Mutum Paraná, Nazaré, Demarcação e São Carlos (distribuídos ao longo do rio Madeira, sentido Manaus-AM). Foi nesse último distrito que o estudo realizou-se, por isso, fez-se necessário uma descrição dos aspectos históricos da localidade.

A Vila de São Carlos do Jamari (atualmente distrito do município de Porto Velho, capital do estado de Rondônia) está situada à margem esquerda do rio Madeira no encontro com a foz do rio Jamari. É considerada a localidade mais antiga do território onde atualmente se situa o estado de Rondônia. A vila foi fundada pelo padre jesuíta João San Payo, na época, chamava-se Missão de Santo Antônio do Alto Madeira. Em 1727, a vila foi removida da margem e deslocada para o interior como modo de proteção caso acontecesse um ataque de indígenas, principalmente das etnias Mura, Muduruku e Parintintin (LIMA, 2008).

No local em que estava situada a referida vila, em 1797, foi fundado pelo governo português, o povoado de São João do Crato o qual, posteriormente, foi denominado pelo governador do Grão-Pará como Nova Colônia, porém subsistiu o primeiro nome e o local se tornou destino de degredados. Em 1860, instalaram ali um posto militar e o povoado passou a se chamar São Carlos, nesse período muitas pessoas chegaram ao local por conta da extração do látex e da castanha-do-brasil. Em 1871, foi construída a primeira capela, momento em que ali eram construídos barracões pelos seringalistas. A queda no mercado da borracha promoveu o êxodo da população local e os que ficaram passaram a desenvolver outras atividades, como por exemplo, a agricultura e o extrativismo (LIMA, 2008).

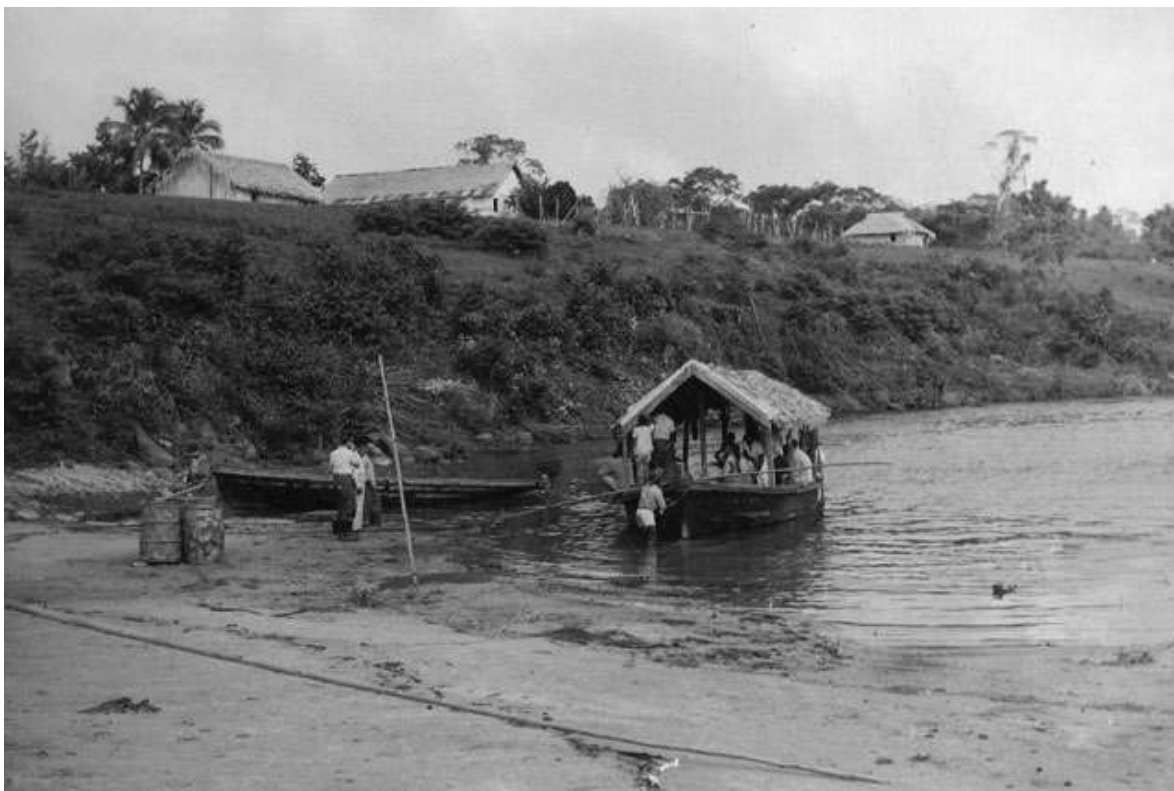
Essa migração do campo para cidade também ocorreu e ocorre em outros países como o retratado por Cruz (2006) ao observar a realidade espanhola. A autora afirma desde os anos 30 tem ocorrido um maciço e seletivo processo de êxodo rural, afetando

---

<sup>1</sup> Informações disponíveis no site do IBGE: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>. Acesso em: 21/04/2016.

<sup>2</sup> Informação disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=110020>. Acesso em 26/04/2016.

principalmente as mulheres e mais jovens. Isso acontece, em especial, pelas transformações nos modos produção, provocadas pelo modelo de desenvolvimento fordista, alterando não apenas o modelo de produção de bens e serviços como as dimensões subjetivas de construção dos sujeitos sociais, das relações sociais.



**Figura 1:** Seringal São Carlos em 1962.

Fonte: Arquivo pessoal de Ivo Feitosa

No caso da comunidade estudada houve uma alteração em toda a vida local. Contudo, voltando aos aspectos históricos da localidade, a comunidade foi formada por descendentes de trabalhadores de três seringais localizados em suas proximidades. Cumpre observar que muitos migrantes foram atraídos para a Amazônia em busca de oportunidade de uma vida melhor, em virtude da extração de recursos naturais durante os séculos XIX e XX, a exemplo do ciclo da borracha; com o fim dos ciclos econômicos, famílias permaneceram nas florestas, esquecidas, e formaram as comunidades tradicionais. Essas comunidades sobreviveram mediante ao extrativismo, a agricultura familiar e ao conhecimento adquirido de sua íntima relação com a natureza (CANDIDO, SOULÉ & PIRES, 2008).

A comunidade ribeirinha denominada São Carlos do Jamari foi estabelecida às margens do rio Madeira, sendo criada pela resolução n. 122, de 21 de novembro de 1985, com amparo na lei complementar de n. 39, de 19 de dezembro de 1980. A localidade fica distante aproximadamente 100 km de Porto Velho, via estrada de terra, sendo que o acesso à comunidade tradicional também pode ser feita por via fluvial, pelo rio Madeira (LIMA, 2008).

O deslocamento de Porto Velho ao distrito de São Carlos do Jamari dura em torno de oito horas via fluvial, caso se dirija ao local pela estrada de terra é necessário tomar um barco para atravessar o rio Madeira, uma vez que Porto Velho está localizado a margem oposta (figura 2).



**Figura 2:** Distrito de São Carlos.

Fonte: *Google Earth*, novembro de 2012.

O distrito está localizado no entorno da reserva extrativista do Cuniã e na margem oposta localiza-se a Floresta Nacional do Jacundá. A população local conta com aproximadamente 400 (quatrocentas) famílias que vivem da agricultura de subsistência e da pesca comercial (LIMA, 2010).

Com relação à localização, observamos que São Carlos do Jamari fica no Mosaico de Unidades de Conservação Cuniã-Jacundá, nesse sentido, grande parte das terras utilizadas hoje pelos moradores da comunidade para agricultura está dentro dos limites da Reserva Extrativista do Cuniã e da Floresta Nacional do Jacundá. A demarcação das terras foi feita sem a participação dos moradores do Distrito (CANDIDO, 2010).

No que se refere à agricultura, produz-se em São Carlos do Jamari, principalmente, feijão e banana, e também farinha e fumo, além da criação de galinhas para consumo da família. A cerca dessas atividades, a principal atividade econômica dos moradores da comunidade consiste na pesca e comercialização do pescado (MUNHOZ, 2005).

Quanto à infraestrutura, a comunidade em questão é considerada acima da média, uma vez que há geradores que abastecem as casas 24h por dia com energia elétrica, as casas são equipadas com diversos eletrodomésticos e algumas já contam com internet discada. Por outro lado, a maioria das casas é feita de madeira e como não há esgoto são utilizadas fossas sépticas, buracos negros ou sumidouros a céu aberto (CANDIDO, 2010). As ruas, boa parte tem ao centro o que se assemelha a uma calçada: são ruas estreitas que passam a ideia de terem sido construídas apenas para se caminhar sobre elas (figura 3).



**Figura 3:** Ruas de São Carlos do Jamari.

Fonte: Acervo pessoal das gestoras do Projeto Cidadania Ribeirinha.

Dados disponibilizados pelo Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia – NAPRA<sup>3</sup> atestam que, hoje, São Carlos do Jamari é uma das maiores comunidades do baixo Madeira, possuindo infraestrutura acima da média das outras comunidades. São Carlos conta com um administrador local, indicado pelo prefeito de Porto Velho e, ainda, 16 (dezesesseis) funcionários municipais que prestam serviços públicos básicos para a comunidade. O distrito tem quatro associações: de moradores, pescadores, agricultores, extrativistas, mulheres e bandeirinhas<sup>4</sup>.

Ainda de acordo com dados disponibilizados pelo NAPRA, no que se refere ao sistema educacional, há duas escolas na comunidade, a Escola Municipal de Ensino Henrique Dias, que atua no ensino fundamental; e uma extensão da Escola Estadual Major Guapindaia, que desenvolve o ensino médio, ambas utilizam o mesmo espaço físico. Um desafio para a educação na localidade consiste em fazer com que as metodologias adotadas sejam compatíveis com o modo de vida ribeirinho, motivo pelo qual foi criado pela prefeitura o Projeto Ribeirinho, que alterna os períodos de aula com períodos livres a fim de facilitar aos alunos o acesso ao trabalho na comunidade.

O distrito conta com quatro religiões distintas praticadas em seis igrejas presentes na comunidade, são elas: a igreja católica, mais antiga, construída no início do século XX por um seringalista; mais recentemente foram fundadas duas igrejas Assembleia de Deus; uma igreja Deus é Amor e duas igrejas Adventistas do Sétimo Dia. As festas que movimentam a comunidade são da vertente católica: as festas juninas e a comemoração do dia de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira da Comunidade (CANDIDO, 2010).

A segurança da localidade é feita por uma base da Polícia Civil e outra base da Polícia Militar. Eventualmente, ocorrem atividades da Justiça Federal Itinerante e da Justiça Rápida Estadual para atender as demandas locais. No âmbito do comércio, a

---

<sup>3</sup> Disponível em <[www.napra.org.br](http://www.napra.org.br)> Acesso em 16-11-2012 às 19h38min.

<sup>4</sup> Bandeirinhas são os homens que trabalham nos barcos (do tipo voadeira: embarcação movida a motor de popa com estrutura e casco de alumínio; ou canoas de madeira com motor de popa), fazendo a travessia dos moradores e visitantes de um lado do rio Madeira ao outro, possibilitando o acesso à comunidade.

localidade conta com mercearias, farmácia popular, padarias, bares, lanchonetes e pousadas (CANDIDO, 2010).

São Carlos do Jamari consiste em um local agradável, calmo, que comporta duas realidades distintas; de um lado o conforto proporcionado pela energia elétrica, de outro a rusticidade, a simplicidade da vida à beira do rio, do peixe recém pescado, das festas católicas, da conversa no fim de tarde. Por todas essas particularidades, somadas ao lindo pôr do sol à beira do rio Madeira é possível afirmar que a comunidade representa um potencial turístico pouco explorado.

Esse potencial faz com que a comunidade seja constantemente visitada por moradores de Porto Velho nas festividades tradicionais, e por pesquisadores que hora ou outra estão no local para investigar as diversas facetas do Distrito. Ainda assim há muito a explorar na localidade tanto no que se refere à pesquisa quanto ao turismo.

Toda essa descrição faz parte de um passado anterior a 2014, ano em que ocorreu a maior alagação da história do Estado. A consequência disso foi a devastação do distrito de São Carlos do Jamari, fato que mudou os rumos dessa pesquisa. O rio ultrapassou sua margem e adentrou às residências, as famílias foram retiradas do local e a realidade anteriormente retratada foi alterada a tal ponto de figurar nas páginas dos jornais como “Vila é abandonada e vira cidade-fantasma<sup>5</sup>”.

Se por um lado fora lamentável a situação da localidade, por outro lastimável pelos moradores, especialmente os mais carentes que se encontram até os dias atuais, final de 2015, abrigados em tendas de lonas sem nenhuma previsão de terem seu direito à moradia, enquanto cidadão da nação, atendido e assegurado pelo Estado.

---

<sup>5</sup> FERREIRA, Pabro. Vila é abandonada e vira cidade fantasma. O estado de São Paulo. 22 de março de 2014. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,vila-e-abandonada-e-vira-cidade-fantasma,1143945>>. Acesso em 31/08/2015.



### 3 O SIGNIFICADO DO GÊNERO FEMININO E OS DIREITOS EM CONSTRUÇÃO

#### 3.1 O Significado do Gênero

O termo gênero é utilizado como uma categoria analítica que abrange os papéis sociais esperados culturalmente e construídos distintamente para homens e mulheres. Por isso, está relacionado com o processo de socialização e com a apropriação das características grupais atribuídas aos membros de um grupo sexual, organizando todas as atividades sociais (CRUZ, 2006).

Joan Scott (s/d, p. 19), uma das pioneiras nos estudos de gênero, esclarece que “as preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise só apareceram no final do século XX”, pois até então, afirma a autora, algumas “teorias construíram a sua lógica sob analogias com a oposição masculino/feminino, outras reconheceram uma “questão feminina”, outras ainda preocuparam-se com a formação da identidade sexual subjetiva”.

Assim, há diferenças conceituais em relação a sexo (homem e mulher) e gênero. Sexo seria a presença das características específicas dos aparelhos reprodutores femininos ou masculinos, seu funcionamento e caracteres sexuais secundários decorrentes dos hormônios (SANTANA & BENEVENTO, 2013). Enquanto gênero, para os autores, são as “relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres que são o resultado de uma construção social do papel do homem e da mulher a partir das diferenças sexuais” (p. 1). Desse modo, o conceito de gênero desnaturaliza o sexo, como características biológicas de cada indivíduo, delimitando o poder entre os sexos.

Scott (s/d) define gênero a partir de um núcleo central que integra duas proposições: Primeiro, o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. E, segundo, o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. Dessa forma, preconiza a autora, as relações sociais se alteram apenas quando há mudanças nas relações de poder. E como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica quatro elementos relacionados entre si:

1º Símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas, e, frequentemente contraditórias. A exemplo a autora cita Eva e Maria, como símbolo da mulher, na tradição cristão do Ocidente, mas também mitos da luz e da escuridão, da purificação e da poluição, da inocência e da corrupção;

2º Conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tipicamente tomam a forma de uma oposição binária que afirma de forma categórica e sem equívoco o sentido do masculino e do feminino;

3º A noção de fixidade: Descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros. Esse tipo de análise tem que incluir uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais, pois o gênero é construído através do parentesco, da economia, da

organização política;

4º A identidade subjetiva. Conferências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos, o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do poder em si). Em síntese, a autora afirma que o gênero é “um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, s/d, pp. 21-23).

Sobre as representações sociais de gênero, elas “são construídas no dia a dia da vida social, a partir de um processo sociocultural local, entre os sujeitos sociais. Essa construção ocorre em todos os espaços da sociedade”, por meio da percepção de si e do outro (SANTANA & BENEVENTO, 2013, p. 2) e “a mudança nas relações de gênero pode acontecer a partir de considerações sobre as necessidades do estado” (SCOTT, s/d, pp. 24-25) em virtude de um processo político e histórico.

A partir dessas definições, percebe-se que gênero é uma categoria fundamental na análise sociológica e histórica, interpretativa e elucidativa das diferenças nas relações entre homens e mulheres. Essas diferenças podem ser visualizadas nos vários contextos sociais: familiares, religiosos, econômicos, políticos; em virtude da cultura e decorrentes de um processo histórico. Sobre o processo político que oferece mais poder ao masculino ou ao feminino,

só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não tem nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contém ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas (SCOTT, s/d, p. 28).

“Gênero é uma construção cultural e social e, como tal, sua representação e disseminação pelos veículos de comunicação é responsável pela construção de ideais sociais, valores, estereótipos e preconceitos” (SANTANA & BENEVENTO, 2013, p. 8) que são internalizados por homens e mulheres. Assim, entende-se que:

A própria existência de gêneros é a manifestação de uma desigual distribuição de responsabilidade na produção social da existência. A sociedade estabelece uma distribuição de responsabilidades que são alheias as vontades das pessoas, sendo que os critérios desta distribuição são sexistas, classistas e racistas. Do lugar que é atribuído socialmente a cada um, dependerá a forma como se terá acesso à própria sobrevivência como sexo, classe e raça, sendo que esta relação com a realidade comporta uma visão particular da mesma (CARLOTO, 2001, p. 1).

Especificamente com relação ao entendimento do termo gênero, Carloto recomenda que ele não seja utilizado como sinônimo de mulher e sim para diferenciar e descrever as categorias mulher e homem e examinar as relações estabelecidas entre elas e eles. As origens e os propósitos do conceito de gênero estão relacionados a uma dimensão política, evidenciando a necessidade de mudanças nas relações desiguais de poder nos âmbitos público e privado, para abolir qualquer forma de dominação-exploração no conjunto das relações sociais (CARLOTO, 2001).

Por outro lado, Amorim (2007) sintetiza os conceitos de gênero e sexo afirmando que o sexo “é dado pelas características biológicas: nasce-se macho ou fêmea da espécie humana”, já o “gênero é o modo como as sociedades olham as pessoas do sexo masculino

e as pessoas do sexo feminino”, sendo o “gênero consequência do sexo numa organização social, numa cultura” (p. 61). A autora reconhece, assim como Scott (s/d), que a compreensão dos papéis de gênero vai depender da análise da cultura em que eles se desenvolvem.

Além disso, há a questão étnica, para a qual Amorim (2007) chama atenção destacando que há desigualdades entre gêneros e intragêneros, uma vez que ser homem negro é diferente do que representa ser homem branco, assim como as oportunidades para as mulheres negras são menores em relação às mulheres brancas, tanto em termos de estudo quanto de trabalho, gerando condições socioculturais e econômicas distintas.

Oliveira (2006a, p. 78), por sua vez, afirma que “gênero é uma categoria relacional, mutante, que está ligada ao movimento da cultura: localização geográfica, características de etnia/raça, classe social, entre outras”. É também “um elemento constitutivo das relações sociais, tendo em vista a percepção das diferenças entre os sexos, ele é um produto social, apreendido, representado e transmitido através das gerações” (idem, p. 79).

Nesse processo de transmissão, a mulher tem desenvolvido um importante papel, conforme observa Oliveira (2006a, p. 90):

A figura materna, por sua vez, reforça os papéis femininos nas filhas ao atribuir-lhes as atividades domésticas, o cuidado dos irmãos e os limites na participação em atividades fora do grupo familiar. Assim, homens e mulheres recebem socializações diferenciadas, que serão reforçadas pela religiosidade, pela escola, grupo de amigos entre outros. A hierarquia, colocada pela maior parte das religiões, reforça o poder masculino, colocando as mulheres numa condição de subordinação.

Assim, o conceito de gênero possibilita analisar, elucidar e refletir a respeito da condição sociocultural e econômica da mulher em relação ao homem, que tem sido historicamente marcada pela subordinação, desigualdade, violência e pelo preconceito.

### **3.2 A Violência de Gênero: Uma Questão Histórica Brasileira**

A história do Brasil está intimamente relacionada com a participação da mulher nos vários momentos de luta, seja para conseguir conquistar direitos, manter os direitos conquistados ou eliminar os comportamentos de subjugação, que perduram dos tempos do Brasil Colônia até os dias atuais do século XXI.

No período colonial, as mulheres eram impedidas de participar da vida pública, das decisões importantes, fossem elas em relação à comunidade ou a própria família. Elas enfrentavam discriminações de todo tipo, praticadas por uma sociedade patriarcal, cristã e machista, que as viam como meras donas de casa, objetos de desejos sexuais, pessoas sem inteligência e frágeis, cuja função social se resumia a condição de esposa, mãe zelosa, fiel, obediente e submissa (DEL PRIORE, 2000).

As mulheres vistas sob esse prisma eram consideradas senhoras respeitadas, mulheres puras, as representantes de Maria, as honradas. Do contrário, eram desrespeitadas e reduzidas à condição de objeto de pecado, de desejo do homem. Diante desse quadro, as mulheres foram resistentes e tentaram o que Del Priore (2000, p. 32) chama de “revanche”: a formação de uma “rede de micropoderes em relação aos filhos e num arsenal de saberes e fazeres sobre o corpo, o parto, a sexualidade e a maternidade”.

Outra discussão levantada sobre essa condição das mulheres, geralmente diz respeito às mais pobres, vítimas de engano, falsas promessas, abusos sexuais, humilhações, abandono e discriminação pela sociedade, ainda hoje. O que representa todos os sofrimentos possíveis, incluindo a obrigação de doar os filhos ou abandoná-los em orfanatos, portas de casas, ou mesmo na rua. De certo modo, isso significa a subjugação do gênero feminino.

Essa mentalidade remonta às orientações bíblicas do apóstolo Paulo, que em sua carta aos Efésios (Versículo 5:22-24) dizia que homens cristãos têm mulheres submissas a seus maridos, uma vez que, segundo a crença cristã, das costelas masculinas, as mulheres foram constituídas.

Sobre o corpo feminino,

qualquer doença, qualquer mazela que atacasse uma mulher, era interpretada como indício da ira celestial contra pecados cometidos, ou então era diagnosticada como sinal demoníaco ou feitiço do inferno, constituía um saber que orientava a medicina e supria provisoriamente as lacunas de seus conhecimentos (DEL PRIORE, 2011, p. 78).

Não bastava a mulher ser discriminada por ser sedutora, se fosse acometida por qualquer mal de saúde era problema, inclusive para a medicina, que não contava com medidas de tratamento, uma vez que o corpo feminino não era conhecido.

No Brasil, que “desde o início do Império, vinculava-se, na opinião de muitos, à falta de mestres e mestras com boa formação” e que somente “em meados do século XIX [...] começaram a ser criadas as primeiras escolas normais para formação de docentes” (DEL PRIORE, 2011, p. 448). A partir desse período, as mulheres entram no mercado de trabalho, no Brasil, iniciando o que hoje é chamado de feminização do magistério.

As alterações no cenário histórico podem ser mencionadas na questão legal. Se no século XIX, nada acontecia ao homem que matasse sua esposa e alegasse defesa de honra, hoje qualquer forma de preconceito e discriminação seja étnica ou de gênero fere a legislação maior do país: a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelece no artigo 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...] homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações [...]” (BRASIL, 2010a, p.5).

Nessa nova fase, Del Priore (2011) esclarece que a mulher passa a ser vista como símbolo do romantismo, permitindo-se a demonstração suas emoções, que mesmo sendo fonte de desejo, também pudesse dizer o que pensava sobre seus sentimentos. Atualmente, a mulher, a mãe atenciosa e dedicada, ainda que possa ser também amante de seu marido, não implica na sua capacidade de ser uma trabalhadora na sociedade. Assim, ocorre a inserção da mulher no mercado de trabalho formal mantendo a maternidade e a domesticidade do período colonial e muitas limitações às mulheres, como os direitos políticos, que só vieram a ser conquistados no século XX, com a intervenção de muitos movimentos femininos, como o movimento de mulheres de Florianópolis em favor do voto.

A realidade retratada historicamente remete ao período de colonização do país, seus traços perduram nos dias atuais, pois no século XXI, a discriminação contra a mulher ainda é uma questão evidente. A mulher continua sendo alvo de termos pejorativos, símbolo do pecado, responsabilizada por práticas sexuais pecaminosas, vítimas de abuso sexual. Enfim, persiste por mais de cinco séculos os vestígios e as marcas da condição subjugada

da do gênero feminino. Essa naturalização das práticas sociais de subordinação das mulheres nos remete a sua raiz mais profunda, aumentando, contudo, a sua complexidade por várias dimensões materiais e subjetivas que estão intimamente entrelaçadas (CRUZ, 2010).

Assim como o entendimento da condição subjugada da mulher exige conhecer o processo histórico que a originou, estabeleceu e manteve, compreender a situação da mulher no mercado de trabalho exige uma retomada à análise da divisão sexual do trabalho que

assume formas conjunturais e históricas, constrói-se como prática social, ora conservando tradições que ordenam tarefas masculinas e tarefas femininas na indústria, ora criando modalidades da divisão sexual das tarefas. A subordinação de gênero, a assimetria nas relações de trabalho masculinas e femininas se manifesta não apenas na divisão de tarefas, mas nos critérios que definem a qualificação das tarefas, nos salários, na disciplina do trabalho (CARLOTO, 2001, p. 2).

Para Carloto (2001), essa divisão sexual do trabalho concretiza e legitima as ideologias, representações e imagens de gênero, que se manifestam nas práticas cotidianas de segregação das mulheres nas esferas reprodutivas-produtivas. De qualquer forma, há que se reconhecer alguns avanços, como o que diz respeito à educação escolar, o que se concretiza durante o século XIX, com a consolidação do capitalismo, maior número de centros urbanos e exigência dos burgueses de acesso à educação para seus filhos. Estes fatos, somados a luta por direitos e a necessidade de mão de obra para classe burguesa, favorece o acesso das mulheres à escola. Entretanto, esse acesso ainda é restrito, mais comum às famílias mais abastadas socioculturalmente, levando-as a profissionalização limitada.

Sobre esse assunto, Cruz (2006) menciona a importância do movimento feminista para conquistar tais avanços. Segundo a autora, a incorporação das mulheres no mercado de trabalho no final do século XIX, as conquistas na área de direitos civis e trabalhistas foram importantes conquistas que tiveram relevante participação dos movimentos e teorias feministas. Esses movimentos desafiaram a ordem conservadora (que excluía a mulher do mundo público) e representaram a luta pela emancipação feminina (SANTANA & BENEVENTO, 2013), trazendo os avanços já mencionados por Cruz (2006).

Nesse novo século, a luta feminista em busca da emancipação continua, no entanto, a presença da mulher em todas as esferas sociais já é uma necessidade. Sua participação “alia-se ao homem na construção de melhores condições financeiras e de convivência dentro e fora do lar” (SANTANA & BENEVENTO, 2013, p. 5). Segundo os autores, a luta tem a finalidade de acabar com a relação de superioridade do gênero masculino sobre o feminino.

### **3.3 Avanços dos Direitos das Mulheres**

A década de 1990 do século XX foi marcada pelo processo de expansão dos direitos humanos, caracterizando a intensa mobilização internacional, com o envolvimento de governos e de organizações da sociedade civil, entre outros grupos. Dessa maneira foi possível reconhecer o caráter político dos instrumentos na garantia dos direitos humanos,

cujo conteúdo expressa o jogo de alianças, tensões e embates no cenário nacional e internacional (PITANGUY, 2002), culminando também no reconhecimento de direitos das mulheres, como por exemplo, o direito sexual e reprodutivo. Direitos esses conseguidos com muita luta do movimento feminista. A cerca desse assunto, Santana e Benevento esclarecem que

a luta das mulheres foi contra a discriminação, violência, preconceito e ganha cada vez mais visibilidade na sociedade. Isso é fruto das mobilizações, movimento, estudo e participação efetiva das mulheres nos sindicatos, escolas, universidades, associações. As histórias de vida, desejos, angústias, denúncias e propostas saem da esfera doméstica e ganha o mundo público. Entretanto, mesmo com todas as transformações ocorridas na condição feminina, muitas mulheres ainda não podem decidir sobre suas vidas, não se constituem enquanto sujeito e estão sendo lançadas á exclusão social por esse modelo econômico injusto imposto pelo capitalismo (SANTANA & BENEVENTO, 2013, p. 6).

A transitoriedade e a instabilidade da mulher, principalmente no que se refere ao exercício de uma profissão foram e são evidentes. As desigualdades se manifestam em relação aos postos de trabalho, nível salarial, reconhecimento nos espaços sociais, por exemplo. Quando se fala na questão étnica, a situação é ainda mais comprometidora.

Em uma pesquisa empírica no Brasil, França e Japão, Hidrata (2014) enfatiza a necessidade de olhar para além da questão de gênero, analisando também a posição de poder nas relações de classe e de sexo, ou nas relações de raça e de sexo, que são assimétricas. Portanto, demandam uma visão ampliada nas pesquisas para contribuir na modificação dessa realidade social, sem mascarar as múltiplas categorias que se dão na realidade social.

As alterações no cenário histórico podem ser encontradas na questão legal, se no século XIX, nada acontecia ao homem que matasse sua esposa e alegasse defesa de honra, hoje qualquer forma de preconceito e discriminação seja étnica ou de gênero fere a legislação maior do país: a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelece no artigo 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...] homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações [...]” (BRASIL, 2010a, p.5). repetição – verificar.

Os direitos constitucionais das mulheres são conquistas de lutas que ocorreram ao longo da história. Dentre elas destacam-se os movimentos feministas, assim como as diversas conferências e leis em favor da mulher, com objetivo de conter qualquer tipo de violência, acarretando com sérias proposições e sentimentos de intolerância a qualquer forma de diferenciação, cujos efeitos em muito modificaram o comportamento machista, mas está longe de bani-lo, porque parece não ecoar nos ouvidos e, principalmente, na consciência, de muitos o apelo a não-violência, à igualdade, ao respeito à mulher. Segundo o IPEA,

Há uma tendência nesta década, já observada anteriormente, que é o crescimento de famílias onde as mulheres são as responsáveis. [...] enquanto em 1993, 18,8% das famílias eram do tipo mulher com ou sem filhos e unipessoal feminina, o que pressupõe uma chefia feminina, em 2003, esse valor saltou para 22,9%. Cabe ressaltar que esse é o percentual mínimo de famílias chefiadas por mulheres, pois muitas daquelas cuja estrutura é um casal, com ou sem filhos, também tem chefia feminina

(IPEA, s/d. p. 7).

Mesmo sendo os estereótipos, os preconceitos e a discriminação contra as mulheres, combatidos, faltam ainda análises e estudos sobre o que leva uma pessoa a pensar que um ser humano possa ser humilhado e desprezado por razões de identidade de gênero. É necessário que haja uma investigação acerca do sentimento de desconsideração e desmerecimento do outro ou da concepção de que esse outro, por algum motivo, possa ser alguém de menor valor e possuir menos direitos que aquele que o discrimina.

Parece-nos que a discriminação feminina é uma epidemia sem cura, é um mal enraizado na história, sem vacina que possa vencê-la. Essa síndrome é, de acordo com Saffioti (1989), acometida essencialmente às mulheres, negros e pobres. De acordo com Hidrata (2014) o *care* é um trabalho desenvolvido por mulheres tanto no Brasil, como na França e no Japão, geralmente mulheres mais vulneráveis e com um itinerário profissional precário. Trata-se de uma síndrome que se constitui da submissão dos inferiores aos que estão no topo da hierarquia social. Aos que pertencem às classes de melhor poder econômico, isto é, aqueles cujo lugar é determinado pelo poder aquisitivo. Em outras palavras, o poder hierarquiza as pessoas, segrega-as, marginaliza outras e perpetua práticas discriminatórias. É o dispositivo da submissão o responsável pela diferenciação e, por que não dizer pela colonização do outro. As mulheres precisam batalhar muito ainda, exigir políticas públicas que garantam seus direitos e que sejam respeitadas e tratadas de forma igualitária aos homens.

Alguns questionamentos são necessários acerca da emancipação de políticas identitárias, para tanto recorremos às palavras de Perlongher (1993):

fala-se de 'identidade negra', 'identidade feminina', 'identidade homossexual', mas, muito mais raramente, de uma 'identidade branca, ocidental, heterossexual e masculina'. É como se o dispositivo de identidade servisse para os dominadores reconhecerem e classificarem os dominados (p. 138).

O direito das minorias é um engodo. As discussões travadas acerca desses direitos não têm dado conta de emancipar essas políticas identitárias, de unificar grupos, no lugar de separá-los como é feito hoje. Então, categorizam em grupos pessoas por razões étnicas, sexuais, econômicas, entre tantas outras. Assim, Hidrata (2014) vê na interseccionalidade a possibilidade de desenvolver estudos que funcionem como projeto de conhecimento e arma política na luta contra as múltiplas formas conjugadas de opressão.

O pilar sobre o qual se sedimenta o discurso dos direitos da mulher pauta-se fundamentalmente em um discurso sobre a necessidade emergente de diminuir a diferença entre os sexos, a garantia de igualdade de direitos sobre todos os aspectos e, principalmente, a possibilidade de exercer a plena cidadania, com todos os direitos humanos essenciais à vida de um indivíduo. O preconceito pode ser entendido como gerador da discriminação e da desigualdade que exclui o indivíduo da chamada ética da igualdade ou de reciprocidade, na qual estão fundados o preconceito e a discriminação (SILVA, 2010).

No caso do Brasil, um bom exemplo desse processo é encontrado na Constituição de 1988, que trouxe em seu texto um conjunto de ações e garantias afirmativas para a promoção dos direitos da mulher (apesar de sua eficácia e efetividade serem criticáveis),

do Programa Nacional de Direitos Humanos, de 1996, revisado em 2002, e do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, de 2007, documentos que colocavam explicitamente as mulheres na própria definição dos direitos humanos e propunham a afirmação dos direitos das minorias identitárias (FIGUEIREDO, 1999).

A crença em mudanças sociais, no engajamento ou não da militância dos direitos humanos por grupos sociais concebidos, nos quais estão inseridos as mulheres, na possibilidade de “ensinar os outros a tratar o nosso semelhante como um de nós”. Portanto, engajado na perspectiva da educação como mudança de atitude, de comportamento e de ideais de vida, é que poderemos criar uma sociedade mais justa, mais igualitária e eticamente possível. Pensar na igualdade que une os sujeitos pode não ser uma tarefa fácil, mas acreditamos ser esse um trabalho possível, na conquista e na primazia dos direitos humanos para as próximas décadas (FIGUEIREDO, 1999). Isso porque as mudanças sociais geralmente demandam um período histórico para se desenvolver e concretizar. Por isso,

a história das mulheres certamente contribuiu para identificar e expandir nossa compreensão sobre novos fatos do passado, para incrementar nossos conhecimentos históricos. Este processo é cumulativo e interativo: para estudar a vida das mulheres no passado, os(as) historiadores(as) se apóiam sobre as especialidades mais antigas, tais como a demografia histórica para estudar os dados do estado civil, as ocupações e as migrações; a história econômica para as transformações econômicas; a história social para os processos de transformação estrutural em grande escala, como a profissionalização, a burocratização e a urbanização; a história das idéias para os métodos de crítica dos textos; e a história política para os conceitos relativos ao poder. Uma nova especialidade histórica nasceu contendo por objeto as mulheres, tornando-as sujeitos da história (TILLY, 1994, p. 34).

Esses registros históricos sobre os caminhos percorridos pela mulher no Brasil dão uma ideia do que passou e o que ainda não foi conquistado por ela, exigindo ainda muito mais lutas contras as desigualdades, políticas públicas que possam estabelecer, definitivamente, o lugar das mulheres equiparado ao do homem. A partir desse recorte histórico, recorreremos aos registros que tratam do espaço da mulher, em Rondônia, até chegarmos às mulheres ribeirinhas, nossas colaboradoras nesta pesquisa.

O espaço no mercado de trabalho, em Rondônia, segundo notícia escrita por Fernanda Bonilha e veiculada no site <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2014>, está se ampliando. No referido noticiário há as seguintes informações acerca disso,

a cada ano, as mulheres se firmam em cargos que antes eram ocupados apenas por homens, e garantem que não é preciso deixar a delicadeza e a vaidade de lado para exercer essas funções. Antigamente meninos ganhavam carrinhos e jogos de montar que os levavam a imaginar como moldar e explorar o mundo. Já as meninas ganhavam bonecas e panelinhas, que as ensinavam como cuidar de casa. Mas já foi o tempo em que isso acontecia e que as profissões eram exclusivamente masculinas ou femininas.



Por outro lado, a inserção da mulher nas atividades profissionais nem sempre ocorre de forma igualitária em razão do gênero. Sobre esse assunto, Cruz (2010) afirma que as atividades das mulheres têm um valor social e econômico mais baixo em relação aos homens, independente das habilidades ou características do trabalho. A autora destaca ainda que a transformação das relações de gênero para uma distribuição mais igualitária do poder e do trabalho entre homens e mulheres é um processo lento, e não alcança todas as mulheres de formal equiparada, nem igualmente nos diferentes contextos.

Assim, nesse contexto de ausência de políticas públicas efetivas, é necessário às famílias de baixa renda diversificar os arranjos e as estratégias para superar as dificuldades de reprodução social, independente se elas (as famílias) estão no meio rural ou no meio urbano (CARNEIRO & PEREIRA, 2012). Na pesquisa, os autores observam haver diferença na participação feminina e masculina, onde a reprodução social das famílias reproduz igualmente as relações de produção financeira.

### 3.4 A Realidade das Mulheres Rurais

Ainda que a naturalização dos papéis de gênero favoreça, especificamente, os homens, a presença de mulheres em trabalhos, antes considerados masculinos, é cada vez mais comum em Porto Velho, capital do Estado de Rondônia. É possível encontrar “Em um açougue de uma rede de supermercados, mãos delicadas cortando as peças de carne. E. R. S. P. é uma das açougueiras em uma equipe de 12 pessoas. Para ela, “trabalhar entre tantos homens não assusta” (BONILLHA, 2014).

Na reportagem, Bonillha (2014) salienta que a delicadeza e a atenção, em geral, são diferenciais do trabalho das mulheres. Além dessa atividade, as mulheres estão também nos postos de gasolina, ainda que sofram preconceito, principalmente, quando oferecem os serviços de “revisão” da frente do carro, os motoristas homens recusam tal serviço, segundo A.P.S.A.<sup>6</sup>.

Em abril de 2014, a Prefeitura de Porto Velho abriu o Espaço Mulher<sup>7</sup> para exposição de artesanato regional. Nesse espaço, as artesãs integrantes da *Feira do Sol Economia Solidária* expuseram obras confeccionadas por elas, peças que fazem alusão aos monumentos históricos da cidade, como as caixas d’água e as locomotivas da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. A prática do artesanato pelas mulheres contribui para melhoria de renda e qualidade de vida de suas famílias. Essas trabalhadoras aproveitam o Espaço para fomentar a economia da capital valorizando, assim, seu próprio trabalho. Do grupo de mulheres componentes da *Feira do Sol* fazem parte mulheres de todas as etnias, por isso, entre o artesanato produzido há várias peças de natureza indígena como o chocalho, o tacape.

Os produtos expostos pelas artesãs são os mais diversos, confeccionados em madeira, cipó, capim rosado, tecido e linhas, entre outros. Muitos deles são bordados à mão, a exemplo dos tapetes. Cuidadosamente trabalhadas, as peças retratam a cultura regional e as tradições dos povos do Norte, especialmente de Rondônia. As mulheres ainda vendem doces de palmito, pupunha e de muitos outros produtos regionais.

Cemin (2006), professora da Universidade Federal de Rondônia, em seu artigo “Gênero, imaginário, tecnoeconomia e desenvolvimento na Amazônia”, aborda a relação entre mulher, trabalho e desenvolvimento, referindo-se ao trabalho agrícola desenvolvido pelas mulheres, durante o processo de colonização da década de 1970.

---

<sup>6</sup> Frentista de um posto de gasolina em Porto Velho, capital do Estado de Rondônia.

<sup>7</sup> Espaço construído pelo Poder Público municipal para encontros e eventos com mulheres.

As pesquisas de Cemin (2006) indicam que embora o homem seja a autoridade máxima e defina o funcionamento das atividades do lar, é a mulher quem personifica a casa e a família. Para a autora, o que temos é uma representação social dupla decorrente da oposição complementar: de um lado, o homem é o responsável direto pelo abastecimento da casa e elo que liga a família ao mundo exterior a casa. Do outro, o fato de um homem sem mulher, ainda que proprietário de um lote e habitando uma casa igual a todas as outras, é socialmente desvalorizado. Dessa forma, a autora enfatiza a valorização social atribuída pela mulher ao homem.

A pesquisadora discutiu também a divisão do trabalho familiar, acreditando na redução da participação feminina na agricultura. O que se confirmou, principalmente nos serviços de derrubada para o preparo primeiro da terra para o plantio. Depois disso, o trabalho feminino funciona como contribuição ao trabalho masculino. Para a autora,

Os processos desencadeados pela divisão do trabalho talvez sejam os mais reveladores da tensão entre oposição e complementaridade. O esforço do homem aplicado à terra é considerado “trabalho”, a mesma atividade, no mesmo espaço, quando desenvolvida pela mulher, é considerada “ajuda”. Mesmo o esforço feminino aplicado aos espaços considerados femininos, como a casa e o terreiro, não é considerado trabalho, sendo designado pela categoria “serviço”. Então, não é o ato em si, nem espaço em que o ato é realizado que são determinantes, mas sim, o valor social de que são revestidos (CEMIN, 2006, p. 2).

A propósito disso, é preciso reconhecer a diferença entre trabalho e ajuda. Esta última palavra colocada associa-se a desvalorização do trabalho feminino por parte do homem, relegando-o a coadjuvante; e a postura da mulher ao negar o enfrentamento do problema de forma direta e incisiva. Ao contrário, contorna o problema, fechando-se naquilo que a sociedade supõe ser o seu lugar, tornando o seu trabalho subalterno na recusa da adoção de processos produtivos ditos complexos (CEMIN, 2006).

Carneiro (2001) observa que ao se casar a mulher perde a possibilidade de ter sua participação na lavoura reconhecida como trabalho, pois essa contribuição passa a ser representada como uma “ajuda” consequência do exercício de seu papel de esposa. Uma das implicações dessa condição é a exclusão da mulher no direito à terra, o que pode ser observado “tanto no que se refere à herança (demanda legal ou mesmo diretamente ao pai) quanto no que se refere à posição de titular em assentamentos do INCRA, após a separação do marido” (idem, pp. 52-53). Sobre essa exclusão da mulher, podemos conferir as afirmações de que

em todos os casos estudados, as filhas só se tornam herdeiras da terra em situações excepcionais, por exemplo, na morte do pai e ausência de irmãos. Dessa forma, é normal as filhas migrarem para a cidade ou casarem-se. Caso permaneçam na agricultura e fiquem solteiras, elas continuarão na casa da família, sob a autoridade do irmão-sucessor após a morte do pai, desempenhando as mesmas funções domésticas e ajudando na lavoura sempre que necessário (AGUIAR & STROPASOLAS, 2010, p. 171).

Em pesquisa com nordestinas, Carneiro (1994) verificou que elas geralmente não consideram as atividades que desenvolvem na lavoura como um trabalho feminino e

“utilizam da categoria “ajuda” para designar essas atividades e reconhecem como seu espaço próprio a casa e suas atividades “naturais”, aquelas voltadas para a reprodução dos membros do grupo doméstico”.

Scott (2010) afirma que a compreensão do trabalho feminino na roça e em atividades de auferir renda e recursos para sustento como “ajuda” é mais acentuada no contexto da agricultura familiar. Porém é importante observar que não restringir o entendimento “de práticas femininas no campo a uma caracterização simplória de “ajuda” contribui para uma abordagem de gênero como relações de poder em constante negociação entre mulheres e homens em domínios de poder diversos” (idem, p. 24).

As estruturas de simbolismo e de gênero afetam diretamente a tomada de decisões, pois é estabelecida, explícita ou implicitamente, certa hierarquia na tomada de decisões sobre os gastos e os investimentos no contexto familiar, prevalecendo o produtivo sobre o reprodutivo e o masculino sobre o feminino (CRUZ, 2010). Observando as mulheres espanholas rurais, exemplificando, a autora afirma ser menos questionável a necessidade de investir muitos milhares de euros na compra de uma nova maquinaria agrícola a usar 400 ou 500 euros em uma máquina de lavar louça ou máquina de lavar roupa. Nesse caso, complementa a autora, o raciocínio é simples: máquinas agrícolas são necessárias para o trabalho ou para o benefício de toda a família e a máquina de lavar louça ou máquina de lavar roupa, não. Além disso, mesmo quando a mulher mantém a fazenda da família, sua participação nas decisões ainda é desigual em virtude da naturalização dos papéis de gênero que faz com que normalmente os homens tenham mais destaque no setor produtivo.

Parece-nos que a questão da interpretação esteja no fato de que fazer o trabalho “bruto”, o que exige mais esforço é para os homens, por isso resta às mulheres a ajuda, o cuidar, tanto que é comum ouvirmos a seguinte frase das próprias mulheres que não trabalham formalmente, com carteira assinada, ao se referir ao que fazem dizem: “Não trabalho. Ajudo meu marido na empresa”. Esse exemplo desencadeia um processo cultural de que a mulher entra com a parte complementar. Segundo Cemin,

vemos então, que fazer uma coisa é trabalho, atributo masculino, cuidar de uma coisa é serviço, atributo feminino. As categorias trabalho e serviço designam diferença e oposição, mas também complementaridade. Diz do serviço que ele é uma atividade leve e portanto, compatível com a suposta condição biológica da mulher, e que o trabalho é uma atividade pesada. Mas nossas observações mostram que na prática, o argumento naturalista não se sustenta porque “leve” passa a ser tudo aquilo que a resultante da tensão entre oposição e complementaridade conseguir designar por serviço (CEMIN, 2016, p. 2).

Há um imaginário masculino que nega à mulher o reconhecimento de seu trabalho tornando-a socialmente um ser dependente e incompleto; o contra-imaginário feminino procura garantir a “especificidade feminina”, visando proteger-se da dupla jornada de trabalho – casa/roçado. Desse modo, há um confronto explícito ou implícito para determinar o limite entre o “trabalho” e o “serviço”. Quando o imaginário masculino nega o trabalho feminino ele não o faz apenas para reproduzir o esquema da autoridade masculina, mas também por considerar o trabalho feminino insuficiente (CEMIN, 2006).

Outro ponto de vista a ser considerado é o de Cruz (2010) que utiliza o conceito de invisibilidade: um mecanismo poderoso e sutil na construção da desigualdade de gênero

que torna invisível não apenas o espaço doméstico e as pessoas atribuídas (a mulher) do trabalho nele, como também a contribuição produtiva da mulher para a sociedade. Com isso, a atividade profissional das mulheres tem renda secundária e adicional em relação a dos homens, elas assumem que seu tempo tem que ser flexível e permitir-lhes realizar todas as tarefas, tanto de trabalho como dos fazeres domésticos. Dessa forma, a mulher assume dupla ou tripla jornada de trabalho.

Em sua análise sobre gênero, sexualidade e saúde reprodutiva das mulheres neopentecostais moradoras da zona rural de Lajinha (Minas Gerais), Amorim (2007) observou que além das atividades na agricultura e no lar, as mulheres são as responsáveis pela manutenção da igreja: limpeza e organização dos cultos, cuidam das crianças e doentes. Elas fazem a ligação entre o sagrado e o profano, e, geralmente, tomam para si a responsabilidade por enfermidades na família, rezam, geralmente, pelo alcoolismo dos seus maridos, a prostituição da filha, o desemprego de algum parente. Desenvolvendo assim, um importante papel na agricultura familiar, que transcende a agricultura, pois algumas mulheres também fazem artesanatos ou ainda trabalham fora da unidade familiar.

Essa sobrecarga atribuída à mulher também é mencionada por Oliveira (2006a, pp. 88-89):

Às mulheres, analisadas em nosso estudo, cabe o papel de mãe, gestoras do lar, responsáveis pela saúde da família, educadoras, donas de casa, cuidadoras de idosos ou doentes crônicos, e quando escolhem ou é necessário, de lavradoras. A excessiva carga de tarefas e responsabilidades é assumida pelas mulheres como um papel a ser cumprido, o papel que lhe cabe na família.

Na comunidade rural a condição da mulher é distinta em relação à cidade. O meio rural, ressalta Cruz (2006), sofre atualmente os efeitos das políticas de desenvolvimento que privilegiam o meio urbano e abandonam o campo, assim como um sistema patriarcal que discrimina e limita as mulheres em seu desenvolvimento pessoal e profissional. Além disso, as necessidades que surgem na vida pós-moderna, vinculadas ao ócio e à natureza, vêm transformando também as representações sociais do meio rural, que passa a ser revalorizado a partir da construção de imagens marcadas pela natureza e pela vida no campo.

Com isso, surge também a oportunidade de novos tipos de trabalho e a possibilidade de romper com o isolamento da mulher e com a invisibilidade de seu trabalho. Uma vez que as mulheres, especialmente no meio rural, ainda assumem o papel tradicional de cuidar dos filhos e realizar as tarefas diárias. Quando realizam atividades agrárias sua atuação é uma extensão do trabalho doméstico, não valorizado social nem economicamente (CRUZ, 2006).

Cemin (2006), por sua vez, não reconhece o problema da inserção da mulher em novos processos produtivos como técnicos, mas sim como um problema cognitivo, em relação ao entendimento, o que o torna um problema de caráter social. Desse modo ressalta que:

a discussão sobre mulher, trabalho e desenvolvimento, implica em postura crítica das mulheres diante de seu próprio modo de conhecer e conceber o mundo, e o modo pelo qual os homens de sua relação conhecem e concebem o mundo (CEMIN, 2006, p.02).

Portanto, deve-se ter atenção para a relação de oposição e de complementação estabelecida na “luta social entre o homem e a mulher em todas as relações de produção das condições de suas existências, que aparece aguda nos processos de divisão social do trabalho”. Assim, a mulher deve “romper com os obstáculos epistemológicos para a construção dos saberes necessários para a reprodução ampliada de seu mundo” (CEMIN, 2006, p. 3) e dessa maneira evitar “a percepção masculina da insuficiência do trabalho feminino e a resistência feminina em transitar os espaços técnicos sociais ditos complexos” (idem). A autora salienta ainda que nessa recusa se encontra “um precário e inadequado sistema de defesa contra aquilo que lhe parece, de modo acertado, ser um aumento e intensificação de sua jornada de trabalho, aumento de extração de sobre-trabalho” (ibidem).

Isso implica compreender que não há conquista sem lutas mais restritas e mais amplas, determina também o enfrentamento do Estado, enquanto gerenciador dos interesses das classes dominantes, da construção de um saber-poder, que possa atingir todas as esferas municipais, estaduais e federais. Isso reforça a ideia de que as mulheres não devem desistir, precisam continuar mobilizadas para que sejam vista e ouvidas, que possam discutir com os homens participando do desenvolvimento cultural, econômico e social tendo seu lugar reconhecido e respeitado.

Porém, se Cemin (2006) está correta ao afirmar que a inserção da mulher em novos processos produtivos advém de um problema cognitivo, o desafio para superação desse problema é ainda maior no que se refere às mulheres que vivem a margem da sociedade, principalmente, aquelas distantes dos núcleos urbanos, como é o caso das mulheres ribeirinhas de que trata o presente estudo.

As mulheres vivendo em meio rural têm as dificuldades aqui apresentadas somadas a outras, como apresenta Carneiro e Pereira (2012), quando aponta para o agricultor brasileiro, um lavrador sem terra, casa e cidadania. Essa realidade social pode se constituir em uma oportunidade de exploração ao apresentar a utilização de filhos e filhas de agricultores no trabalho em domicílio na produção industrial de confecção peças íntimas e vestuário, especialmente aqueles de famílias mais pobres que se sujeitam aos baixos salários. Além disso, no meio rural, as atividades produtivas são assumidas pelas mulheres como uma extensão das tarefas domésticas, sem reconhecê-las como mão de obra ou atividade produtiva (CRUZ, 2010).

Entretanto, existem outras realidades sociais como aquela retratada na pesquisa, denominada “Trabalho, "ajuda" e disputas: uma etnografia das confecções de lingerie em domicílios rurais”, na qual Carneiro (2006, p. 109) identificou que nas

famílias de camadas sociais de baixa renda, as relações entre parentes promovem um importante suporte diante de situações difíceis, nas quais a ajuda mútua pode ser fundamental para a subsistência do grupo. Essa ajuda, raramente contabilizada, pode se dar de diferentes maneiras, sendo a mais comum o auxílio no cuidado das crianças e o empréstimo de dinheiro, podendo envolver também familiares que não residem no mesmo domicílio.

Nesse trabalho familiar com confecções ocorre o inverso do que é apontado por alguns autores anteriormente mencionados, pois Carneiro (2006) destaca que quem mais

ajuda é o marido. Essa ajuda se dá nos cálculos dos custos e acompanhando (ou substituindo) as mulheres na compra de matérias-primas. Porém, não é apenas o marido que “ajuda”. Carneiro (2006) afirma que os filhos organizam os horários de estudo ou de trabalho com o auxílio das mães. Nos estudos de Hernández (2010), observamos que as mulheres também reconhecem a participação do marido e dos filhos nas atividades domésticas como “ajuda”.

Nas pesquisas com famílias que trabalhavam com confecção em domicílios rurais, no município de Nova Friburgo, também foi evidenciado que a instalação de uma oficina de confecção no espaço doméstico era condição para realização do trabalho da mulher. Essa, por sua vez, se desdobrava para realizar várias atividades, enquanto a participação masculina era pontual e considerada uma “ajuda”, do mesmo modo que o trabalho da mulher na lavoura (CARNEIRO & PEREIRA, 2012). Nesse sentido, os autores desnaturalizam a categoria “ajuda” como pertencente ao gênero feminino, e a coloca como expressão de relações sociais inseridas em contextos específicos, em que as estratégias familiares podem atribuir a qualquer membro da família a categoria de ajudante de uma determinada atividade fundamental para a reprodução do grupo familiar.

Contudo, concordamos com Santana e Benevento (2013) quando ressaltam que independente da localidade (rural ou urbana), as diferenças salariais são fatos marcantes na desigualdade entre os sexos. Por outro lado, considerando a esfera familiar, observamos que há diferenças de benefícios (para o masculino) que se manifestam: na divisão do trabalho dentro do lar, no grau de cuidados ou de educação recebidos, na liberdade de escolha, respeito ao tipo de vida que se deseja levar. Os autores destacam ainda, que a seriedade desta desigualdade pode ser vista na geração de uma situação vulnerável para as mulheres, impedindo o aprofundamento da democracia e a vivência da cidadania para todos.

Ainda sobre as mulheres do meio rural, Carneiro (2012) afirma que está havendo uma recente revitalização social e econômica nas localidades rurais, a mesma está deixando de ter sua dinâmica produtiva centralizada nas atividades agrícolas construindo, assim, uma identidade que os diferenciam das realidades urbanas: são as novas ruralidades contemporâneas. A autora menciona a exploração turística do meio rural como novos tipos de ocupação que vão dinamizando a vida social e transformando espaços rurais em locais de lazer, impulsionado pelos preços dos produtos agrícolas e a dúvida em relação à possibilidade de sobreviver com renda produzida pela agricultura familiar, e, pela revalorização do rural como fonte de bens simbólicos. A autora resalta que,

o rural, associado a essa resignificação da natureza e da cultura, passa a ser visto como lugar de um outro tipo de trabalho, não mais restrito à produção de alimentos e de matérias-primas para as indústrias, mas como produção de bens simbólicos que alimentam a indústria cultural e a comunicação entre universos culturais distintos de origem urbana ou de origem rural (CARNEIRO, 2012, p. 35).

Ainda na perspectiva da autora, também se constituem espaços de novos interesses, novas identidades sociais que resultam de relações conflituosas nesse meio rural que ao mesmo tempo inclui modo de vida e forma de utilização dos espaços. Todavia, deve-se considerar que as populações rurais respondem as dificuldades aumentando a sua capacidade de resistência (CAMARERO, CRUZ & OLIVA, 2014). Tomando como exemplo a experiência em Nova Friburgo, as pesquisas de Carneiro e Pereira (2012) apontam a confecção

doméstica de vestuário feminino, atividades da construção civil e de prestação de serviço para turistas e residentes de fim de semana como atividades não agrícolas alternativas que podem contribuir para a visibilidade do trabalho das mulheres.

Isso traz novas possibilidades às pessoas do meio rural e contribuem para redefinir o espaço e construir novas identidades. Porém, na realidade estudada na presente pesquisa, viver do que a terra e rio oferecem ainda é uma forte característica da população rural, como pode ser observado na próxima sessão.

#### 4 PROGRAMA MULHERES MIL: UMA PROPOSTA DE VALORIZAÇÃO DA MULHER

O Programa *Mulheres Mil* foi uma iniciativa do governo federal do Brasil, em cooperação com o governo canadense, visando a formação educacional, profissional e cidadã de mulheres desfavorecidas das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Com processo de implementação de 2007 a 2011, o Programa buscou a criação de possibilidades para que essas mulheres incrementassem seu potencial produtivo e escolar e promovendo a melhoria das condições de vida pessoal, familiar e comunitária, contribuindo diretamente para o crescimento econômico sustentável (BRASIL, s/d).

O Programa está inserido no conjunto de prioridades das políticas públicas do Brasil, implementado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) e no Canadá, desenvolvido pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA/ACDI) e a Associação dos *Community Colleges* canadenses (ACCC).

A cooperação entre os dois países contribuiu para o alcance das Metas do Milênio, estabelecidas pela ONU em 2000 e aprovada por 191 países. As metas estabelecidas incluíam a erradicação da extrema pobreza e da fome, a promoção da igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres e a garantia da sustentabilidade ambiental.

O nome do Programa foi estabelecido a partir da intenção de promover até 2010 a formação profissional e elevar a escolaridade de mil mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de 12 pólos dos estados da região Nordeste e Norte do Brasil, incluindo: Tocantins, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Roraima, Ceará, Pernambuco, Bahia, Alagoas, Amazonas e Piauí. Porém, em 2010 essa perspectiva foi ampliada e foram contemplados outros estados, entre eles Rondônia, inicialmente com os *Campi* Colorado e Ji-Paraná, e, em 2011 o *Campus* Calama também teve projeto aprovado em chamada pública.

O Programa visava proporcionar formação profissional e tecnológica das mulheres em situação de vulnerabilidade social das regiões norte e nordeste do Brasil, posteriormente, o Programa foi estendido às outras regiões do país. Três eixos sustentam as ações vinculadas ao programa, a saber: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável, articulados, estes três eixos atuavam em projetos locais que visavam à promoção e a inserção das referidas mulheres no mundo do trabalho (BRASIL, 2014).

Consoante Souza, Santos e Souza (2011), que abordam em seu estudo a parceria entre Brasil e Canadá para realização do *Programa Mulheres Mil*, a atuação do referido programa foi iniciada em 2007 por meio do cumprimento de acordos bilaterais de cooperação internacional entre os dois países citados, no sentido de promover acesso à educação, igualdade entre os sexos e combater à violência contra a mulher. No Brasil, tais questões foram inadiáveis e, para o Canadá, surgiu a oportunidade de divulgar metodologias sociais de intervenção e, ainda, auxiliar o Brasil no alcance dos Objetivos do Milênio propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000. Os objetivos propostos compreendiam: acabar com a fome e a miséria, ofertar educação básica de qualidade para todos, promover a igualdade entre sexos e a valorização da mulher.

Assim, o programa em questão tinha o intento de promover tanto a inclusão social,



como, a inclusão de gênero, de modo que as mulheres em vulnerabilidade social tivessem acesso à educação profissional, ao emprego e à renda. Para tanto, a partir das diretrizes gerais do programa foram criados projetos locais, voltados para a vocação econômica regional, conhecidos ainda por arranjos produtivos locais (BRASIL, s/d.; BRASIL, 2014). Acerca desse tema Souza, Santos e Souza (2011, p. 3) destacam que:

O foco central do Programa Mulheres Mil é a promoção da formação profissional e tecnológica de cerca de mil mulheres desfavorecidas das regiões Nordeste e Norte até 2010. Esta meta eleva-se até 2014 na progressão que se segue: vinte mil em 2012, trinta mil em 2013 e quarenta mil em 2014, perfazendo o total de cem mil mulheres envolvidas no Programa. O desafio concentra-se na garantia de acesso à educação profissional e à elevação da escolaridade, de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das regiões.

Assim, o Programa começou a ser implantado de forma tímida e com perspectiva de ser ampliado progressivamente, a cada ano e a cada edital da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), envolvendo também novos estados e regiões do país. Quanto aos objetivos do Programa Furtado (*et. al.* 2012, p. 2) destaca que

O Programa Mulheres Mil foi implantado com o objetivo de oferecer as bases de uma política social de inclusão, por meio da qual as mulheres tem acesso à educação profissional, emprego e renda. O Programa Mulheres Mil está inserido no conjunto de prioridades das políticas públicas do Governo Federal, especialmente nos eixos promoção da equidade, igualdade entre os sexos, combate à violência contra a mulher e acesso à educação. Faz parte das ações do Programa Brasil sem Miséria. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), em conjunto com instituições parceiras, são os responsáveis pela formulação e execução dos projetos locais, que deverão estar de acordo com as necessidades da comunidade e com a vocação econômica regional, visando simultaneamente, o aumento da escolaridade e a inserção do mercado formal.

Nesse sentido, dentre todas as atribuições, destaca-se, no Programa *Mulheres Mil*, a promoção do acesso ao emprego para as mulheres em situação de vulnerabilidade, o que foi feito mediante um processo educativo que consistia na oferta de cursos profissionalizantes somada à obrigatoriedade de que as alunas selecionadas para o programa fossem matriculadas na escola, no ensino fundamental ou no ensino médio, de acordo com o histórico de cada uma.

A concepção do Programa parte do princípio de que o acesso ao emprego e a geração de renda são meios capazes de diminuir as desigualdades individuais dirimindo, em consequência, problemas regionais e locais relacionados à pobreza e à sustentabilidade econômica local (SOUZA, SANTOS, SOUZA, 2011).

O Programa foi executado pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia implantados em todas as regiões do país, os quais desenvolvem projetos voltados para os arranjos produtivos locais, de modo que possibilitassem uma perspectiva real de emprego para as alunas dos projetos do *Programa Mulheres Mil*. Essas iniciativas

foram realizadas em parceria com outros órgãos e instituições. Mais especificamente, com relação ao seu funcionamento.

O Programa Mulheres Mil, no Brasil, é implementado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro (AI/GM), Agência Brasileira de Cooperação (ABC), os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs), Escola Técnica Federal, Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica (REDENET) e o Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CONCEFET). O governo canadense é representado pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA/ACDI) e a Associação do Colleges Comunitário do Canadá (ACCC) e colleges parceiros (SOUZA, SANTOS, SOUZA, 2011).

Inspirados no modelo canadense, os institutos federais brasileiros adotaram a Metodologia Brasileira de Acesso, Permanência e Êxito das Mulheres; na execução do programa é adotada a metodologia de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (ARAP), buscando inicialmente os saberes preexistentes para organizar o processo de formação (SOUZA, SANTOS, SOUZA, 2011).

Em outras palavras, é possível afirmar que a proposta desenvolvida no Canadá passou por algumas adaptações ao ser implementada no Brasil, especialmente no que se refere ao modo de desenvolvimento, considerando a realidade do ensino e aprendizagem. Porém, independente da região brasileira, a pretensão era manter a metodologia distinguindo apenas as propostas que, como já foi dito, deviam ser consonantes aos arranjos produtivos de cada localidade.

Souza, Santos e Souza (2011) tratam da inclusão social oportunizada pelo Programa *Mulheres Mil* ao destacarem que a oferta de formação focada na autonomia e na criação de alternativas para a inserção no mundo do trabalho, de modo que essas mulheres consigam melhorar suas vidas e a vida de suas comunidades. Esse ponto de vista defendido pelos autores representa um passo no sentido da inclusão social, e, acrescenta-se a essa ação o exercício da cidadania.

#### **4.1 Perspectiva de Gênero Feminino**

O Programa *Mulheres Mil* foi também considerado uma política para mulheres e dentre os motivos foram citados: a necessidade de promoção da equidade, a igualdade entre sexos, o combate à violência contra mulher e o acesso à educação. Além disso, foram também, como já mencionado anteriormente, o atendimento as Metas do Milênio, promulgada pela ONU em 2000 e aprovada por 191 países: a erradicação da extrema pobreza e da fome, promoção da igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres e garantia da sustentabilidade ambiental.

Assim, diante de tais argumentos oriundos de pesquisas, a mulher é reconhecida como um importante elemento propulsor da família, que uma vez tendo acesso à profissionalização e elevando sua escolaridade poderá mudar os rumos socioeconômicos da família e da comunidade, mudando também sua própria trajetória de vida.

Com o *Programa Mulheres Mil* torna-se possível superar o que Cemin (2006) coloca como um obstáculo para a inserção da mulher nos novos processos produtivos:

obstáculos epistemológicos. Nesse caso, ela, se não o fazia antes, por falta de conhecimento e políticas públicas, passa a recolher seus direitos, posicionando-se na família e na comunidade, como cidadã possuindo os conhecimentos necessários para a reprodução e recriação de seu mundo.

Para atingir esses objetivos o Programa constitui-se em três eixos: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável; para, a partir dos conhecimentos envolvidos e desenvolvidos nessas três áreas, possibilitar a inclusão social, por meio da oferta de formação focada na autonomia e na criação de alternativas para a inserção no mundo do trabalho, para que essas mulheres conseguissem melhorar a qualidade de suas vidas, das de sua família e das de suas comunidades (BRASIL, 2014).

## 4.2 Vulnerabilidade e Cidadania

Para definir a situação de vulnerabilidade foi utilizado um questionário envolvendo questões que possibilitasse avaliar o baixo nível de escolaridade, o histórico de emprego com baixa remuneração e condições adversas, a fragilidade da estrutura de apoio familiar, as experiências educacionais e de vida negativas, pobreza acentuada (BRASIL, s/d). Esse questionário era preenchido pela equipe multidisciplinar, porque as mulheres, na sua maioria, tinham dificuldade no preenchimento.

Uma vez definida a situação de vulnerabilidade de cada mulher inscrita no Programa, a próxima etapa era a seleção daquelas mais vulneráveis de acordo com o número de vagas de cada turma dos campus, em consonância com o projeto específico. No item “3.5. Projeto de Desenvolvimento do Programa no IFRO”, a seguir, serão detalhados esses aspectos.

Os documentos norteadores como o “Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito” e o “PRONATEC Brasil Sem Miséria Mulheres Mil” não esclarecem o que seria a cidadania tão almejada pelo Programa. Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o termo “cidadania” aparece logo no artigo 1º como um dos direitos fundamentais do Estado democrático de direito.

Em seguida, a palavra será novamente utilizada no artigo 5º inciso “LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à **cidadania**”. No inciso LXXVII, do mesmo artigo é preconizada a gratuidade “de ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da **cidadania**”. No artigo 22, inciso XIII é preconizada à União a competência de legislar sobre **cidadania** (grifos do autor) (BRASIL, 2010a, p. 6).

Continuando o exame a carta magna da nação brasileira pode-se encontrar no artigo 68, parágrafo 1º que

Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, os de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, a matéria reservada à lei complementar, nem a legislação sobre: [...] nacionalidade, **cidadania**, direitos individuais, políticos e eleitorais (grifo do autor, BRASIL, 2010a, p. 17).

A utilização seguinte do termo cidadania aparece novamente e por fim no artigo

205 quando da afirmativa de que a educação deve visar “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da **cidadania** e sua qualificação para o trabalho” (grifo do autor, BRASIL, 2010a, p. 34).

Como se ver a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 não define cidadania. Se a educação prepara para o exercício da cidadania cabe pesquisar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 2010b). Entretanto, esse termo está nos artigos 2º, 22, 35 e 36, contudo, nenhum deles contém a definição de cidadania.

Dessa forma, o Programa, assim como a educação, busca a cidadania que por definição não foi encontrada nos guias e nem nas leis mais importantes sobre o tema. Assim, recorrendo a outras fontes faz-se necessário citar Pimenta (2006, p. 160), para quem, considerando um contexto específico que integra interesses, práticas concretas e lutas políticas “cidadania é construção, situada e datada, que articula aspectos psicossociais, engendra subjetividades e processos emancipatórios protagonizados por atores sociais, num campo de interesses e conflitos plurais”.

Para a autora, cidadania combina a equivalência e a diferença, articulando “um campo de equivalências que se traduz numa forma de identidade política fundamentada nos princípios de liberdade e igualdade para todos” e acolhendo “a expressão das diferenças como um princípio articulador de diferentes posições de sujeito”. (PIMENTA, 2006, p.161). Isto faz com que cidadania seja algo dinâmico, que comporta os presentes conflitos e antagonismos que articulam diversos modos de lutas contra a opressão, incluindo aquelas relativas ao gênero (idem).

Portanto, cidadania está situada no conhecimento e vivências dos direitos e deveres, logo, quando são negados esses direitos, o cidadão precisa saber lutar para exigí-los. Cidadania também inclui a luta por direitos que ainda não existam e que na vida em sociedade se percebe a necessidade e assim se conquistes novos direitos. Para isso, o exercício da cidadania e ampliação dos direitos políticos e civis do cidadão<sup>8</sup> a educação política do povo são fundamentais. Os argumentos contidos nesse estudo sobre a importância do *Programa Mulheres Mil* pretendem mostrar que além da inclusão no mundo do trabalho, o projeto busca elevar a escolaridade das mulheres contempladas e contribuir para a emancipação das mesmas e usufruto de sua cidadania.

### 4.3 Educação Profissional

A gênese da formação profissional no Brasil ocorreu com índios e escravos que aprendiam algum ofício e, geralmente envolvendo trabalho pesados e atividades manuais. Dessa origem, há um distanciamento entre os ofícios destinados aos deserdados da sorte e os filhos de colonos que recebiam uma educação para desempenhar funções públicas, reconhecidas socialmente (RODRIGUES, 2002; TAVARES, 2012).

Os primeiros ofícios voltados a homens brancos só foram definidos com a descoberta de ouro em Minas Gerais, e com ela a necessidade do ensino de ofícios para

---

<sup>8</sup> Na teoria constitucional moderna, cidadão é o indivíduo que tem um vínculo jurídico com o Estado. É portador de direitos e deveres fixados por uma determinada estrutura legal (Constituição, leis) que lhe confere, ainda, a nacionalidade. Cidadão são, em tese, livres e iguais perante a lei, porém súditos do Estado. Nos regimes democráticos, entende-se que os cidadãos participaram ou aceitaram o pacto fundante da nação ou de uma nova ordem jurídica (BENEVIDES, 1994, p. 6).

aprendizes trabalharem nas Casas de Fundação e de Moeda. Enquanto os trabalhadores dos engenhos não tinham certificação, aqueles das Casas de Fundação e Moeda após cinco a seis anos passavam por uma banca examinadora e, caso fossem aprovados em suas habilidades, recebiam uma certidão de aprovação.

Também se iniciaram centros de aprendizagem de ofícios nos Arsenais da Marinha no Brasil, onde os operários especializados trazidos de Portugal e os aprendizes eram recrutados até durante a noite, quando uma patrulha do Arsenal saía e recolhia todo aquele que fosse encontrado vagando pelas ruas depois do toque de recolher. A falta de valorização da formação para o trabalho foi manifestada quando havia necessidade de recorrer ao chefe de polícia para pedir que fossem enviados os presos que estivessem em condições de produzir algum trabalho profissional.

Em 1808, Dom João VI criou o Colégio de Fábricas, o primeiro estabelecimento que o poder público instalou no Brasil. O Colégio era voltado à educação dos artistas e aprendizes. Tinha-se, então os patriarcas e seus familiares, depois deles os artífices, os mecânicos, os tecelões e, como camada social julgada “mais baixa” estavam os índios e os escravos. Por essa característica, até 1889, a educação profissional teve pouca expressividade, especialmente por ser tida por um ramo de ensino destinado aos humildes, pobres e desvalidos. Além disso, era um tipo de educação considerada desnecessária, pois o trabalho era exercido por índios e escravos que não precisavam de escola para ensinar seu ofício às gerações futuras, posto que se aprendia a trabalhar no próprio trabalho (TAVARES, 2012).

Assim, mesmo durante o período do Império, o ensino profissional pouco avançou ao ponto de D. Pedro II, em sua última Fala do Trono (3 de maio de 1889), pedir à Assembleia Geral Legislativa a criação de escolas técnicas, o que veio a ocorrer durante o período republicano (RODRIGUES, 2002). De acordo com Rodrigues (2002), existiam 636 estabelecimentos industriais no período da proclamação do regime republicano, e até 1909 já havia mais 3.362 implantados, o que demonstra a necessidade do ensino profissional para o desenvolvimento industrial do país, e o reconhecimento do então presidente Nilo Peçanha da relevância do ensino profissional.

A partir de 1909, a ampliação das instituições de ensino profissional ocorreu a passos lentos, a exemplo se pode citar que de 1909 a 2002, foram construídas 140 unidades Federais de Educação Profissional e Tecnológica, enquanto de 1915 a 1919 foram criadas 5.936 empresas de caráter industrial (RODRIGUES, 2002; MELO, 2014).

A respeito dessa questão, Tavares (2012) afirma que no período de 1956 a 1984, o ensino profissionalizante atuava simultaneamente qualificando a mão de obra para a indústria e servindo de válvula de escape, porque aliviava a pressão exercida pela sociedade por vagas nas universidades. Porém, o autor esclarece que de 2003 a 2010, o ensino profissional está voltado para o desenvolvimento do Brasil, especialmente por meio da oferta de ensino, pesquisa e extensão, em sintonia com as demandas dos Arranjos Produtivos Locais para a população, associado à busca da inovação tecnológica.

É nesse contexto que surge a Lei Nº 11.892/2008 instituindo a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2008), e, nesse âmbito foi desenvolvido o *Programa Mulheres Mil*. Inicialmente como um programa da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), a partir de uma parceria do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com Ministério da Educação (MEC). Em 2014, o *Programa Mulheres Mil* é integrado ao Programa Nacional de Acesso ao

Ensino Técnico e Emprego no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (PRONATEC/BSM), na tentativa de ampliar a oferta de qualificação profissional às mulheres mais pobres, especialmente às beneficiárias do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2014).

Assim, a inclusão mais significativa da mulher na educação profissional se dá com a criação e ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, principalmente com a implementação do Programa Mulheres Mil, que é voltado as mulheres socialmente excluídas do sistema educacional escolar básico e do ensino profissionalizante.

#### 4.4 Algumas Experiências do Programa Mulheres Mil no Brasil

Gostaríamos de registrar nessa pesquisa algumas experiências do Programa Mulheres Mil no Brasil, chamando a atenção para suas dificuldades e avanços. Como mencionamos anteriormente, o Programa foi desenvolvido com o objetivo de promover a inclusão social e econômica de mulheres desfavorecidas, observando as possibilidades de labor, a realidade social da localidade e suas vidas e de suas famílias e comunidades. Um pouco da realidade social dessas mulheres está retratado no documentário “Mulheres Mil - Eu tenho um sonho”<sup>9</sup>.

Nesse documentário são apresentadas as experiências com as primeiras turmas do Programa através de depoimentos das mulheres acerca dos novos caminhos que se abriram a partir dos vários conhecimentos adquiridos com essa oportunidade de formação profissional. Segundo seus depoimentos, algumas mulheres tornaram-se empreendedoras, melhoraram a qualidade dos produtos e as expectativas de melhorar a renda. Algumas delas se organizaram em cooperativas, passando a trabalhar em grupo, agregando mais valor aos produtos produzidos.

Os documentários “Mulheres Mil - Mil Vezes Mulher”<sup>10</sup> e “As Mulheres Mil”<sup>11</sup>, por sua vez, descrevem a realidade das mulheres atendidas e a importância do *Programa Mulheres Mil* em suas vidas, neles é retratado o cotidiano das mulheres alunas no programa Mulheres Mil, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, no município de Lagarto. As mulheres afirmam que o Programa amplia as possibilidades de trabalho, a partir da qualificação profissional. Além disso, desperta a crença nos potenciais pessoais, aumentando a autoestima, consequentemente, ampliando as relações sociais.

O livro “Receitas das mulheres mil”<sup>12</sup> (OECHSLER *et. al.*, s/d) é outro exemplo de sucesso e importância do Programa como política de inclusão e emancipação das mulheres, excluídas e marginalizadas do país. Além das receitas há depoimentos das mulheres a respeito de suas experiências com a formação profissional em decurso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

As experiências apresentadas mostram que além de aprender uma profissão, o *Programa Mulheres Mil* tem representado para as mulheres uma oportunidade de mudar

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=reJN2hiAVmE>>. Acesso em: 01/05/2016.

<sup>10</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=iCvQImV\\_XDA](https://www.youtube.com/watch?v=iCvQImV_XDA)>. < Acesso em: 03/05/2016.

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tZQk6aMq48Y>>. < Acesso em: 03/05/2016.

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://www.ifsc.edu.br/arquivos/extensao/Livro%20Receitas%20Mulheres%20Mil.pdf>>. Acesso em: 03/05/2016.

sua postura diante da comunidade, da família e delas mesmas. Para algumas significou o primeiro acesso a sala de aula, um dos véis do Programa, a elevação da escolaridade. Abrindo, assim, mais possibilidades de transformação na vida das mulheres e suas famílias e comunidade. O programa deu início ao processo de emancipação, cidadania para elas que veem, geralmente, de uma experiência de vida marcada pela exclusão das políticas públicas nacionais, e o descaso em relação ao trabalho e a educação escolar.

Dessa forma, as mulheres passaram a ter uma participação mais efetiva em suas comunidades, a partir de um projeto de inclusão social e educacional, buscando “reduzir as desigualdades sociais e econômicas, defender a igualdade de gênero e combater a violência contra a mulher” (LEGNANI, SEIXAS & JULIO, 2014, p. 2).

As experiências nacionais no período de 2007 a 2010 envolveram os estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins. A capacitação do Instituto Federal de Alagoas firmou parceria com o governo local para contemplar e elevar escolaridade das mulheres e, promovendo a qualificação profissional das alunas na área de alimentos, já que parte delas já desenvolviam a venda e o preparo de alimentos em bares e restaurantes (BRASIL, 2011).

No Amazonas, a qualificação profissional foi na área de camareira, entre as mulheres atendidas incluíam 51 moradoras dos igarapés do entorno da zona urbana de Manaus. Essa profissionalização teve 320 horas de duração, com aulas ministradas por professores do Instituto Federal do Amazonas (IFAM) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). O diferencial observado no curso foi a expectativa de propiciar emprego e renda, elevar a escolaridade das mulheres, por conseguinte sua autoestima, com a possibilidade de serem empreendedoras e multiplicadoras de conhecimento dentro de suas comunidades (BRASIL, 2011).

Na Bahia, foram qualificadas 122 mulheres nas áreas de serviços de camareira e cuidadora domiciliar. Essas mulheres foram selecionadas em comunidades marcadas pela violência e do domínio do tráfico de drogas. Os resultados foram evidenciados nas mudanças comportamentais e de atitudes de todos os envolvidos no processo de formação: alunas, gestores, voluntários, parceiros, professores e técnicos administrativos (idem).

No Ceará, a capacitação foi na área de Turismo, qualificando as mulheres para as ocupações de camareira e manipuladoras de alimentos. No período de 2008 a 2011, foram formadas três turmas e, até 2011, empregou 24 alunas no mercado de trabalho local. Já no Maranhão, a qualificação contemplou a área de congelamentos, conservação e manipulação de alimentos. Das 95 mulheres formadas, 55 foram empregadas no mercado de emprego formal e outras montaram um pequeno negócio, algumas trabalham com encomendas de doces e salgados. Além disso, o Instituto Federal do Maranhão (IFMA) capacitou jovens nas áreas de Artesanato/Biojoias e Instalação predial (idem).

No Instituto Federal da Paraíba (IFPB), as qualificações foram nas áreas de artesanato e pesca, com inclusão das marisqueiras, beneficiando as alunas do *programa Mulheres Mil* e a comunidade geral. Em Pernambuco, a formação foi na área de alimentos, possibilitando o resgate da autoestima das alunas envolvidas, bem como, a elevação do nível de escolaridade, enfrentamento à violência e aos preconceitos da sociedade para com a comunidade que elas pertencem (Chico Mendes - bairro da periferia de Recife) (idem).

No Piauí, foram ofertados cursos na área de corte e costura e modelagem e confecção de peças íntimas beneficiando 60 alunas. As alunas interessadas foram organizadas e fazem parte da cooperativa “Recicla Cidadã”, onde produzem peças de

decoreção a partir de resíduos da indústria da confecção e comercializam-nas (idem).

No Rio Grande do Norte, por sua vez, a qualificação se iniciou com o beneficiamento do couro da tilápia e foi reajustada e ampliada para artesanato, confecção e vestuário, atendendo mulheres de áreas rurais e de assentamento. Em Rondônia, o Programa *Mulheres Mil* teve início em 2009. A primeira turma do *Mulheres Mil* Campus de Ji-Paraná, município localizado a 373 km de Porto Velho, capital do Estado, formou alunas em artesanato e bijuterias beneficiando 40 mulheres vizinhas da Instituição, área periférica da cidade (idem).

Em Roraima, o *Mulheres mil* teve início com 80 mulheres em ambiente de privação de liberdade. A formação foi em Técnico em Culinária Regional. Já em Sergipe, a capacitação foi na área de artesanato, com papéis, papelão, tecidos, garrafas PET, para mulheres do bairro Santa Maria (periferia de Aracaju), e em artesanato com cascos de marisco e em culinária para as pescadoras de Taiçoca de Fora (idem).

Na região de Tocantins foram beneficiadas 75 mulheres com capacitação nos cursos nas áreas de artesanato, corte e costura e alimentos. A experiência foi tão exitosa que o Instituto Federal de Tocantins (IFTO) planejou expandir *Programa Mulheres Mil* para mais seis municípios, a fim de beneficiar mais mulheres com atuação em outras atividades como pescadoras, quebradeiras de coco e agricultoras familiares (BRASIL, 2011).

A partir dos relatos do livro “Mulheres mil na rede federal: caminhos da inclusão” (BRASIL, 2011), percebe-se que além das mulheres de diferentes contextos de exclusão e marginalização, suas comunidades também foram beneficiadas com o *Programa Mulheres Mil*. Além disso, constatamos que houve uma transformação em todos os envolvidos com o programa, gestores, professores, técnicos administrativos e motoristas, o que justifica a ampliação do programa para outras regiões do país, já em inicialmente foi desenvolvido apenas no Norte e no Nordeste do Brasil.

Sobre sua ampliação, Silva e Rêgo (2015, p. 9) afirmam que nos anos “2011, 2012 e 2013, o programa conseguiu atender a um público de quase quarenta mil alunas, mulheres que tiveram a oportunidade de entrar em um curso ofertado por uma instituição educacional, em sua maioria, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”.

Relatando uma experiência mais recente, no estado do Paraná, Legnani, Seixas e Julio (2014) descrevem que o Instituto atendeu 100 alunas: 50 no curso de Auxiliar em Cozinha e 50 em Artesanato de Utilitários. As autoras destacam como aspectos positivos da inclusão dessas mulheres no Programa, a formação profissional e a elevação da autoestima, além de contribuir na sensibilização e consciência dos direitos e deveres que possuem enquanto cidadãs.

Apesar do êxito obtido com as experiências do programa, em 2014, o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) firmaram parceria integrando o *Programa Mulheres Mil* (PMM) no âmbito do BSM ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Essa iniciativa desagradou as equipes envolvidas com PMM:

A adesão do PMM ao Pronatec criou certa tensão nas equipes multidisciplinares já constituídas e em atividade no programa. A grande preocupação vivenciada pelos profissionais era se a hibridização das bases epistemológicas e ideológicas do programa não seriam afetadas ou distorcidas quando postas em prática com o *modus operandi* do Pronatec. Esta possibilidade passou a ser aventada pelas características mais



vocacionais dos profissionais do PMM (SILVA & RÊGO, 2015, p. 7).

Entretanto, alertam os autores, as dúvidas que envolviam as equipes ainda não foram respondidas, uma vez que os esclarecimentos virão com os novos rumos e as novas tendências a partir da mudança ocorrida com a parceria MEC-MDS possam viabilizar em termos de metodológicos e de gestão do PMM.

Outro aspecto negativo está nos problemas que continuam sendo vivenciados pelas mulheres e suas famílias: o desemprego e a violência doméstica (ARNAUD & SOUSA, 2012). Conforme os apontamentos feitos por Trindade e Schwengber (2013), ao abordar histórias de vida de mulheres atendidas pelo *Programa Mulheres Mil* em São Borja (RS), afirmam que essas alunas apresentavam baixo nível de escolaridade e renda e sofriam com o preconceito e a violência doméstica.

Para solucionar esse problema, Arnaud e Sousa (2012, p. 2) alegam que “se faz necessária à sensibilização dos poderes públicos para a garantia e o acesso as políticas sociais e serviços, em favor dos segmentos mais vulneráveis da comunidade onde vivem; proporcionando uma educação de qualidade para seus filhos”.

As autoras destacam, ainda, que o processo de democratização na educação e de “acesso e permanência das mulheres na escola são interrompidos pela necessidade de geração de renda” e de cuidar da família (idem). Legnani, Seixas e Julio (2014) também observam que mesmo com a assistência financeira paga às alunas, o recurso não é suficiente para mantê-las frequentando as aulas, o que significa que nem sempre as vagas ofertadas correspondem ao número de mulheres que concluíram a capacitação. No caso estudado pelas autoras, das 100 mulheres matriculadas 57 concluíram a formação.

Entretanto, ao analisarmos a proposta inicial formação de 1000 mulheres desfavorecidas, para que alcançassem um objetivo de emprego, no Norte e Nordeste do país (BRASIL, 2007), observa-se que os avanços são expressivos, pois o *Programa Mulheres Mil* implantado nos Institutos Federais de todas as regiões do Brasil, já capacitou mais de 40 mil mulheres.

A partir do exposto sobre a constituição, objetivo e finalidade do *Programa Mulheres Mil*, notamos os aspectos positivos e negativos das diferentes iniciativas vivenciadas no âmbito dos Institutos Federais Brasileiros. Podemos observar também que as questões de gênero ainda se colocam como um desafio a ser enfrentado pelas mulheres objeto desse Programa. No próximo capítulo, estaremos discutindo as experiências das mulheres ribeirinhas, inseridas em um programa federal de formação e cidadania, analisaremos como essa possibilidade transforma ou não sua realidade e visão de futuro.

## 5 A VIDA DAS MULHERES RIBEIRINHAS: ENTRE REALIDADES E SONHOS

### 5.1 Projeto de Desenvolvimento do Programa no Instituto Federal de Rondônia

Nesse capítulo, resgataremos a trajetória do Projeto Cidadania Ribeirinha através do Instituto Federal de Rondônia, para que o leitor possa se situar no contexto da sua implantação, seus objetivos, desafios e avanços.

Em atendimento a Chamada Pública do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Mec/Setec) número 01, de 2011, foi instituída uma comissão no *Campus* Porto Velho Calama para elaborar uma proposta de acordo com os objetivos do *Programa Mulheres Mil*, tendo como público alvo as mulheres ribeirinhas do município de Porto Velho. A proposta foi intitulada de “Projeto Cidadania Ribeirinha” e teve início em agosto de 2011. A comissão foi formada pelos professores e pesquisadores do IFRO, Iranira Geminiano de Melo, Gilberto Laske, Rogério Lima Barreto, Laura Borges Nogueira, Marcel Leite Rios, Erick Antônio Souza de Castro e Reginaldo Martins da Silva de Souza (Portaria Nº 078 de 18 de agosto de 2011). Entretanto, a elaboração do Projeto foi acelerada apenas após a capacitação das gestoras (Iranira Geminiano de Melo e Laura Borges Nogueira), de 19 a 23 de setembro de 2011. A comissão se empenhou, enviando o projeto à Pró-Reitoria de Extensão dentro do prazo previsto (IFRO, 2012).

O acesso às comunidades selecionadas pela proposta havia sido iniciado um ano antes com a Pró-reitora de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), com a Chefe do Departamento de Extensão do Campus e alguns professores visitando as comunidades da Reserva Extrativista do Cuniã, do distrito de São Carlos do Jamari e da estrada do Belmont. Nessa etapa, em que a Instituição teve o apoio da Organização Não-Governamental (ONG) Amazônia Brasil e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (IFRO, 2012), foi feito o levantamento para definir o curso que seria ofertado pelo IFRO, ou seja, foi feito um levantamento junto às mulheres locais sobre o que gostariam de aprender.

Na oportunidade foi verificada a necessidade de formação profissional das mulheres locais, sendo definidos, a partir dos anseios das mesmas, dois cursos: beneficiamento do pescado (na comunidade da Reserva Extrativista Cuniã) e corte e costura (em São Carlos e entorno de Porto Velho). A escolha do curso de corte e costura foi justificada pelas mulheres como uma necessidade de costurar para a família, tendo em vista que parte delas já possuía máquina de costura e gostariam de aprimorar o conhecimento para o uso. Dentre elas, algumas até já costuravam sob encomenda para a comunidade local.

O mais interessante é que não há maiores oportunidades de empregabilidade de costureiras no mercado de trabalho no distrito de São Carlos do Jamari, que não seja a costura por conta própria. Assim, a capacitação de mão-de-obra com o Programa Mulheres Mil está mais direcionada para a realização de um auto negócio, transformando todas essas mulheres em costureiras, em empreendedoras, trabalhando no universo da casa e da família. Reproduz-se assim um papel tradicional de gênero (costureiras), com baixa capacidade de empregabilidade no mercado local.

Mas essa situação não tira das mulheres o desejo de um futuro melhor através dos estudos e da capacitação profissional. Como na pesquisa de Cruz (2006), é observado que as mulheres veem nos estudos uma possibilidade para conseguir emprego. Contudo, esse desejo não as tira da invisibilidade das tarefas doméstica, como o caso analisado por Cruz (2006).

Destaca-se também que apenas o curso de corte e costura (formação em moda) foi ofertado, em razão da troca de diretor no Campus. O atendimento as demais comunidades ficou comprometido pela dificuldade de acesso, não sendo possível atender a comunidade da Reserva (porque requeria uma maior contrapartida do Campus, em diárias e passagens para os professores). Sendo a mesma excluída do Projeto Cidadania Ribeirinha.

Por fim, concluído o processo de seleção interna, o Projeto Cidadania Ribeirinha atendeu quatro grupos de mulheres: mulheres ribeirinhas moradoras do Distrito de São Carlos do Jamari, mulheres ribeirinhas moradoras da Linha Maravilha, mulheres ribeirinhas moradoras da Estrada do Belmont e entornos, bem como mulheres mães, companheiras, e irmãs de jovens e adultos em ambiente de privação de liberdade, e outras mulheres que moravam em diferentes bairros do município de Porto Velho.

Quanto à organização das alunas, foram distribuídas em duas turmas distintas: turma A composta por 50 alunas, todas de São Carlos do Jamari, a turma B, com o mesmo número de alunas e incluindo: 19 da cidade de Porto Velho, das quais 10 eram mães de jovens em ambiente de privação de liberdade, e duas eram esposas de adultos na mesma situação, 19 da Estrada do Belmont e 12 mulheres da Linha Maravilha (IFRO, 2012).

O curso foi organizado em dois eixos: Núcleo Básico, com os módulos Direitos e saúde da mulher, Práticas saudáveis, Informática básica, Artes, Empreendedorismo, Associativismo, Língua portuguesa aplicada e Matemática aplicada, totalizando 160 horas e o Núcleo Profissionalizante, envolvendo o estudo de Moda masculina, Moda feminina e Peças íntimas, cada um com 40 horas aula, totalizando 120 horas. Somados os dois eixos, o curso teve um total de 280 horas (IFRO, 2011).

Além disso, as mulheres foram incentivadas a voltar à escola visando concluir o ensino básico e aumentar o nível de escolarização. Porém, em algumas situações isso foi impossível, devido às dificuldades encontradas pelas moradoras da Estrada do Belmont e da Linha Maravilha que não tinham transporte público, impedindo seu deslocamento para frequentar a escola. O transporte público local, ônibus ou barco escolar transitava apenas durante o dia quando não havia curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Quanto ao perfil das alunas, o Relatório de ação anual (IFRO, 2012) apresentado pelas gestoras do Programa no *Campus* afirma que tinham mulheres vivendo sozinhas, e outras que moravam com até 10 pessoas na mesma casa, sendo a renda familiar máxima de R\$ 1.848,60 (tabela 1).

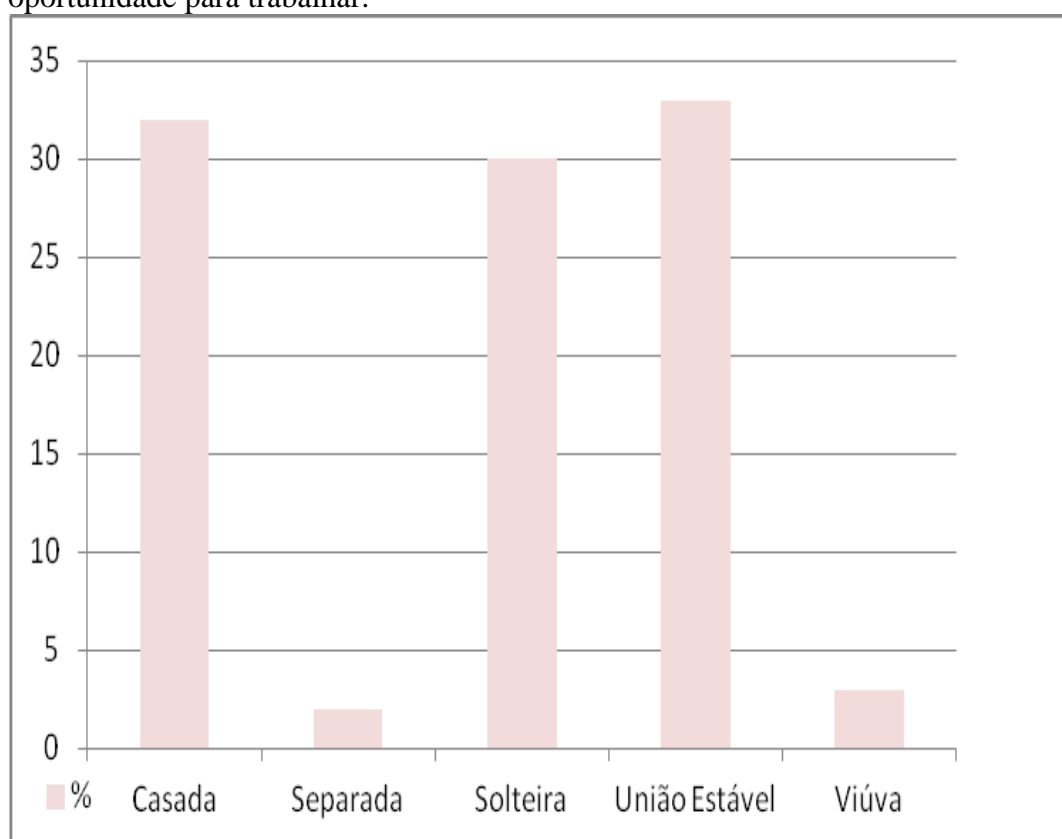
Nos estudos de Arnaud e Sousa (2012, p. 6), feito com alunas do *Programa Mulheres Mil*, no município de Monteiro, estado da Paraíba, também foi observado que as mulheres e suas famílias viviam “em condição de vulnerabilidade social, não havendo âncoras em políticas consistentes, pois os benefícios ofertados reproduziam os velhos programas compensatórios, e não possibilitavam de forma efetiva e eficaz a autonomia econômica e social dessas famílias”.

**Tabela 1:** Estatística descritiva das condições socioeconômicas, Porto Velho-RO - 2012.

Estatística	Nº de pessoas na casa	Renda	Quantidade de Compartimentos
<b>N</b>	100	100	100
<b>Mínimo</b>	1,00	0,00	1,00
<b>Máximo</b>	11,00	1.848,60	10,00
<b>1º Quartil</b>	3,00	121,05	4,00
<b>Mediana</b>	4,00	178,50	5,00
<b>3º Quartil</b>	5,00	297,75	6,00
<b>Média</b>	4,25	239,90	4,77
<b>Desvio-padrão (n-1)</b>	1,58	234,11	1,81

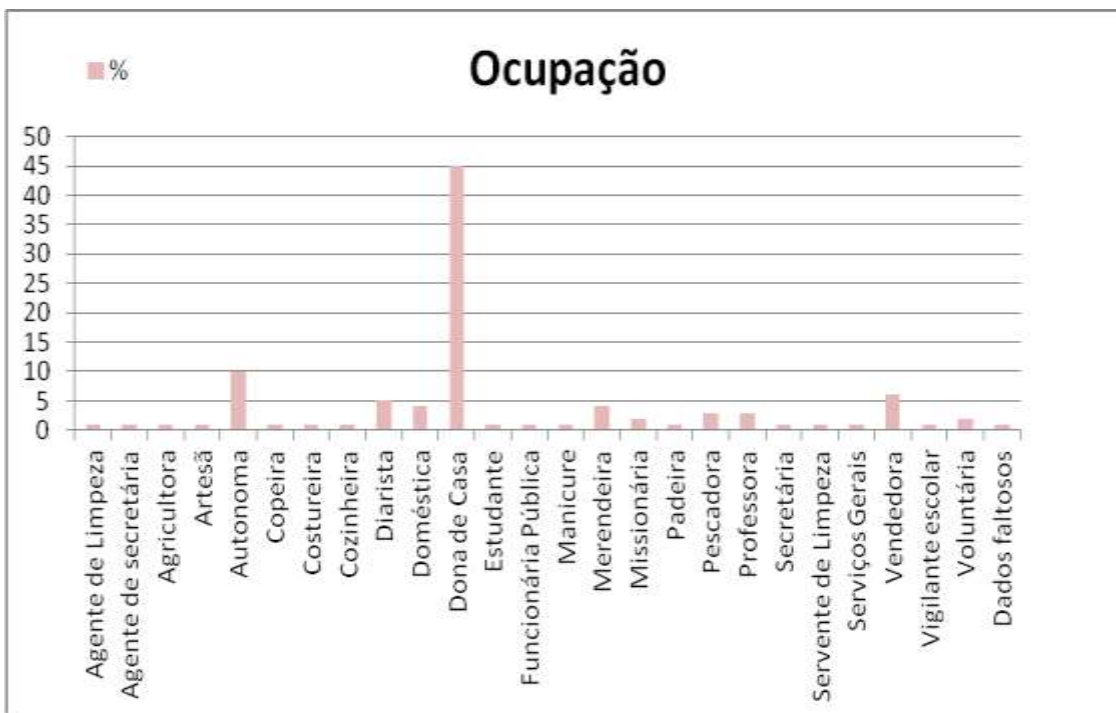
Fonte: Relatório de ação anual (IFRO, 2012).

Nas figuras 4 e 5 são apresentadas respectivamente, as informações referentes à nupcialidade das mulheres atendidas e a sua situação em relação à ocupação. Observa-se que das 33 alunas com união estável, 22 eram de São Carlos do Jamari. Esse dado pode ser decorrente da dificuldade de acesso aos cartórios em relação às mulheres do centro urbano e das proximidades. Com relação à situação ocupacional das 45 mulheres dona de casa, 28 moravam em São Carlos, e durante a apuração de dados pelo programa alegavam falta de oportunidade para trabalhar.



**Figura 4:** Situação de nupcialidade das mulheres mil, Porto Velho-RO 2012.

Fonte: Relatório de ação anual (IFRO, 2012).



**Figura 5:** Situação ocupacional das mulheres mil, Porto Velho-RO - 2012.  
 Fonte: Relatório de ação anual (IFRO, 2012).

Nota-se na figura 5 a reprodução das atividades comumente atribuídas as mulheres na maioria delas (donas de casa, doméstica, merendeiras, missionárias, vendedoras, etc.), ocupações em as oportunidades de renda são sempre menores em relação às atividades masculinas. Dessa forma, as mulheres inscritas nos cursos reproduziam sua condição de gênero, entrelaçando suas atividades domésticas com as atividades econômicas.

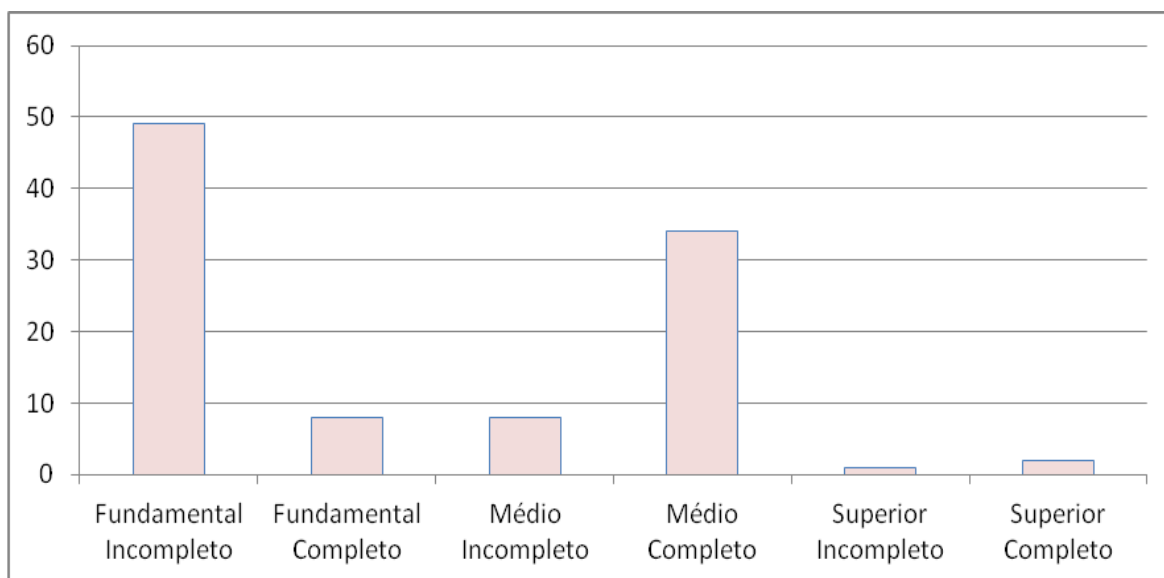
Em relação à moradia, a tabela 2 mostra que 22 mulheres moravam em casa emprestada, cinco em casa alugada e uma em casa arrendada. O material de construção da casa era alvenaria para apenas 26 mulheres. Das mulheres que moravam em casa de madeira, 35 eram de São Carlos do Jamari, sendo que 11 delas não possuíam banheiro interno. O uso de casas de madeiras faz parte da cultura local e está diretamente relacionada às condições econômicas dessas famílias, assim como e as possibilidades de reprodução social nessas regiões ribeirinhas. Por outro lado, a falta de banheiro nas casas demonstra a pouca importância que esse espaço ainda representa na cultura dessas famílias, seja pelo valor necessário ao seu investimento, seja pela pouca importância que a higiene sanitária possui junto a essas famílias, pois fazem uso dos espaços livres e naturais para a higienização.

**Tabela 2:** Demonstrativo do local de moradia das alunas, Porto Velho-RO - 2012.

<b>Tipo de Moradia</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Aluguel	5	5,00
Casa própria	72	72,00
Emprestada	22	22,00
Rendada	1	1,00
<b>Material da Moradia</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Alvenaria	26	26,00
Alvenaria/ Madeira	11	11,00
Madeira	55	55,00
Mista	3	3,00
Taipa/Barro	1	1,00
Dados faltosos	4	4,00
<b>Banheiro Interno</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Não	24	24,00
Sim	62	62,00
Dados faltosos	14	14,00

Fonte: Relatório de ação anual (IFRO, 2012).

A escolaridade das alunas era bastante distinta, um total de 49% das mulheres com ensino fundamental incompletos, dessas algumas nunca haviam estudado e outras apenas tinham sido alfabetizadas (figura 6). A baixa escolaridade reafirma a realidade das alunas *Mulheres Mil*. Na turma estudada por Arnaud e Sousa (2012) 29% das mulheres não eram alfabetizadas.



**Figura 6:** Nível de escolaridade das mulheres mil, Porto Velho-RO 2012.

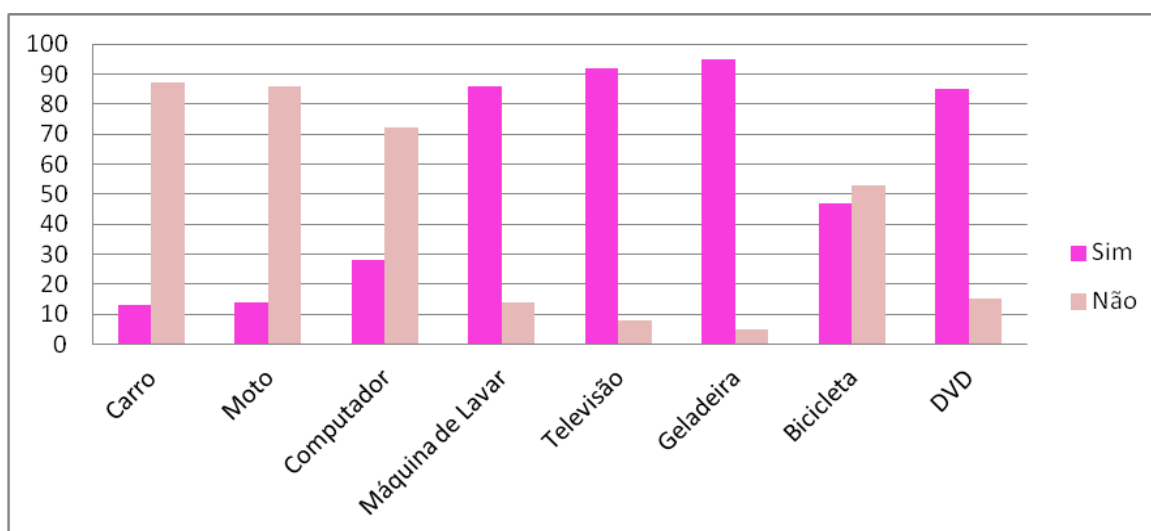
Fonte: Relatório de ação anual (IFRO, 2012).

São variados os motivos pelos quais essas mulheres quando chegam a estudar interrompem a escolarização, a maioria, ainda no ensino fundamental. Para algumas, a

interrupção se deu porque quando estavam na idade escolar não havia oferta de ensino médio na localidade. Outras, porque foram morar longe da escola, e ainda outras justificam a interrupção dos estudos em virtude da sobrecarga imposta pela responsabilidade de cuidar da família (casa, marido, crianças) durante o dia e estudar a noite.

Quanto aos bens disponíveis nas casas das mulheres, foi observado que a maioria (72%) não possuía computadores (figura 7) e os itens mais comuns eram geladeira, televisão, máquina de lavar e aparelho de DVD. Embora, durante as aulas de introdução a informática, as mulheres tenham externado o anseio pelo computador para pesquisar receitas culinárias e ajudar os filhos nas tarefas escolares, há um indicativo de que tenham priorizado investir os recursos financeiros em equipamentos relacionados ao conforto familiar. Portanto, constatou-se que a prioridade das mulheres sempre está relacionada ao bem estar do grupo familiar.

Por outro lado, os itens mais comuns também são menos onerosos que aqueles mais caros: carro, moto ou até mesmo computador, tomando por exemplo a bicicleta. Esta, além de ser relativamente menos cara, torna-se um importante meio de transporte, encurtando as distâncias sem custos adicionais. Em muitos casos serve para se deslocar ao local de trabalho, viabilizar a carga de compras e até mesmo transportar filhos menores à escola ou cuidados médicos. O uso da bicicleta para o lazer parece se limitar aos filhos.



**Figura 7:** Presença de bens na moradia das mulheres mil, Porto Velho-RO 2012.

Fonte: Relatório de ação anual (IFRO, 2012).

Essa caracterização das mulheres em relação à situação socioeconômica faz-se necessária e importante para compreensão da próxima sessão da pesquisa. Posto que a abordagem trata, especificamente, dos aspectos da vida passada e presente, sonhos para o futuro das mulheres selecionadas para compor essa pesquisa. Desse modo, alguns questionamentos foram considerados: Como fora sua infância? O que marca sua adolescência? Como foi ou está sendo a vida adulta? Quais suas perspectivas para o futuro?

## **5.2 Mapas de vida: os sonhos de futuro das mulheres**

Como informamos anteriormente, mapas de vida é um método que possibilita a criação de um ambiente para troca de experiências de vida entre as mulheres, a fim de que elas possam ser compartilhadas, registradas, validadas e valorizadas. Com esse método, as mulheres organizaram cronologicamente suas próprias vidas. Os mapas analisados na pesquisa foram organizados pensando em quatro fases: a infância, a adolescência, a vida adulta, a vida futura.

Nesse contexto, para escrever essa sessão recorreremos aos mapas da vida feitos pelas mulheres ao longo do Projeto Cidadania Ribeirinha. Os textos utilizados foram disponibilizados pelas gestoras do Programa e estarão compondo o livro “Vidas Ribeirinhas”, organizado pelas professoras Iranira Geminiano de Melo, Laura Borges Nogueira (gestoras) e Leiva Custódio Pereira.

Para assegurar o anonimato decidimos manter os nomes fictícios atribuídos pelas professoras para impossibilitar a identificação das alunas, ainda que elas tenham autorizado a utilização das informações para divulgação do Projeto, as professoras julgaram prudente mantê-las no anonimato, principalmente porque o livro “Vidas Ribeirinhas” trará textos de todas as mulheres e para algumas a identificação poderá não ser positiva.

Os mapas da vida incluíam a infância, a adolescência, a vida adulta e as esperanças para o futuro. Para apresentação, estudo e interpretação dos textos se utilizou a análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Com intuito de apresentar os resultados proporcionando uma discussão acerca deles, utilizou-se nuvem de palavras, ilustração que representa a frequência com que determinadas palavras aparecem nos textos: quanto mais repetido um termo for, maior será sua representação na nuvem de palavras. Essa ilustração foi elaborada no software Nvivo 10, um instrumento que facilita o procedimento de análise qualitativa, auxiliando no gerenciamento dos dados e criação de ilustrações.

Assim, primeiramente, apresentamos a nuvem de palavras, em seguida trechos dos textos das mulheres para compreensão do contexto em que as principais palavras são mencionadas e a partir desse recurso metodológico analisamos os resultados encontrados para cada período da vida das mulheres ribeirinhas estudadas.

## **5.3 A Infância de Mulheres Ribeirinhas**

Ao analisar os textos sobre a infância das mulheres pesquisadas, verificou-se que os cinco termos mais mencionados foram: muito, minha, que, era, infância (figura 8). Não cabe aqui analisar morfológicamente essas palavras, mas mencionar o contexto e sentido em que elas foram usadas pelas mulheres para falar de cada fase de suas vidas.





**Figura 8:** A infância de mulheres ribeirinhas.

Infância dispensa análise por ser a palavra chave dos textos. Quanto à palavra “muito”, enunciado pela primeira vez na fala de Celina, quando explica sua infância em casa boa na cidade e a ida para o meio rural, denota uma intensificação da fase difícil pela qual passara, com sua família, quando criança, afirma: “Depois, como meu pai era garimpeiro e acabou o garimpo, fomos perdendo tudo. Passamos por um período muito difícil e tivemos que mudar para São Carlos”; e então ela segue descrevendo essa fase da vida em uma localidade cheia de dificuldades: “Até pão se comia uma vez por semana, pois só tinha um senhor que fazia e só conseguia fazer uma vez por semana”. Também estava presente quando se falava das dificuldades para chegar à escola: “Foi um pouco dificultoso quando nós nos mudamos de um bairro para outro, porque ficava longe da minha escola e eu tinha que acordar muito cedo para dar tempo de chegar lá” (Florência).

O depoimento acima ilustra com clareza as condições de vida e as dificuldades de acesso à educação e melhores condições de vida enfrentadas pelas mulheres ribeirinhas. Isso ocorre, pois à margem dos rios da Amazônia estão realidades marcadas pela falta de políticas públicas que favoreçam o atendimento das necessidades básicas, como alimentação, moradia, transporte, educação e cuidados com a saúde. Essa é uma região ainda marcada pela carência de trabalho, motivo pelo qual as famílias desenvolvem estratégias de sobrevivência seja criando rede social de apoio ou mantendo a própria horta.

Um tipo de rede social (rede de solidariedade ou ajuda) foi observado a partir de

“encomenda”. Observamos a prática comum de uma mulher fazer pedidos de objetos ou alimentos dos quais necessitava a outra que fosse a Porto Velho. Dessa maneira, evitava-se gastos com deslocamentos. Algumas, inclusive, confiavam cartão e senhas bancárias para que algum benefício fosse sacado com a finalidade de pagar contas ou custear os itens encomendados. Essa rede, portanto, se estendia para além das relações familiares envolvendo alguns membros da vizinhança, principalmente outras mulheres.

Em outro trecho do texto de Florência “muito e que” surgem na descrição do que ela gostava de fazer na infância: “Eu gostava de brincar muito, passear, ir à igreja, participar das brincadeiras que tinha na escola”. Roberta também mencionava uma infância feliz: “Na minha infância, eu era muito alegre, gostava muito de brincar de boneca com minhas amigas e passear com meus pais”. Já na fala de Felícia “que” foi usado para falar de trabalho que realizava já nessa fase da vida: “Eu ajudava meus pais na roça depois que chegava do colégio”. E Agatha apresentou poucas lembranças da infância marcada pela relação com o rio: “Eu não lembro muito da minha infância. Eu sei que eu era muito alegre, gostava muito de pular na água do rio Madeira porque eu morava na beira do rio. Eu gostava de andar na praia”.

O rio e a praia aparecem na pesquisa também como um espaço de lazer. Nos estudos de Oliveira (2006b), os recursos naturais como rios, cachoeiras e represas aparecem como os espaços utilizados para o lazer no meio rural. Esses espaços naturais são fundamentais para o fortalecimento das relações sociais na região, ou mesmo no estabelecimento de relações íntimas como a de namoro entre os jovens.

No caso, das crianças, a passagem para a fase adulta, a inserção no mundo do trabalho, se dava muito rápido, pois estrategicamente, crianças e jovens misturam momentos de lazer com as atividades produtivas. Isso é uma característica muito comum na realidade social rural. Como podemos observar no discurso acima, se a infância era marcada pela alegria das atividades lúdicas, era também marcada pelo trabalho junto aos pais na roça.

O Contexto dessas mulheres permanece ainda marcado pela família extensa como uma característica peculiar percebida em muitos espaços rurais. Além dos temas destacados, “muito” nas falas de Celina e Florência, apresenta-se para mencionar a família grande e feliz, “Não tive uma infância com brinquedos comprados em loja. Brincava com meus irmãos, pois sou de uma família de uma numeração muito grande. Tenho 13 irmãos, mas nós éramos muito felizes, como continuo sendo, graças a Deus” (Anabella); o tratamento dos pais e da idade dos irmãos, “O papai era muito carinhoso com os filhos, já a mamãe era dura. Eu tinha sete anos quando meu pai morreu. Eu brincava muito. Eu tinha dois irmãos, um com quatro e outro com um ano quando meu pai morreu” (Tâmara). Assim, observou-se a utilização do termo muito para intensificar sentimentos, número de irmãos, situações difíceis, hora de acordar, atividade realizada (brincar muito) e para quantificar (muitos filhos).

Se por um lado, a família rural aparece marcada pelo mundo do trabalho que envolve todos os seus membros, outro traço destaca-se, o afeto e todo tipo de sentimentos. Nota-se também que as mulheres não são diferenciadas dos homens quando o assunto é desenvolver atividades produtivas no meio rural. Na verdade, o trabalho de crianças e jovens no meio rural é parte do processo de socialização para a manutenção da família rural.

No que se refere ao termo “minha”, estava presente especialmente para se referir aos parentes, à infância e aos pertences de criança. O sentido atribuído à palavra estava

predominantemente relacionado com valor possessivo, empregado no gênero feminino, visto que o papel do pronome se orientava pelo substantivo no feminino: “Quando eu brincava de boneca, sempre gostava de pegar agulha, tesoura, retalho de pano para fazer os vestidinhos da minha boneca” (Florismara). E outros parentes: “Daí minha mãe foi pra Porto Velho trabalhar e nós ficamos com minha vó” (Tâmara).

Esse discurso permite a interpretação de que as mulheres entrevistadas pertenciam a um grupo social, um universo constituído basicamente por mulheres, dado “certo apagamento” da presença, pelo dizer, da (s) figura (s) do pai e do avô. Um outro aspecto observado nas falas era a necessidade de uma referência, no caso a família, em que a figura feminina representava o ponto de apoio, sinônimo de segurança, de apego e, sobretudo, de proteção - expressão da ideia de que a avó dera à mãe e filha o abrigo e cuidados, quando a progenitora estivesse trabalhando. Essa estratégia feminina é muito conhecida, isto é, cria-se uma rede de solidariedade entre as mulheres para que todas contribuam para ajudar na criação dos filhos uma das outras. Assim, as relações de parentesco são fundamentais para a reprodução social de grupo familiares em situação de pobreza ou vulnerabilidade.

Por outro lado, a palavra “que”, nas diferentes falas, assume funções de expressão relativa, isto é, como acompanhante ou substituto do substantivo, como na citação a seguir. Ou então como conjunção integrante, está empregada em contextos com sentido de necessidade, ou complemento verbal.

Muitas vezes as minhas colegas que se diziam ser, viajavam em suas férias e, quando voltavam, nem falavam mais comigo. Ficavam todas empolgadas por ter ido para a cidade. Traziam consigo várias novidades. Os meus pais, na época, não tinham dinheiro. Eu ficava em casa ajudando a minha mãe a cuidar de casa ou ia pra roça. Muitas vezes eu ficava triste, pois o meu pai se separou da minha mãe. Com muita luta e dificuldade, minha mãe conseguiu nos sustentar, com a ajuda de Deus (Sofia).

Nas recordações de histórias contadas, como narra Marina a respeito de situações vivenciadas e trazidas a lembrança pela oralidade da mãe consta a presença de “que”, com função completiva: “Quando eu era bebê, a minha mãe contava que meu pai trabalhava, assim, no centro. Aí, mamãe me dizia que ele me trazia dentro do paneiro<sup>13</sup>, outro filho no tuntum<sup>14</sup>, e a mamãe trazia um encaixado nos quartos<sup>15</sup> e outro na barriga. Nós morávamos no lago Cuniã”. “Eu gostaria que a minha infância voltasse e nunca mais acabasse” (Marilda).

“Que”, antecedido da preposição “para” ainda aparece para falar sobre a finalidade, do amor dos pais para com os filhos: “Nossos pais eram bastante amorosos e faziam o possível *para* que todos os filhos pudessem crescer sendo pessoas dignas e filhas obedientes” (Olívia).

O termo “era” está presente nos textos como uma referência ao passado, tempo verbal reconhecido como pretérito imperfeito, um passado interrompido, inconcluso, ainda que contínuo, enquanto em processo, conforme já apresentado em citações anteriores (era garimpeiro, era alegre, quando eu era criança, era muito amoroso, era dura) e também no texto de Tâmara: “Eu morava em Bom Será, perto de Nazaré, para cima da boca do Cuniã.

---

<sup>13</sup> Cesto, geralmente de cipó, feito em trançado largo, usado para prensar mandioca, ou para transportar objetos e alimentos.

<sup>14</sup> Ombros.

<sup>15</sup> Quadris.

Nasci lá. Até o papai morrer, minha infância era boa. [...] Quando eu tinha 16 anos, fui morar com meu marido, porque minha mãe era ruim comigo”; “A minha infância foi muito boa. Eu gostei muito, tenho boas recordações; brincava muito, de tudo um pouco; estudava; não era muito danada. [...] A brincadeira que eu mais gostava era brincar de professora.” (Clara); e assim por diante.

A infância também aparece, nos discursos, marcada pela dificuldade de conseguir alimentos: “Minha infância: não lembro muito de minha infância, mas vou contar um pouco dela. Meu pai era muito rígido. Comia só peixe com farinha porque não tinha arroz nem feijão; só era o peixe mesmo, porque meu pai não tinha condições” (Florinda); acresce que, o local de moradia sofria alagamentos no período chuvoso: “Eu morava num lugar que era a Ilha dos Periquitos. Lá era ruim porque alagava. Era ruim também de comida. Meu pai trabalhava muito. Nós éramos 12 irmãos. Para ir atrás de comida, a gente cruzava o rio pra poder pegar o peixe. Meu pai plantava muito feijão” (Lidiane).

Portanto, os relatos mostraram que na infância as condições de vida dessas mulheres estavam relacionadas ao mundo de privação, das necessidades de conjugar o tempo de lazer com o tempo do trabalho. Apesar disso, viviam cercadas por grupos familiares extensos e de apoio mútuo, que ainda atualmente, reproduzem nelas os papéis tradicionais de gênero que possivelmente, mais tarde, influenciarão nas suas escolhas e nas suas condições de vida.

#### **5.4 A Adolescência de Mulheres Ribeirinhas**

No estudo das falas sobre a adolescência, foram selecionados cinco termos mencionados com mais ênfase: minha, que, não, adolescência e com (figura 9). A seguir destaca-se o contexto em que eles aparecem nos textos produzidos pelas mulheres pesquisadas:



**Figura 9:** A adolescência de mulheres ribeirinhas.

Essa fase da pesquisa se assemelha à anterior, estudo da infância, no que se refere ao mundo do trabalho, pois também se encontra muito presente na adolescência das jovens rurais e ribeirinhas. Embora, esse seja um aspecto comum nas duas fases, outras características se somam a ele: a gravidez e o casamento ainda precoce. Estas também aparecem como uma estratégia de reprodução social para as mulheres em condições de pobreza, que são retiradas do espaço escolar para ingressar, precocemente, na vida adulta.

Os cinco termos mais citados ao escrever sobre a adolescência aparecem no primeiro parágrafo do texto de Celina ao falar que engravidou aos 16 anos e foi assumida pelo marido, mas não sabia fazer as atividades domésticas, era seu marido que a ensinava:

*A minha adolescência foi boa. Engravidar aos 16 anos. Aprendi a ser dona de casa cedo. O pai da minha filha me assumiu, não me abandonou. Eu não sabia fazer muita coisa, meu marido me ensinava a fazer as coisas de casa. As coisas mais importantes que ele me ensinou foram*

*tratar peixe<sup>16</sup> e fazer café. Quando minha filha tinha 1 ano e 3 meses, engravidei novamente e tive um menino. Na verdade, minha adolescência foi só cuidar de casa e depois de filho. Para ajudar nas despesas de casa, aprendi fazer crochê; fazia tapetes para ajudar nas despesas e vendia fruta na comunidade para sobreviver. Vivíamos como as pessoas do interior vivem. Com muito pouco, mas felizes. Meu marido começou como motorista de voadeira<sup>17</sup>, que levava pessoas para o hospital, e foi contratado. Agora ele é técnico de enfermagem aqui na comunidade. Às vezes sinto falta de não ter tido uma adolescência normal, de sair, de ir em festas, me divertir. Mas isso não me impediu de ser feliz.*

A citação extensa do discurso de Celina se deu por contemplar as cinco palavras mais utilizadas pelas mulheres e, principalmente por ser um exemplo comum da adolescência ribeirinha, em que os sonhos, quando existem, dão lugar a uma rotina que deveria fazer parte da vida adulta. A exemplificação disso destaca-se na fala de Felícia (em relação aos sonhos): “*eu queria ser estudante de uma faculdade e me formar. Eu também sempre quis ser policial, mas hoje eu mudei meu pensar. A minha adolescência foi ótima. Eu aproveitei cada segundo dela. Eu gosto muito de pular na água, fazer trilhas*”; e, de Florência no que diz respeito aos rumos que a vida tomou:

*A minha adolescência foi boa, assim como quando eu era criança. Eu ia nas festas que tinha entre os grupos de jovens. Eu não tive uma adolescência na companhia dos meus pais, porque eles se separaram e eu tive que cuidar das minhas irmãs mais novas, tive que assumir uma responsabilidade, tive que passar a estudar à noite e trabalhar de dia para ajudar nas despesas da casa. Com 15 anos eu fui morar na casa da minha mãe. Foi aí que eu arrumei o meu esposo, que é o pai dos meus filhos até hoje.*

Tâmara também utiliza “minha” também em relação à mãe e em sua fala há presença de deslocamentos em função de trabalho e de escola para filho, uma demonstração de outras dificuldades que a mulher ribeirinha enfrenta: “*Depois que minha mãe se casou com meu padrasto, meu marido veio morar com meu primo. [...] Daí foi tempo que eu tive o Emerson e nós fomos morar no Jamari, pra ser caseiro. Quando ele completou cinco anos, nós viemos embora para cá, pra ele estudar*”.

Enquanto Tâmara se muda de lugar para que o filho possa frequentar a escola, Lidiane é obrigada a interromper os estudos na quinta série porque na comunidade em que vivia não havia, naquela época, continuação da escolaridade: “*quando eu vim lá da Ilha, eu estudei até a quinta série, porque não tinha mais série*” (Lidiane).

Se na infância algumas meninas já tiveram que trabalhar junto aos pais, na adolescência algumas se tornam a principal provedora da família, como foi o caso de Florência e de Florismara: “*então, a minha adolescência, dos 12 aos 18 anos, pra mim, não foi nada boa. Comecei cedo no trabalho para me sustentar, pois meus pais não tinham condições*”. Continuando ela menciona a quantidade de trabalho que desenvolveu – “Meu

---

<sup>16</sup> Limpar o peixe, tirando suas vísceras, nadadeiras, escamas (quando há), e fazer os cortes em seu dorso para quebrar as espinhas.

<sup>17</sup> Embarcação, geralmente com casco de alumínio motor de polpa, muito utilizada na região amazônica por ser um barco mais veloz que as canoas de madeira.

primeiro trabalho foi fazer tijolos; o segundo trabalho, em lavoura com plantações; e o terceiro, pôr em prática a minha profissão de corte e costura”.

O casamento no início da adolescência também pode ser resultado de regras rígidas na família. Nesse sentido, o casamento funciona como via de escape, uma esperança de conseguir liberdade. Foi o que ocorreu com Florinda: “*eu saí de casa com 13 anos, fui trabalhar em casa de família. Meu pai tinha regras poderosas, não deixava eu sair de casa. Fui ter a minha liberdade depois de casada*”. As jovens ribeirinhas buscam, através do casamento, possibilidades de liberdade que juntos aos pais dificilmente teriam. Assim, o casamento é pensado por elas como uma estratégia, que dificilmente se transformará em liberdade porque junto a ele vem a realidade da criação dos filhos, os cuidados da casa e de algum trabalho pago. Essa situação acaba empurrando-as para as condições de privações, nesse caso, junto ao marido, pois não poderão mais estudar, reproduzindo assim a condição da mulher ribeirinha.

Outra situação que marca a vida de algumas mulheres é a condição de mãe solteira, que ainda é permeada de preconceito. As palavras de Sofia expressam a dimensão dessa realidade, que se torna ainda mais delicada quando se levar em consideração que isso acontece à criança entrando na adolescência:

*Na minha adolescência, quase não aproveitei a vida, pois fiquei grávida aos 12 anos e tive meu primeiro filho com 13 anos. Foi muito difícil, pois o pai do meu filho não quis nem saber de nada, ou assumir a sua responsabilidade de pai. Meus pais, mesmo separados, não tinham muita condição. Não tinham emprego, muito menos eu. Tive que enfrentar muitos preconceitos. Encontrei várias pessoas que me ajudaram e continuei estudando. Nunca pensei em desistir dos meus sonhos. Já há circunstâncias em nossa vida em que às vezes é preciso renunciar. Terminei o ensino médio com a ajuda da minha mãe, que me dava força para estudar. E da minha irmã, que me ajudava a cuidar do meu filho. Muitas vezes chegava em casa e alguns dos meus irmãos me esculhambavam<sup>18</sup>, e eu ficava sem poder falar nada. Pensava em ir embora. Mas para onde? Com filho para criar, sem emprego... Agradeço a Deus por mais uma etapa vencida (Sofia).*

Mais uma vez, se comprova com a fala de Sofia, a rede de solidariedade que se constrói entre as mulheres no tocante aos cuidados com os filhos dentro dos grupos familiares e de parentesco, principalmente. Nota-se também, o “campo de possibilidades”<sup>19</sup> que se constrói em torno de cada indivíduo, cujo o projeto de vida de cada um está inserido no projeto do grupo familiar. Assim, o sucesso de algum membro da família pode servir para melhorar as condições de vida do grupo.

Em outro relato sobre a adolescência, proferido por Adalgiza que também engravidou no início da adolescência e reconhece que isso compromete essa fase da vida:

---

<sup>18</sup> Maltratar com palavras duras, xingar, humilhar.

<sup>19</sup> Ver Campo de Possibilidades de GILBERTO VELHO. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=x\\_gdcy\\_qdyIC&pg=PA31&lpg=PA31&dq=%22Campo+de+Possibilidades%22+de+GILBERTO+VELHO&source=bl&ots=14pHwCx5rX&sig=L7BVVoi0D7NrxcaCwCQvjRf7isg&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwj5u5GNmbrNAhXDIIJAKHagPBPCQ6AEIQzAG#v=onepage&q=%22Campo%20de%20Possibilidades%22%20de%20GILBERTO%20VELHO&f=false](https://books.google.com.br/books?id=x_gdcy_qdyIC&pg=PA31&lpg=PA31&dq=%22Campo+de+Possibilidades%22+de+GILBERTO+VELHO&source=bl&ots=14pHwCx5rX&sig=L7BVVoi0D7NrxcaCwCQvjRf7isg&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwj5u5GNmbrNAhXDIIJAKHagPBPCQ6AEIQzAG#v=onepage&q=%22Campo%20de%20Possibilidades%22%20de%20GILBERTO%20VELHO&f=false)>. Acesso em: 21/06/2016.

“minha infância acabou cedo – aos 12 anos arrumei marido. Minha adolescência não foi muito boa, pois, casada muito cedo, as coisas se tornaram difíceis; mas o lado bom foi os filhos que tive. Tive dois filhos desse casamento”. Quando o casamento termina há outra situação complicada na vida da mulher, seja no relacionamento com ex-marido ou com os filhos: “eles são rebeldes porque me cobram coisas do passado que não dependiam de mim. Eles conhecem somente a versão do pai, eles acham que eu os abandonei [...]. Se o tempo pudesse voltar... quem me dera ter a liberdade que você tem hoje” (Adalgiza).

Para Clara, a gravidez na adolescência interrompeu essa fase da vida e antecipou a vida adulta também: “A minha adolescência não foi muito boa porque, quando tive uma boa oportunidade de curtir a vida, eu fiquei grávida com 15 anos, e então já fui para a fase adulta”; além de comprometer os estudos: “a melhor coisa foi que antes disso eu tive o meu aniversário de 15 anos. Na minha adolescência, o estudo foi muito complicado, me atrapalhei um pouco por causa da gravidez” (Clara). Nesse caso, a gravidez não é uma estratégia, mas um fatalismo que precisa ser encarado pelas mulheres interrompendo seus projetos de vida.

Novamente recorreremos outra citação longa, a fim de transmitir fielmente as palavras de uma mulher que ao falar de sua adolescência diz muito da realidade social em que cresceu, incluído mudanças de comunidade ribeirinha, vergonha de vestimentas, falta de recursos básicos para a subsistência, como colchão, cobertor e mosquiteiros:

*quando eu tinha 12 anos, eu tinha um vestido de chita. Daí eu fui para o festejo de São Francisco. Aí minha irmã tinha um filhinho e ela disse para eu ir dançar, mas eu estava com vergonha do vestido e me sentei no toco de uma mangueira com o neném de colo. Fiquei até às 2 horas da madrugada lá, e ela dançando.*

*Eu me lembro de toda minha infância e adolescência. Minha mãe, que tem 80 anos, se lembra de quando ela tinha cinco anos e a mãe dela se casou pela segunda vez, e que ela ficou chorando debaixo de um pé de laranjeira para ir junto. Eles moravam em Bela Palmeira, no Cuniã. Minha avó casou em Santa Catarina<sup>20</sup>; não fica muito longe da boca do Cuniã. De voadeira, não dá nem 30 minutos. Naquele tempo, o pessoal andava de japá<sup>21</sup>, daí fazia aquelas canoas e remo na forquilha<sup>22</sup>. Minha mãe fazia colchão de palha de bananeira coberto com chitão<sup>23</sup>, debaixo de um mosquiteiro<sup>24</sup> bem grande, feito de chita também. Ela emendava os panos de chita e costurava e colocava a palha dentro. Papai tinha um bananal bonito, mais caiu tudo com o barranco, ou morreu com a enchente.*

O depoimento acima mostra como, de modo geral, as condições de produção do gênero feminino são difíceis, principalmente, para as ribeirinhas desprovidas de condições básicas de sobrevivência, fato que as remete às expectativas de reprodução nem sempre favoráveis estrategicamente para o lugar de origem.

---

<sup>20</sup> Comunidade ribeirinha.

<sup>21</sup> Esteira de palmas de diversas palmeiras usadas em embarcações e moradias.

<sup>22</sup> Vara com duas ou três pontas em uma das extremidades, muito utilizadas em algumas comunidades ribeirinhas para impulsionar pequenas embarcações, pau, tronco de árvores.

<sup>23</sup> Chita e chitão, são tipos de tecido de algodão com estampas de cores fortes, geralmente florais, ainda utilizados em fantasias femininas para festas juninas tradicionais.

<sup>24</sup> Cobertura utilizada sobre as camas ou redes para proteger de mosquitos durante a noite.



Por outro lado, notamos que há algumas exceções entre as mulheres entrevistadas, as que conseguiram ter uma adolescência mais digna. Essa exceção pode ser confirmada na fala de Isaura ao afirmar “[...] *eu era uma menina muito rebelde [...] que gostava de assistir televisão, ouvir música e de jogar bola. E também de andar de bicicleta. Com isso minha mãe pegava muito no meu pé, pois não ajudava ela em casa, porque eu só queria saber de sair com minhas colegas*”.

Enquanto Isaura relembra os momentos de lazer, os passeios, com as colegas, Glenda lamenta a falta de uma amiga na adolescência: “*aos 13 anos, quando estava estudando, percebi que minha vida estava mudando. Tive várias oportunidades de trabalhos, mas não tinha uma amiga para me acompanhar no que eu desejava fazer de melhor pra minha vida*”.

De acordo com os depoimentos citados, percebemos que essas mulheres sofrem privações de toda ordem. A realidade delas também carrega marcas como a solidão, principalmente, quando se pertence a uma família mais rígida no controle das mulheres. Sobre esta solidão e isolamento enfrentado pelas mulheres Silva e Menezes (2010) observaram que

além da responsabilidade pela casa e roçado as mulheres que ficam enfrentam também a solidão, o isolamento. Por não disporem da companhia dos seus esposos, não podem frequentar determinados espaços, a exemplo das festas, sob pena de terem sua reputação colocada em risco (p. 292).

Com relação à utilização das palavras *minha*, *que*, *não*, *adolescência* e *com*, registra-se que, agora, o substantivo “adolescência” passa a ser o centro das falas, é o principal lexema das enunciações discursivas. Percebe-se a recorrência dos termos “*minha*”, e “*que*”, com significados equivalentes aos discursos sobre a infância. Há a inclusão do vocábulo “*não*” e do termo prepositivo “*com*”.

Esses dois últimos assumem, geralmente, sentido textual de negação (*não*) ou de inserção, expressa pela ideia dada ao de companhia (*com*). Em casos específicos, a preposição “*com*” agrega-se a outro termo, por exemplo, “*com isso*”, assumindo posição causal, como se dissesse “*por causa disso*”, situação linguística confirmada numa das falas anteriores “*Com isso minha mãe pegava muito no meu pé...*”.

De qualquer modo, assim como a infância, a adolescência e a juventude dessas mulheres foram marcadas pela falta (de viveres, de oportunidades, diferente das suas mães, de conhecimento, etc.), em que a gravidez e um possível casamento de torna uma realidade mais presente do que a continuidade dos estudos, uma oportunidade de trabalho assalariado e sua liberdade.

## **5.5 A Vida Adulta de Mulheres Ribeirinhas**

Para as mulheres adultas, a manutenção do grupo familiar torna-se prioridade. E é nesse espaço que os papéis de gênero aparecem mais definidos e consolidados. No entanto, nos registros aparecem que não é um fim em si mesmo, pois tendo oportunidades de outras realizações, elas podem ser experienciadas e vividas concretamente, trazendo novas perspectivas a condição feminina.

Os cinco termos mais mencionados no texto sobre a fase adulta foram: que, minha, com, muito e meu (figura 10). Uma das novidades nas palavras chaves dos textos que tratam da fase adulta das mulheres é a utilização frequente do pronome possessivo “meu”, utilizado como caracterizador das ideias em que “marido e filho” são posto como o centro da situação comunicativa.



**Figura 10:** A fase adulta de mulheres ribeirinhas.

Iniciaremos mais um tópico com fala de Celina, não por acaso, mas com intuito de demonstrar o quanto ela consegue transmitir mensagens que dizem muito, talvez por gostar de se expressar como ela mesma reconheceu. Mas essa citação faz-se imprescindível, pois mostra a tanto o emprego como algo importante da vida adulta como o impacto do *Programa Mulheres Mil* em sua vida, mesmo antes de concluir o curso (pois os mapas da vida foram feitos e elas ainda estavam cumprindo alguns módulos).

*o fato mais importante que me aconteceu foi meu emprego público. Lutei muito por meu emprego. Eu sou zeladora. Eu gosto muito do que faço. Ninguém imagina a felicidade de receber o primeiro salário. De saber que você pode comprar fiado e terá como pagar. Depois aprendi a gostar de costura. Eu tive a sorte de pegar uma vaga no curso de corte e costura. Cheguei a chorar depois que consegui a vaga. Eu disse para*

*meu marido que como eu tinha conseguido a vaga no curso, eu seria a melhor. Hoje já consegui comprar duas máquinas de costura. Uma eu paguei só com costura. Eu acho que todas as mulheres devem se inscrever e participar do curso do Mulheres Mil. A disciplina Saúde da Mulher foi a mais importante. Conheci partes do meu corpo que não conhecia. Gostei muito de computação também. E, através do curso, aprendi a caminhar todo dia. Essa experiência tem sido muito boa (Celina).*

É possível perceber os resultados do programa na vida das mulheres, a partir da mudança de hábitos, adquiridas com a aplicação do Módulo *Práticas Saudáveis*. Celina, por exemplo, conseguiu reconhecer a importância da caminhada para sua saúde. Outras mulheres mencionaram passar a valorizar mais a horta e as frutas que tinham em casa. Conhecer o corpo, que é para algumas mulheres um mistério, passa a ter um significado tão expressivo que torna o Módulo *Saúde da Mulher* o mais importante para Celina, mesmo ela tendo vindo em busca de aprimorar sua técnica de corte costura e passar a almejar ser a melhor aluna do curso.

Celina realmente se destacou, sendo escolhida como oradora da Turma de São Carlos do Jamari e seu depoimento deixou muitos dos presentes emocionados, e enfatizou que o vestido lindo que usava havia sido confeccionado por ela.

Para Florência a vida adulta redobra a responsabilidade, por conta do cuidado com os filhos. Anabella relata uma vida adulta diferenciada, pois não teve a adolescência comprometida pela gravidez: *“na fase adulta, me casei com 25 anos de idade. Sou muito feliz com meu esposo e tenho duas filhas lindas. Sou feliz. Estou crescendo para a vida. Estudei. Terminei meu 2º grau. Trabalho em casa com vendas para ajudar na renda da casa”*. Isaurina também não teve filhos na adolescência: *“me casei. Depois de seis anos de casada, tive minha primeira filha. Hoje somos uma família feliz”*.

Por outro lado, Florismara tem a vida adulta marcada pelas decepções amorosas, mas que ela não as relata, apenas menciona. Já Tâmara reconhece na mudança de trabalho do esposo algo importante dessa fase: *“meu marido foi trabalhar de novo no garimpo. Aí ele comprou uma canoa com rabeta<sup>25</sup> e foi pescar. E nunca mais ele foi para o garimpo. Eu não achava bom quando ele ia pro garimpo porque eu ficava só”*. Destaca que havia adotado uma prima que lhe fazia companhia quando o marido viajava, mas que adoecia muito, o que a preocupava.

Sofia superou as dificuldades da gravidez precoce e conquistou um emprego público e teve essa fase da vida marcada também pela religião: *“hoje tenho três filhos que o Senhor me deu. Tenho 28 anos, sou casada, tenho emprego - sou funcionária pública há quatro anos, pretendo fazer uma faculdade. Gosto muito de ajudar as pessoas e priorizo Deus em minha vida”*.

Para Adalgiza, a fase adulta superou as anteriores: *“a fase adulta da minha vida foi melhor. Eu já sabia o que queria. Me separei aos 19 anos e fui embora pra Rondônia e trouxe um filho, pois o outro ficou com o pai. Comecei a rebolar<sup>26</sup> e me casei novamente. Reconstruí minha vida”*. E, assim como Sofia, ela (Adalgiza) destaca a presença da religião em sua vida: *“uma coisa boa que me aconteceu foi a Igreja Adventista; me batizei e recomecei a minha vida”*.

---

<sup>25</sup> Tipo de motor usado na polpa de embarcações para navegar.

<sup>26</sup> Termo utilizado no sentido de se esforçar muito, superar-se.

Nesses casos, a religiosidade pode representar uma melhoria na autoestima dessas mulheres, pois encontram novos sentidos para suas vidas, mesmo que reproduzindo os tradicionais papéis de gênero que o cristianismo impõe. Uma vez que essa religião, como aponta Machado (1996), é marcada pela diferença de gênero em todos os rituais e papéis que reforçam as opressões sobre o feminino.

Enquanto Glenda via a vida adulta como fortalecimento e felicidade, Liliane a destaca como amadurecimento: *“na fase adulta, tive meus filhos, amadureci, tive mais responsabilidade. Sofri, mas aprendi a valorizar mais as coisas boas que aconteceram na minha vida”*. Ser adulto denota ter estabilidade emocional e financeira, pois nessa fase já se tem (ou se espera que tenha) uma definição profissional e social (embora essa definição possa ser alterada) e surge então, a responsabilidade pelas ações sejam elas particulares familiares e/ou laborais. Contudo, a vida adulta insere a mulher mais fortemente no mundo da família, momento em que ela se tornará responsável por todas as atividades domésticas, assim como com o cuidado das crianças, dos idosos e todo tipo de enfermidade, inclusive, da saúde do marido; e, sobretudo, da religiosidade que a tornará responsável pela manutenção do grupo familiar e definirá sua relação com o sagrado.

Clara trabalhava com encomendas de bolos para contribuir na renda familiar e destacou que *“a fase adulta está sendo um pouco complicada porque eu tenho um filho de quatro anos e não tenho emprego. Luto pra dar de tudo a ele; moro com os meus pais, mas a minha família é a minha felicidade e tudo pra mim”*. Rita somou aos cuidados casa e dos filhos, o trabalho de doméstica: *“Eu comecei cuidar de casa, dos meus filhos; trabalhar fora, em casa de família. Gosto muito de passear. Até hoje trabalho fora”*. Quando, na vida adulta, não há uma definição profissional e estabilidade financeira pode ocorrer frustração. É o que acontece com Clara, para quem essa realidade é encarada como *“complicada”*. Não é novidade que, em muitos casos brasileiros, a mulher é a única responsável pela obtenção de uma renda financeira. A frustração se dá, principalmente, porque da renda auferida pelas mulheres depende o sustento da família, a realização dos projetos dos filhos e, em alguns casos, a substituição do papel do homem como provedor principal da família.

Lidiane melhorou de vida apenas quando os filhos começaram a trabalhar: *“daí meus filhos foram trabalhar, e melhorou bastante pra mim porque não preciso mais trabalhar. Melhorou para o pai deles também. Ele deixou de beber. Agora não faço mais nada, só faço a comida, arrumo a casa [...] Eles ajudam bastante a gente”*. Está explícito na citação a invisibilidade do trabalho doméstico, mesmo sendo responsável pelo preparo dos alimentos e cuidados com a casa (limpeza e organização), isso é visto pela própria mulher como *“não fazer nada”*. O que reproduz a desvalorização do labor doméstico e, logo, do sobre-trabalho realizado pela mulher.

Tácia afirmou que na fase adulta a vida muda *“coisa que a gente não pensava agora a gente pensa. Agora a gente está aqui na luta, conseguindo o melhor pra vida da gente. Eu sou mãe de sete filhos e não me arrependo de ter tido eles”*. Ainda assim ela destaca que as coisas estão melhores *“Eu só tenho que agradecer a Deus, porque agora as coisas estão melhores. Vêm os projetos como este e com o dinheiro eu compro as coisas pra mim num mês e, no outro mês, eu compro pra eles”*. Nessa fala o projeto, mesmo ofertando uma bolsa no valor de sessenta reais<sup>27</sup> é apontado como importante na aquisição de coisas para a família.

---

<sup>27</sup> O Programa Mulheres Mil repassou ao Campus o valor de cem mil reais para a implantação do Projeto, com orientação para pagamento de bolsa e, no caso de primeiro projeto, montar o escritório de acesso. Porém, o Campus disponibilizou computador, impressora e telefone (como contra partida) e utilizou 40% de

Marina teve vida adulta marcada pela perda da casa com o desbarrancamento do leito do rio Madeira e pelo impacto das usinas na redução do pescado, importante fonte de alimento das famílias ribeirinhas:

*Eu fui mãe solteira das duas primeiras. Eu pegava na enxada. Tudo eu tenho na minha casa. O barranco levou minha casa. Eu estou morando na casa da minha irmã. Tenho quiabo, couve, bastante cebola de palha, pepino, alface, rúcula, espinafre. Tive verdura que só<sup>28</sup> ano passado. Só falta cercar. Eu mesma ligo meu motor. Antes, eu pegava só no caniço<sup>29</sup> um monte de peixe. Mas ontem, depois da usina, desde uma hora da tarde até sete horas da noite, só peguei só 17 mandis<sup>30</sup>. O rio enche e seca. Passa uma semana, ele enche, depois passa outra semana e ele seca.*

Antes da alagação de 2014, mencionada na sessão anterior, Marina já havia perdido sua casa, depois perdeu a da irmã que havia lhe acolhido, uma vez que todas as casas da comunidade tiveram que ser abandonadas.

Esses resultados indicam que na vida as mulheres ribeirinhas, em maior ou menor proporção, a falta de trabalho, moradia e escolaridade limitam suas possibilidades de viabilizar uma vida confortável e promissora aos filhos e demais membros do grupo familiar. Isso faz com que a mulher se cobre muito, mesmo que faça de tudo pelo bem-estar da família, levando a se sentir frustrada por não ter estabilidade financeira ou melhores oportunidades de ganhos financeiros.

## 5.6 As Perspectivas de Mulheres Ribeirinhas para o Futuro

Projetos como o *Cidadania Ribeirinha*, através do *Programa Mulheres Mil*, são possibilidades de contribuir para a melhorias das condições das mulheres em situação de vulnerabilidade. Como apontamos anteriormente, várias iniciativas (BRASIL, 2011; ARNAUD & SOUSA, 2012; TRINDADE & SCHWENGBER, 2013; LEGNANI, SEIXAS & JULIO, 2014) podem repercutir nos projetos de futuro das mulheres ribeirinhas.

Nas perspectivas para o futuro das mulheres estudadas prevalece entre os cinco termos mais mencionados: que, para, espero, uma, com (figura 11). Verifica-se que dois novos elementos linguísticos (espero, uma) aparecem nessa fase de vida futura, eles estão relacionados à ideia de esperança, uma vez que se trata do registro dos sonhos, daquilo que se projeta, que se espera, marcado reincidentemente pelo verbo esperar, na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, acompanhado do artigo indefinido “uma”, denotando indefinição, assim como é o próprio amanhã.

---

valor do Programa no pagamento do transporte que levava as mulheres, da turma do Belmont, até o local de aula, nas dependências da comunidade Jovens com Uma Missão (JOCUM).

<sup>28</sup> “Que só” é uma expressão utilizada para quantificar, bastante.

<sup>29</sup> Equipamento utilizado para pesca, constituído de uma vara de madeira ou bambu, tendo em uma das extremidades uma linha de nylon com anzol.

<sup>30</sup> Um tipo de peixe de couro, muito comum aos rios amazônicos.



*O pouco que eu sabia, com o tempo esqueci quase tudo. Hoje a professora me faz lembrar de muita coisa. Mas aqui em São Carlos é difícil para quem não tem a 4ª série, pois só tem alfabetização, e da 5ª série pra frente. E eu estou na segunda série. Queria muito terminar a 4ª série, mas tenho medo de ir a Porto Velho fazer a prova e não passar. Passar só vergonha.*

Essa dificuldade de Roberta em voltar a estudar é tematizada por Santos (2012) que destaca a vitimização histórica da educação básica no campo, que nunca foi prioridade nas políticas de Estado. Interessante se perceber que, geralmente, as mulheres são as últimas a abandonar os estudos no meio rural. Os estudos de Hernández (2010) enfatizam o fenômeno do êxodo rural, no estado do Rio Grande do Sul, tendo como característica o predomínio de mulheres jovens, em busca de trabalho ou de formação educacional na cidade. Percebe-se que essa observação pode se estender ao Norte, onde o predomínio dos rapazes no meio rural é maior (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1999).

Jacinta queria terminar os “*estudos para ser alguém na vida, fazer cursos, viajar e conhecer várias pessoas. Ser conhecida pela sociedade, e ser uma costureira profissional*”. Ela destaca ainda: “*quero curtir bem! Aproveitar! Quero fazer agora na vida adulta o que eu não fiz na adolescência. Também quero uma boa educação para minhas filhas, para elas poderem fazer uma faculdade. Tudo o que eu faço é pensando em minhas filhas*”. Assim como Isaurina que escreveu: “*eu espero que no futuro eu possa ter concluído a minha faculdade, que é meu sonho. Espero ter uma boa estrutura financeira, para que eu possa ajudar minhas filhas com seus estudos*”.

Florência também teve como perspectiva a retomada dos estudos: “*eu espero que no futuro eu termine os meus estudos para pode fazer uma faculdade, conseguir trabalho melhor e dar uma vida financeira melhor para minha família, [...] tirar a minha carteira de motorista e conseguir comprar um carro*”.

Portanto, essas mulheres têm consciência da importância da escolaridade para mudanças nas suas condições de vida e, por consequência, do grupo familiar. Não só na vida delas, mas também dos seus filhos. Como comenta Felícia que deposita na escolarização (dela e dos filhos) as possibilidades de realizar os sonhos: “*eu espero que no futuro aconteça o meu grande sonho: ser uma professora formada. Eu espero fazer um concurso e passar para eu ganhar o meu dinheiro e que seja fruto do meu suor, para pagar uma faculdade para os meus dois filhos*”. E além disso, ela deseja comprar as coisas quando os filhos pedirem e disse que quando isso acontecer ela será a pessoa mais feliz do mundo. Ainda assim, ela tinha mais sonhos: “*eu sonho em um dia ter uma casa bem grande para poder convidar algumas pessoas para vir ficar na minha casa. [...] Um dia ainda vou ver a minha família empregada [...] Viajar para conhecer outros lugares, ter muito dinheiro para ajudar [...]*”. Ela deseja ajudar a mãe, pai e sogro, em razão da necessidade deles. Mais uma vez, podemos observar nesse depoimento que o projeto de vida das mulheres está inserido num projeto de vida mais amplo que é o grupo familiar e de parentesco. Mais do que uma realização pessoal, o estudo e trabalho das mulheres é uma realização familiar.

É o que demonstra a fala de Tâmara que também deseja a vida escolar. A diferença é que ela ainda nem sabe ler, somam-se a isso as esperanças com a confecção de roupas para aumentar da renda familiar e aquisição de um computador:

*eu espero que no futuro eu aprenda a ler; quero arrumar um emprego.*

*Com um emprego, eu posso dar uma vida melhor para meus filhos. Eu espero, com fé em Deus, que eles possam fazer faculdade. Quem sabe até eu. Enquanto tem vida, tem esperança e fé em Deus. Não se deve desistir e deixar de batalhar. Tenho fé de ter um país melhor, um futuro melhor para os meus netos, quando eles vierem. Eu espero acabar meu curso e seguir em frente. Não quero ficar parada. Eu quero fazer minhas próprias roupas. O que eu aprender a fazer vai gerar renda; vou ter meu próprio dinheiro sem depender do marido. Com esse dinheiro, vou poder comprar um computador. Quero aprender informática. Com o computador, não precisa ficar escrevendo no papel. Não quero sair de São Carlos, porque aqui é tranquilo, a gente dorme só com a porta encostada. Os filhos vão e vem do colégio e a gente nem se preocupa. Graças a Deus, aqui é tranquilo. Espero que volte a ter mais peixe no rio, porque meu marido é pescador.*

Essa citação de Tâmara revela ainda a vida sossegada da comunidade, como destacado na sessão três dessa pesquisa, e a escassez de peixe que compromete a subsistência da família, que retira a renda da venda do pescado.

Clara é outro exemplo de esperanças na escolarização, “*espero para o meu futuro ter muita saúde, para que eu possa estudar e me formar, para ser uma boa professora de biologia ou, quem sabe pela frente, uma professora de uma universidade. [...] ver o meu filho crescer com saúde e estudar até se formar também*”.

Florinda também sonha com a faculdade: “*quero fazer uma faculdade, ver minhas filhas todas trabalhando e que Deus me dê muita saúde para poder trabalhar e estudar, e ficar bem velhinha, com muita coragem e saúde*”; e “*Eu espero terminar o meu curso do Mulheres Mil, arrumar um emprego, ajudar meu marido a pagar a faculdade de minha filha e ver meu filho crescer*”. Assim como apontado nos estudos de Legnani, Seixas e Julio (2014), de Silva e Rêgo (2015) entre outros, o *Mulheres Mil* amplia as possibilidades das mulheres, inclusive em termos de acreditar em si mesmo, e com isso buscar a realização dos novos planos que surgem com a capacitação e elevação da escolaridade.

Tácia, ao falar de seus sonhos, apresentou uma importante fala sobre os aprendizados proporcionados pelo *Programa Mulheres Mil*, ao ponto de desejar que ele nunca terminasse:

*no final do curso... eu não posso nem falar... eu espero tudo de bom e aprender tudo o que os professores ensinaram. Quando a professora de artes veio, eu nunca tinha pego numa corda e no outro dia já estava tecendo. E informática? Eu nunca tinha tocado num computador; coisa que eu não sabia agora eu sei. Eu queria que o projeto nunca acabasse. Às vezes meu marido vê coisa que eu faço e não acredita: foi tu mesmo que fez? Ele pergunta, e eu digo: Fui eu mesma. E ele pensa que outra pessoa fez pra mim, aí eu digo: Fui eu mesma, estou aprendendo. Aí ele diz: Então eu vou ficar calado.*

Ver sua produção, provocar dúvidas no marido pode produzir dois sentimentos, a tristeza por não ser considerada capaz e autoestima por saber que seu produto tem um resultado satisfatório. De qualquer modo, sugere forte presença da desvalorização da mulher que é vista reduzida em suas capacidades cognitivas e laborais, como bem destacou Cemin (2006).



Marilda, por sua vez, depositou suas perspectivas para o futuro em anseios voltados à escolarização dela e dos filhos e formação universitária e à mudanças na comunidade: *“eu espero que São Carlos possa ser uma comunidade melhor e ter mudanças. Eu gostaria que no futuro São Carlos tivesse mais oportunidade de trabalho, que [...] crescesse mais e que se tornasse um município, e que fosse mais desenvolvido”*.

Talvez o sonho de ver a comunidade transformada em município esteja associado a vontade de que ela e os filhos pudessem estudar e trabalhar na localidade, porque ela tem conhecimento de que para o acesso à universidade terão que sair da localidade, pelo menos temporariamente. Além disso, são poucas as possibilidades de trabalho em empregos públicos e o transporte para acesso à cidade compromete a mobilidade da comunidade. Sobre esse assunto, Camarero, Cruz e Oliva (2014) ressaltam, ao analisar a realidade europeia, que nas áreas rurais, o carro tornou-se uma parte importante do padrão da vida, dado que a maioria dos serviços públicos e privados ou oportunidades de emprego são encontrados no meio urbano.

Para Ágatha, o sonho era fazer um curso, ganhar dinheiro, ajudar o marido, comprar casa e carro e dar um futuro brilhante aos filhos, sendo que nesse futuro está a vida escolar deles: *“eu espero que no futuro os meus filhos terminem os estudos e façam faculdade. Se Deus quiser, todos os meus pedidos vão se realizar. Eu tenho fé em Deus”*.

Enquanto Ágatha via seu futuro associado a um curso, Rita o enxergava em um emprego: *“espero um emprego fixo para construir meus desejos e sonhos, ter uma vida saudável com meus filhos. Eu quero ter netos e quero ajudar meus pais que estão com idade avançada”*. A fala de Pétala foi nesse mesmo sentido: *“que eu consiga um trabalho, porque eu estou precisando; que meus filhos cresçam e terminem os estudos para que no futuro eles consigam um bom emprego”*.

Ticiane, além do emprego, deposita suas esperanças no resultado do Programa Mulheres Mil: *“espero ter um bom emprego para dar melhores condições para meus filhos nos estudos [...]. E também ter a casa dos meus sonhos, ter muita saúde pra enfrentar qualquer obstáculo, e colocar em prática tudo o que eu aprendi no programa Mulheres Mil”*. A formação e elevação da escolaridade com o Projeto Cidadania Ribeirinha apresentam-se como ferramenta, como afirma Figueiredo (1999), possibilitando mudanças sociais, no engajamento da mulher para diminuir as desigualdades.

A preocupação com o futuro também envolve a questão do envelhecimento dessas mulheres. É o que nos fala Anabella ao preocupar com o seu envelhecimento, desejando ser saudável e se preparava para isso: *“quero me preparar para essa fase. Estou lutando para um futuro melhor. Ver minhas filhas crescer, casar, serem muito felizes. Ver um neto é um dos sonhos de toda mãe. Estou lutando; eu consegui meu próprio negócio”*. Ela também queria montar o próprio negócio, porém não dissera de que seria. O envelhecimento incerto trás insegurança também para o futuro dos filhos.

A formação em corte e costura poderá se constituir em uma opção para Anabella, conforme afirmam Carneiro e Pereira (2012, p. 114): *“a confecção é a alternativa do momento à agricultura”*, sendo vantajosa para as mulheres pesquisadas por permitir produzir em suas próprias casas.

Florismara disse esperar *“ter oportunidades de conquistar outras áreas de trabalho além de costurar”*, pois tem *“sonhos de ser alguém reconhecido pela sociedade”*. Porém, ao lamentar não ter se destacado quando jovem porque não teve *“condições de arcar com meus gastos para me profissionalizar. Além disso, não tenho mais que sonhar, pois já sou vó de duas lindas crianças, tenho um filho e uma nora. O último sonho a ser realizado é*

ter [...] saúde, poder viajar e ser feliz para sempre”.

Marina deposita todos os seus desejos na família para que ela seja feliz: “*desejo um futuro abençoado pra minha família, para minhas três filhas e o meu neto; quero que elas arrumem um emprego digno; [...] ver meu neto crescer, ser alguém importante na vida, ter uma casa linda, digna pra morar. E ser muito feliz*”.

Como na pesquisa de Cruz (2006), observa-se que as mulheres veem os estudos como uma possibilidade para conseguir emprego na cidade e sair da invisibilidade das tarefas doméstica, especialmente como um sonho das mães para as filhas, na presente investigação as mulheres também têm a educação escolar como uma possibilidade de melhores condições de vida para seus filhos.

Assim seguem as mulheres de São Calos do Jamari, recordando o passado, lutando no presente e sonhando com um futuro promissor, para elas, os filhos e outros parentes; abraçando a educação como uma possibilidade de dar novos rumos a vida da família. Levando isso em consideração, recorre-se a Cemin (2006) que reconhece a exclusão de mulheres dos novos processos produtivos como um problema cognitivo.

O fechamento desse capítulo pode ser melhor realizado com a fala de uma aluna, apresentada no Relatório de Ação Anual do Projeto *Cidadania Ribeirinha*:

Hoje me valorizo muito mais como mãe, esposa e aluna. Tenho plena certeza que até o término desse curso levarei muito mais. As dificuldades surgiram mais elas não tiveram poder de me parar, pois Eu sonho com um futuro brilhante. As mulheres mil são maravilhosas, mais sempre tem umas que cativam mais. Só sei que levarei todas em meu coração (IFRO, 2012).

Nesses termos, o Projeto *Cidadania Ribeirinha, Programa Mulheres Mil* teve sua importância representada nas atividades que possibilitaram as alunas a relacionar os novos conhecimentos com suas experiências cotidianas e situá-las em diferentes momentos da vida, sejam eles profissionais ou familiares. Além de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico das comunidades atendidas e criar elos entre elas e o Instituto (BRASIL, 2011) e com empregadores que permitiram às mulheres ingressar ou progredir no mundo do trabalho (ARNAUD & SOUSA, 2012; TRINDADE & SCHWENGBER, 2013; LEGNANI, SEIXAS & JULIO, 2014), incluindo mulheres em situação de vulnerabilidade social que são sensibilizadas para autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania. Assim, capacitando a mulher para refletir sobre a saúde, direitos sexuais e reprodutivos, sobretudo, para o enfrentamento à violência contra a mulher.

Entretanto, se por um lado o Programa Mulheres cria expectativas de um futuro melhor ao oferecer educação e conhecimentos profissionais a essas mulheres ribeirinhas, por outro, reforça a condição de vulnerabilidade delas ao não ter condições de ampliar o leque de oportunidades de empregabilidade que seja capaz de questionar a sua condição de gênero.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo verificou que a infância da mulher ribeirinha é bastante diversificada, havendo aquelas com maiores desafios tanto no que diz respeito à situação conjugal dos pais quanto dos recursos disponíveis para sobrevivência. Aproveitar a infância parece não fazer parte da vida das crianças que ao chegar da escola se veem obrigadas a ajudar os pais na lavoura. Os relatos mostraram que a maior marca da infância das mulheres é a presença de muitas brincadeiras, porém, as dificuldades da família para conseguir alimento sejam através da pesca como do cultivo de plantações as priva desse momento importante na vida.

Ainda no final da infância ou na metade da adolescência as mulheres já precisam assumir responsabilidades atribuídas aos adultos, porque se casam nessa fase da vida, muitas vezes em virtude de gravidez, outras por não manter uma boa relação familiar ou fugir do trabalho que desenvolvem junto aos pais na agricultura.

A vida adulta traz, geralmente, o amadurecimento e é fundamentada na perspectiva do cuidar da família e trabalhar para contribuir com a renda da familiar e aumentar o poder aquisitivo a fim adquirir objetos primordiais e realizar os desejos de comprar um computador e sonho de pagar uma faculdade para os filhos, comprar bens como casa e carro e etc.

O sonho de aquisição do carro pode representar para as mulheres a liberdade para ter acesso à cidade à hora que quiser ou necessitar, pois, ainda que haja ônibus, este não tem rota diária alternada, assim, o fato de possuir veículos pode garantir-lhes o ir e o vir de forma mais livre.

Cruz (2010) afirma que a sustentabilidade das zonas rurais exige uma mudança nas relações de gênero e que espaços sociais de acolhimento precisam ser criados para as mulheres, especialmente para as meninas, na tentativa de promover o desenvolvimento pessoal e profissional, assim como condições materiais e subjetivas mais igualitárias. A pesquisa mostrou que O *Programa Mulheres Mil*, representou e pode continuar representando um importante papel nesse processo mudança da realidade em que as mulheres estão inseridas.

Nesse sentido, torna-se primordial propor e desenvolver ações que venham a atender essas comunidades oferecendo oportunidades de formação profissional e técnica com o intuito de criar as condições necessárias a elevar sua autoestima, possibilitando a sua inserção no mundo de trabalho, a melhoria de suas vidas, seus locais de trabalho e o meio ambiente em que vivem.

Quanto às esperanças para o futuro, há forte presença de pelo menos cinco aspectos: (a) esperança escolar – incluindo desde o sonho de aprender a ler e escrever até a formação universitária; (b) conquista de emprego – especialmente para assegurar um futuro melhor para os filhos, somando-se desde simples pedidos até o pagamento de uma faculdade para eles; (c) aquisição de bens – especialmente casa (grande e mobiliada) e carro; (d) felicidade – incluindo manter a fé, ter uma velhice feliz, ver os netos ou filhos crescerem com saúde, estudo e emprego, e, ajudar financeiramente aos familiares; e (e) utilização do aprendizado – conseguir fazer uso do que elas aprenderam na formação ofertada pelo *Programa Mulheres Mil*, Projeto Cidadania Ribeirinha.

Assim, o *Programa Mulheres Mil* possibilitou e ampliou sonhos das mulheres, levou-as a se conhecerem melhor, cuidando mais de si mesmas, motivou-as a continuar, começar ou retomar os estudos alcançando níveis mais elevados de escolaridade, enfim, despertou suas habilidades e capacidades de produção e reconhecimento. Esse despertar as fez ver que são capazes de criar e recriar, que podem aprender e ensinar.

O *Programa Mulheres Mil* fez com que tivéssemos (tanto professores quanto alunas) a esperança de proporcionar a estas comunidades uma real transformação, entretanto, em Porto Velho – Rondônia este programa não cumpriu o seu objetivo de permitir que estas mulheres fossem profissionalizadas e inseridas no mercado de trabalho, por motivo gestão foi interrompido. Dessa forma não houve qualquer chance de se verificar a real efetividade das ações na vida destas mulheres, faltou ainda uma articulação com o setor produtivo para a inserção destas mulheres no mercado de trabalho bem como ações que possibilitassem a continuidade da formação profissional.

O *Programa Mulheres Mil* deu origem a projetos desenvolvidos de até um ano, prazo este muito curto, o que comprometeu completamente a sua proposta de acesso, permanência e êxito; outro fato comprometedor, do *Projeto Cidadania Ribeirinha*, foram as constantes mudanças das gestões no IFRO. A cada mudança este comprometimento com as mulheres ribeirinhas se perdia, fazendo com que a possibilidade de que outros projetos pudessem ser realizados para garantir a organização em associações, em grupos de trabalhos dentre outros meios de geração de renda, pudessem ser solidificados. Tais projetos e ações que poderiam assegurar a estas famílias reais condições de ocuparem e até mesmo gerarem postos de trabalho para a comunidade.

Por fim, vale registrar a relação entre o rio Madeira e o Programa, expressa pela conjunção condicional *Se*: Se o Rio mudou os rumos da pesquisa, o *Programa Mulheres Mil* mudou a vida das mulheres ribeirinhas.

Nesse sentido, abriram-se novas possibilidades de estudo a fim de responder questões como: (a) Como é a vida das famílias ribeirinhas que se encontram sob a tutela do Estado a mais de um ano esperando uma definição dos rumos de suas vidas? (b) O que mudou nos sonhos das mulheres após a enchente de 2014, que destruiu o distrito de São Carlos do Jamari? (c) O que tem sido feito pelo poder público para assegurar a essas famílias o direito essencial à moradia? (d) Quais os impasses que justificam tanta morosidade no reassentamento das famílias de São Carlos do Jamari?

## 7 REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto; STROPASOLAS, Valmir Luiz. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; e MENEZES, Marilda (orgs). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. Disponível em: <[https://www.ufpe.br/fagesufpe/images/documentos/Livros\\_Fages/genero%20e%20gera\\_o%20em%20contextos%20rurais.pdf](https://www.ufpe.br/fagesufpe/images/documentos/Livros_Fages/genero%20e%20gera_o%20em%20contextos%20rurais.pdf)>. Acesso em: 29/04/2016.

AMORIM, Patrícia Brandão. Gênero, sexualidade e saúde reprodutiva das mulheres neopentecostais moradoras da zona rural de Minas Gerais. Dissertação (mestrado), Centro Universitário de Caratinga, Caratinga (MG), 2007. Disponível em: <[http://bibliotecadigital.unec.edu.br/bdtdunec/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=77](http://bibliotecadigital.unec.edu.br/bdtdunec/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=77)>. Acesso em: 19/04/2016.

ARNAUD, Ana Paula de Andrade Rocha; SOUSA, Fabiana Pereira. Perfil Socioeconômico do Programa Mulheres Mil IFPB - Campus Monteiro: expressão da questão social. **VII Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação (VII CONNEPI)**, Palmas – Tocantins, 2012. Disponível em: <<http://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/viewFile/4710/2990>>. Acesso em: 03/05/2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa (Portugal): Edições 70, 1977.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e democracia. **Lua Nova**, n. 33, 1994.

BONILLHA, Fernanda. Em RO, mulheres ganham cada vez mais espaço no mercado de trabalho. Matéria publicada em 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2014/03/em-ro-mulheres-ganham-cada-vez-mais-espaco-no-mercado-de-trabalho.html>>. Acesso em: 21/08/2016.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. – 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010b.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Brasília, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito**. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, sd.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Presidência da República, Casa

Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2008b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm)>. Acesso em: 21/08/2016.

\_\_\_\_\_. **Mulheres mil na rede federal:** caminhos da inclusão. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: 2011.

\_\_\_\_\_. **Projeto Mulheres Mil.** Plano de implantação do projeto- 2007-2011. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Associação das Faculdades Comunitárias Canadenses (ACCC), Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC). Brasília: dez. 2007. Disponível em: <http://www.oei.es/pdf2/mulheres-mil.pdf>. Acesso em: 29/04/2016.

\_\_\_\_\_. **Pronatec Brasil Sem Miséria Mulheres Mil.** Plano Brasil Sem Miséria, Ministério da Educação, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2014.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), **Texto Para Discussão**, N° 62, 1999. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0621.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf)>. Acesso em: 19/06/2016.

CAMARERO, Luís; CRUZ, Fátima; OLIVA, Jesús. Rural sustainability, inter-generational support and mobility. **European Urban and Regional Studies**. August, 2014.

CANDIDO, Silvio Eduardo Alvarez. **Comunidades ribeirinhas, engenheiros e conservação da floresta:** construção participativa do espaço tecnológico em empreendimentos econômicos solidários na Amazônia. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção na Universidade Federal de São Carlos. 2010.

CANDIDO, Silvio Eduardo Alvarez; SOULÉ, Fernanda Veríssimo; PIRES, Mauricio Bissi. Desenvolvimento de implantação de mini-fábricas de produtos florestais não madeireiros em comunidades ribeirinhas da Amazônia: a experiência do núcleo de apoio à população ribeirinha da Amazônia. **Anais do XXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção.** A integração de cadeias produtivas com a abordagem da manufatura sustentável. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 13 a 16 de outubro de 2008.

CARLOTO, Cássia Maria. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista**, vol. 3, n. 2, Jan/Jun 2001. <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v3n2\\_genero.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.htm)>. Acesso em: 19/04/2016.

CARNEIRO, Maria José (coord.). **Ruralidades contemporâneas:** modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

\_\_\_\_\_. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**. Ano 9, 2º semestre, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8602.pdf>>. Acesso em:

29/04/2016.

\_\_\_\_\_. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Número 02, junho 1994. Disponível em: <<http://r1.ufrjr.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/21/23>>. Acesso em: 29/04/2016.

\_\_\_\_\_. Trabalho, "ajuda" e disputas: uma etnografia das confecções de lingerie em domicílios rurais. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.11, n.20, p.99-125, 2006. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/105/101>>. Acesso em: 29/04/2016.

CARNEIRO, Maria José; PEREIRA, Jorge Luiz de Goes. Tecendo novas estratégias: confecções em domicílios rurais em Nova Friburgo. In: CARNEIRO, Maria José (coord.). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

CEMIN, Arneide Bandeira. Gênero, imaginário, tecnoeconomia e desenvolvimento na Amazônia. **Labirinto**. Ano VI nº 9 - Janeiro - Junho 2006. Disponível em <<http://www.cei.unir.br/artigo98.html>>. Acesso em: 20/03/2016.

CRUZ, Fátima. **Gênero, psicología y desarrollo rural: la construcción de nuevas identidades**. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 2006.

\_\_\_\_\_. Las desigualdades de género en el trabajo dentro de las fincas agrarias familiares. **Soberanía Alimentaria: biodiversidade y culturas**. n. 2, Julio, 2010. Disponível em: <<https://revistasoberaniaalimentaria.wordpress.com/2010/08/23/las-desigualdades-de-genero-en-el-trabajo-dentro-de-las-fincas-agrarias-familiares/>>. Acesso em: 17/03/2016.

DEL PRIORE, Mary (org). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. **Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil**. Editora SENAC. São Paulo, 2000.

**EDUCAÇÃO**: para a educação melhorar todos devem participar. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12299&Itemid=602](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12299&Itemid=602)> Acesso em 27-11-2012 às 10h27min.

FIGUEIREDO, C. Gênero e cidadania: os direitos humanos no 3º milênio. **Revista Direitos Humanos Gajop**, edição especial, 76-88, 1999.

FURTADO, Fabianne; et al. Bem-estar subjetivo em participantes do Programa Mulheres Mil, na cidade de Barbacena – MG. **Revista Holos**. Ano 28, vol. 4, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, Mirían. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em**

Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HERNÁNDEZ, Carmen Osorio. Reconhecimento e autonomia: o impacto do Pronaf-Mulher para as mulheres agricultoras. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; e MENEZES, Marilda (orgs). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. Disponível em: <[https://www.ufpe.br/fagesufpe/images/documentos/Livros\\_Fages/genero%20e%20gera\\_o%20em%20contextos%20rurais.pdf](https://www.ufpe.br/fagesufpe/images/documentos/Livros_Fages/genero%20e%20gera_o%20em%20contextos%20rurais.pdf)>. Acesso em: 29/04/2016.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**. vol. 26 n. 1, São Paulo, Jan./June 2014. <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/05.pdf>>. Acesso em: 19/04/2016.

IBGE. **Censo 2010 Rondônia**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas\\_pdf/total\\_populacao\\_rondonia.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_rondonia.pdf)>. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Acesso em: 23/06/2012.

IFRO. **Projeto Cidadania Ribeirinha**. Plano de ação anual – 15 de outubro de 2011 a 15 de outubro de 2012. Programa Mulheres Mil, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Porto Velho Calama, Porto Velho, 2011.

\_\_\_\_\_. **Projeto Cidadania Ribeirinha**. Relatório de ação anual – 18 de agosto de 2011 a 07 de dezembro de 2012. Programa Mulheres Mil, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Porto Velho Calama, Porto Velho, 2012.

IPEA. **Retrato das Desigualdades**. Gênero e Raça. Programa Igualdade de Gênero e Raça – UNIFEM. Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos Sociais. Brasília: Ipea, sd.

LEGNANI, Andréa Márcia; SEIXAS, Andreza; JULIO, Edinalva. Programa Mulheres Mil: uma experiência no Instituto Federal do Paraná - câmpus de Foz do Iguaçu. **6º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais/ 2º Seminário de Direitos Humanos**, 15 a 18 de setembro, Campus Toledo (PR), 2014. Disponível em: <[http://cac.php.unioeste.br/eventos/Anais/servico-social/anais/TC\\_Progr\\_Mulheres\\_Mil\\_exper\\_IFPR\\_Foz.pdf](http://cac.php.unioeste.br/eventos/Anais/servico-social/anais/TC_Progr_Mulheres_Mil_exper_IFPR_Foz.pdf)>. Acesso em: 03/02/2016.

LIMA, Abnael Machado de. **Mapa de São Carlos no rio Madeira. Gente de opinião**. 2008. Disponível em: <<http://www.gentedeopinioao.com.br/lerConteudo.php?news=33455>>. Acesso em 27-11-2012 às 0h5min.

LIMA, Maria Alice Leite. **A pesca em duas comunidades ribeirinhas na região do médio rio Madeira em Porto Velho – RO**. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Pesqueiras nos Trópicos na Universidade Federal do Amazonas. 2010.



MACHADO, Clara. Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 199-202, 1996. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131996000200013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 19/06/2016.

MELO, Iranira Geminiano de. **A educação do Instituto Federal de Rondônia: visando à reprodução ou à transformação social?** Dissertação (mestrado), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Seropédica (RJ), 2014.

**MULHERES MIL: Educação, cidadania e desenvolvimento sustentável.** Disponível em <<http://mulheresmil.mec.gov.br>> Acesso em 27-11-2012 às 10h14min.

MUNHOZ, Janaina de Freitas. **Percepções sobre o lazer na população ribeirinha do baixo Madeira.** Disponível em <<http://www.efdeportes.com>> Revista Digital – Buenos Aires. Año 10 – n. 81. Febrero 2005.

OECHSLER, Vanessa; *et. al.* (orgs.). **Receitas das mulheres mil.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), s/n. Disponível em: <<http://www.ifsc.edu.br/arquivos/extensao/Livro%20Receitas%20Mulheres%20Mil.pdf>>. Acesso em: 29/04/2016.

OLIVEIRA, Ana Angélica Leão. Estudo das representações sociais de saúde e doença: um estudo de caso em Piedade de Caratinga, MG. Ana Angélica Leão Oliveira. Centro Universitário de Caratinga – UNEC: Mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade, 2006a. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp021569.pdf>>. Acesso em 19/04/2016.

OLIVEIRA, Edmar Geraldo de. O lazer e a melhoria da qualidade de vida dos jovens rurais de São João Evangelista – MG. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade). Centro Universitário de Caratinga. Caratinga: UNEC, 2006b. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp021581.pdf>>. Acesso em: 19/06/2016.

OLIVEIRA, Eliana de; et al. Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 4, n.9, p.11-27, maio/ago, 2003.

OLIVEIRA, Thiago Ranniery Moreira de; PARAÍSO; Marlucy Alves. Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em educação. **Pro-Posições**, v. 23, n. 3 (69), set./dez. 2012.

PERLONGHER, Néstor. Antropologia das sociedades complexas: identidade e territorialidade, ou como estava vestida Margaret Mead. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 8(22), 137-144, 1993.

PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. Identidades em trajetória: gênero e processos emancipatórios na reforma agrária. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Margarida Alves: Coletânea sobre estudos rurais e gênero.** NEAD Especial/ Ellen F. Woortmann. Renata Menache. Beatriz Heredia (organizadoras). – Brasília: MDA,

IICA, 2006.

PITANGUY, Jacqueline. Gênero, cidadania e direitos humanos. In: Bruschini, Maria Cristina A; RIDENTI, Sandra G. Unbehaum (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. Ed. 34. (pp. 109-119). São Paulo: 2002.

RODRIGUES, José. Celso Suckow da Fonseca e a sua “História do ensino industrial no Brasil”. **Revista Brasileira de História da Educação**. n. 4, jul./dez. 2002.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Exploração sexual de crianças. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (org.). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989, p. 49-95.

SANTANA, Vagner Caminhas; BENEVENTO, Claudia Toffano. O conceito de gênero e suas representações sociais. **EFDeportes.com**, Revista Digital. Buenos Aires, Año 17, Nº 176, Enero de 2013. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd176/o-conceito-de-genero-e-suas-representacoes-sociais.htm>>. Acesso em 19/04/2016.

SANTOS, Ramofly Bicalho dos. Educação do Campo e Movimentos Sociais. In: OTRANTO, Celia Regina; FAZOLO, Eliane; Gouvêa, Fernando (org.). **Muito além do jardim: educação e formação nos mundos rurais**. Seropédica, RJ: EDUR, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. s/n. Disponível em: s/d. Disponível em: <[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf)>. Acesso em: 19/04/2016.

SCOTT, Parry. Gênero e Geração em contextos rurais: algumas considerações. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; e MENEZES, Marilda (orgs). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. Disponível em: <[https://www.ufpe.br/fagesufpe/images/documentos/Livros\\_Fages/genero%20e%20gera\\_o%20em%20contextos%20rurais.pdf](https://www.ufpe.br/fagesufpe/images/documentos/Livros_Fages/genero%20e%20gera_o%20em%20contextos%20rurais.pdf)>. Acesso em: 29/04/2016.

SILVA, José Ronaldo Ribeiro da; RÊGO, Erny Coelho. Políticas públicas para mulheres em vulnerabilidade social: o caso do Programa Mulheres Mil. **VII Jornada Internacional Políticas Públicas**. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

SILVA, Marcelo Saturnino da; MENEZES, Marilda Aparecida de. Homens que migram, mulheres que ficam: o cotidiano das Esposas, Mães e Namoradas dos Migrantes Sazonais do Município de Tavares, PB. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; e MENEZES, Marilda (orgs). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. Disponível em: <[https://www.ufpe.br/fagesufpe/images/documentos/Livros\\_Fages/genero%20e%20gera\\_o%20em%20contextos%20rurais.pdf](https://www.ufpe.br/fagesufpe/images/documentos/Livros_Fages/genero%20e%20gera_o%20em%20contextos%20rurais.pdf)>. Acesso em: 29/04/2016.

SILVA, Sergio Gomes da. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 30, n. 3, p. , set. 2010. Disponível em:

<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v30n3/v30n3a09.pdf>>. Acesso em: 29/04/2016.

SOUZA, Nara Vieira; SANTOS, Najó Glória dos; SOUZA, Antônio Vital Menezes de. **Profissionalização, memórias e contextos sociais:** reflexões sobre projeto internacional mulheres mil Brasil/Canadá. Anais do V Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. São Cristóvão-SE, Brasil. 21 a 23 de setembro de 2011.

TAVARES, Moacir Gubert. Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: as etapas históricas da Educação Profissional no Brasil. **IX ANPED SUL** – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu** (3), pp. 29-62, 1994. Disponível em: <http://www.cppnac.org.br/wp-content/uploads/2013/07/G%C3%AAAnero-hist%C3%B3ria-das-mulheres-e-hist%C3%B3ria-social-Louise-A.-Tilly.pdf>. Acesso em: 21/08/2016.

TRINDADE, Fernanda de Magalhães; SCHWENGBER, Maria Simone Vione. Programa Mulheres Mil: histórias de vida. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1381423645\\_ARQUIVO\\_FernandaTrindade\\_1\\_.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1381423645_ARQUIVO_FernandaTrindade_1_.pdf)>. Acesso em: 29/04/2016.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## **8 ANEXOS**

**Anexo I:** As mulheres construindo o mapa de suas vidas.



Observação: Face ocultada para manter o anonimato das mulheres.

**Anexo II:** Ilustração de mapa da vida construído por uma das mulheres pesquisadas.

